



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR
MESTRADO PROFISSIONAL**

ANDRÉIA PARO DO NASCIMENTO

**CONSELHO DE CLASSE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS CURSOS
TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO-IFRO CACOAL/RO**

**PORTO VELHO
2017**

ANDRÉIA PARO DO NASCIMENTO

**CONSELHO DE CLASSE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS CURSOS TÉCNICOS
INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO-IFROCACOAL/RO**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Rondônia.

Linha de Pesquisa: Práticas pedagógicas, Inovações curriculares e tecnológicas

Orientadora: Profa. Dra. Juracy Machado Pacífico

**PORTO VELHO
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

N244c Nascimento, Andréia Paro do .

Conselho de classe e práticas pedagógicas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio - IFRO Cacoal/RO / Andréia Paro do Nascimento. – Porto Velho, RO, 2017.

165 f. : il.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Juracy Machado Pacífico

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Conselho de Classe. 2. Práticas Pedagógicas. 3. Pesquisa-Ação. I. Pacífico, Juracy Machado. II. Título.

CDU 37.04(811.1)

ANDRÉIA PARO DO NASCIMENTO I

**CONSELHO DE CLASSE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS CURSOS
TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO-IFRO CACOAL/RO**

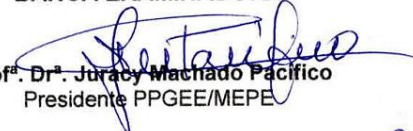
Este Trabalho de Conclusão Final de Curso (Dissertação) foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de **Mestre em Educação Escolar** pelo **Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar - Mestrado Profissional** - da Universidade Federal de Rondônia.

Porto Velho, 29 de agosto de 2017.



Prof.ª. Dr.ª. Juracy Machado Pacifico
Coordenadora do PPGEE/MEPE
Portaria 436/GR - 17/05/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dr.ª. Juracy Machado Pacifico
Presidente PPGEE/MEPE



Prof.ª. Dr.ª. Josélia Gomes Neves
Membro Interno - PPGEE/MEPE



**Prof.ª. Dr.ª. Rosa Oliveira Marins
Azevedo**
Membro Externo - PPGEE/MPET

Prof.ª. Dr.ª. Jussara Santos Pimenta
Membro Suplente Interno - PPGEE/MEPE

Prof.ª. Dr.ª. Ana Maria de Lima Souza
Membro Suplente Externo - MAPSI

*Dedico especialmente essa
conquista aos meus pais, irmãs e amigos.
E de modo carinhosamente ao meu esposo e a querida e amada filha que temos.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter iluminado meus caminhos nos momentos felizes e difíceis durante a pesquisa, e que possa continuar me guiando com suas bênçãos.

Agradeço incondicionalmente aos meus pais pelo amor dedicado as suas quatro filhas, e por ter sempre nos incentivado a estudar e nunca deixarem de acreditar que a educação pode fazer a diferença na vida das pessoas.

Agradeço carinhosamente ao meu esposo pelo apoio. E a nossa linda filha, Gabrielle, amorosa, dedicada, que nos momentos de cansaço com suas mãos delicadas fazia massagem para que eu pudesse relaxar, e com seu lindo sorriso me fazia a ter energia para continuar.

Agradeço intensamente a minha Orientadora Juracy Machado Pacífico, grande profissional, pela paciência, dedicação e principalmente pelos conhecimentos científicos que nortearam a pesquisa os quais contribuíram na minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço carinhosamente aos professores que ministraram as disciplinas do MEPE.

Agradeço ao apoio da Direção Geral Prof. Davys Sleman de Negreiros e da Direção de Ensino, Prof. Adilson Miranda de Almeida, que nos deram apoio para a realização da pesquisa.

Agradeço especialmente aos colaboradores da pesquisa Joel, Nirvani, Juliana, Maily, Agmar, Vera, Juliano, Andréia, Eduardo, Sirley, José de Anchieta, Clodoaldo, Ingrid, Ana Paula e Silvia, que contribuíram com seus conhecimentos para que pudéssemos realizar a pesquisa.

Agradeço às amigas e companheiras do mestrado Shelly, Suzana, Daniela e Juliana.

Agradeço a todos os profissionais do Campus de Cacoal – IFRO que direta ou indiretamente contribuíram com a pesquisa, que partilharam minhas angústias, lamentações, provocações e reflexões.

Agradeço aos meus amigos que fizeram parte da minha vida profissional e pessoal, que jamais esquecerei o quanto foram importantes em minha vida: Professores do Município de Buritis, em especial Marly, Eny, Joyce, Ocilene, Eliane e Amauri e aos profissionais da educação da Escola Paulo Freire e outros amigos queridos. Professores do Município de Colorado do Oeste: Marilza, João Gouvea (amizade incondicional), Marcia, Érica Pizapio, José Elias, Moisés, Matuzalém e Enilda.

Agradeço aos amigos queridos Maria Simplício, Luís Simplício, Wanda Kurt, Elizangela, Otávio, Lourdes, Joaquim, Claudenice, Rose, Magali, Lucelena e Adriana

A todos, uma simples manifestação de agradecimento e carinho eterno.

RESUMO

A pesquisa Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio - IFRO Cacoal/RO, buscou compreender a dinâmica e estrutura do Conselho de Classe dos Cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFRO, na perspectiva de torná-lo um espaço de reflexão sobre as práticas pedagógicas. Para o desenvolvimento do estudo, fez-se necessário percorrer caminhos que nos permitissem intervenção na realidade pesquisada a partir da reflexão-ação-reflexão da temática estudada. Com isso, com abordagem qualitativa, trabalhamos com a pesquisa-ação, tem como propósito investigar, interpretar e intervir na realidade visando a sua melhoria. E para alcançar nossos objetivos, orientamo-nos na pesquisa-ação colaborativa, em que os colaboradores não só informam e pensam a realidade, mas também agem durante o processo de pesquisa. Utilizamos como fonte de dados a pesquisa bibliográfica, documental, diário de campo, e círculos reflexivos, momentos de discussões e intervenções com os colaboradores. As discussões realizadas possibilitaram a compreensão dessa instância como espaço de reflexão da prática pedagógica e não somente um espaço inquisitório das práticas avaliativas. Os resultados apontam que a instância conselho de classe é um espaço que permite a reflexão das práticas pedagógicas, mas ainda demanda estudos sobre sua real função pedagógica. Como principais produtos da intervenção aponta-se o Plano de Ação que foi elaborado juntamente com os colaboradores para que pudéssemos intervir na realidade pesquisada com ações pedagógicas a partir de problemáticas apontadas nos Conselhos de Classes. O Plano elaborado foi aceito e institucionalizado no Campus de Cacoal como Projeto de Ensino para que a equipe pedagógica pudesse dar continuidade. Concluímos que a referida pesquisa possibilitou diálogos interativos os quais possibilitaram crescimento profissional significativo, tanto dos participantes quanto da pesquisadora.

Palavras-chave: Conselho de Classe. Práticas Pedagógicas. Pesquisa-Ação.

ABSTRACT

The research Class Council and Pedagogical Practices in the Integrated Technical Courses to High School-IFRO Cacoal/RO, looked for to understand the dynamics and structure of the Class Council of the Integrated Courses to the High School of IFRO, with the perspective of making it a space for reflection on pedagogical practices. For the development of this study, it was necessary to follow paths that allowed us to intervene in the reality researched from the reflection-action-reflection of the subject studied. With this, and a qualitative approach, we work with action research, whose purpose to investigate, interpret and intervene in reality with a view to its improvement. And in order to achieve our goals, we focus on collaborative action research, in which respondents not only inform and think reality, but also act during the research process. We used as a data source bibliographical research, documentary, field diary, and reflexive circles, moments of discussions and interventions with collaborators. The discussions made possible the understanding of this instance as a space for reflection of pedagogical practice and not only an inquisitorial space of evaluative practices. The results indicate that the class council instance is a space that allows the reflection of pedagogical practices, but still demands studies on its real pedagogical function. The main products of the intervention are the Action Plan that was developed together with the collaborators so that we could intervene in the researched reality with pedagogical actions based on problems pointed out in the Class Councils. The elaborated Plan was accepted and institutionalized in the Cacoal Campus as a Teaching Project so that the pedagogical team could continue. We conclude that this research allowed for interactive dialogues that enabled significant professional growth, both for the participants and for the researcher.

Key words: Class Council. Pedagogical Practices. Action Research.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Discussões sobre os Saberes Necessários a Prática Educativa	60
Imagem 2: Apresentação da temática da pesquisa.	61
Imagem 3: 1º Encontro do Grupo de Estudo.....	63
Imagem 4: Leitura do texto e discussões.	67
Imagem 5: Reflexão e avaliação das práticas pedagógicas do1º conselho de classe.	69
Imagem 6: Planejamento de ações.	71
Imagem 7: Construção do Plano de Ação.	72
Imagem 8: Construção do Plano de Ação.	74
Imagem 9: Construção do Plano de Ação.	75
Imagem 10: Apresentação do Plano de Ação a Diretoria de Ensino.....	77
Imagem 11: Planejamento do Conselho de Classe do 2º bimestre.....	79
Imagem 12: Sessão reflexiva, estudo teórico.	80
Imagem 13: Caracterização da função do conselho de classe.....	81
Imagem 14: Discussões entre os colaboradores.	82
Imagem 15: Compartilhando as respostas.....	82
Imagem 16: Compartilhando as respostas.....	83
Imagem 17: Momento vídeo.	84
Imagem 18: Reflexão sobre a prática pedagógica, questões da indisciplina escolar.	106
Imagem 19: Reflexão sobre a prática pedagógica, questões da indisciplina escolar.	108

LISTA DE TABELAS

Quadro1: Fases da pesquisa-ação colaborativa e passos de nosso estudo.....	21
Quadro2: Caracterização dos colaboradores da pesquisa-ação	29
Quadro3: Síntese dos caminhos trilhados na pesquisa-ação colaborativa.....	58
Quadro 4: Alunos avaliados no Conselho de Classe Final/2015.....	102
Quadro 5: Alunos avaliados no Conselho de Classe Final/2016.....	103

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

UNIR – Universidade Federal de Rondônia.

PROHACAP – Programa de Habilitação e Capacitação de Professores.

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.

CAP – Colégio de Aplicação.

PREMEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino.

CONSUP – Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação.

CAED – Coordenação de Assistência ao Educando.

CRA – Coordenação de Registros Acadêmicos.

OE – Orientação Educacional.

SUMÁRIO

1 MEMÓRIA PEDAGÓGICA: CAMINHOS PERCORRIDOS AO ENCONTRO DO OBJETO DE ESTUDO “CONSELHO DE CLASSE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS”	7
2 CAMINHOS TRILHADOS NA PESQUISA-AÇÃO.....	16
2.1 A ABORDAGEM QUALITATIVA	16
2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	24
2.3 DESCRIÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA	27
2.4 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	28
3 CONSELHO DE CLASSE COMO REFLEXÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	31
3.1 RECORTE HISTÓRICO SOBRE A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE ...	31
3.2 A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO CONSELHO DE CLASSE	40
3.3 A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO CONSELHO DE CLASSE NA LEGISLAÇÃO DO IFRO	47
4 CONSELHO DE CLASSE DO IFRO COMO UM ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: COMPREENSÕES POSSÍVEIS.....	58
4.1 FORMAÇÃO DE UM GRUPO: SENSIBILIZAÇÃO, POR QUE, PARA QUE E COMO?	59
4.2 ENCONTROS DO GRUPO DE ESTUDO: REFLEXÃO-AÇÃO-REFLEXÃO E INTERVENÇÃO NA REALIDADE.....	62
4.2.1 Primeiro Encontro do Grupo de Estudo: conhecer, discutir e analisar para intervir ..	62
4.2.2 Segundo Encontro do Grupo de Estudo: desafios ao objeto de estudo, como mudar a realidade?	66
4.2.3 Terceiro Encontro do Grupo de Estudo: trabalho em equipe, início da construção do Plano de Ação	72
4.2.4 Quarto Encontro do Grupo de Estudo: o caminho se faz caminhando.....	74
4.2.5 Quinto Encontro do Grupo de Estudo: plano de ação, planejar é preciso e a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca.....	75
4.2.6 Sexto Encontro do Grupo de Estudo: plano de ação pronto, rumo ao caminho dos objetivos propostos.....	77
4.2.7 Sétimo Encontro do Grupo de Estudo: formalização do 2º conselho de classe bimestral.....	78
4.2.8 Oitavo.....	80
Encontro do Grupo de Estudo: Teoria, qual sua relação com a pesquisa científica e prática da ação educativa?.....	80
4.3AÇÕES REALIZADAS.....	93

4.3.1 Pré-Conselho 1º Bimestre: análise diagnóstica das turmas, concepções de alunos acerca do conselho de classe um olhar para as concepções presentes nas narrativas	93
4.3.1.1 Sentidos atribuídos pelos alunos ao Conselho de Classe	94
4.3.2 Análise do Conselho de Classe 1º Bimestre.....	96
4.3.3 Pré-Conselho 2º Bimestre: análise diagnóstica das turmas	98
4.3.4 Análise do Conselho de Classe 2º Bimestre.....	99
4.3.5 Análise do Conselho de Classe Final 4º Bimestre.....	102
4.3.6 Análise da Ação: roda de conversa com alunos retidos, “ <i>ensinar exige querer bem aos educandos</i> ”.....	104
4.3.7 Análise da Ação de Formação: reflexão sobre a prática pedagógica, questões da indisciplina escolar.....	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICES.....	119
ANEXOS	154

1 MEMÓRIA PEDAGÓGICA: CAMINHOS PERCORRIDOS AO ENCONTRO DO OBJETO DE ESTUDO “CONSELHO DE CLASSE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS”

Estar em formação é um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (NÓVOA, 1995, p. 48).

Construir a identidade profissional é viver a educação, é planejar e realizar objetivos que visem uma formação que leve a pessoa a conhecer e compreender o mundo de forma crítica e reflexiva de maneira contextualizada com as questões sociais, culturais e políticas. Como escreve Cunha (1997, p. 188): “Um processo profundamente emancipatório em que o sujeito aprende a produzir sua própria formação, [...]. É preciso que o sujeito esteja disposto a analisar criticamente a si próprio [...] na caminhada”. Então, recordar a trajetória acadêmica e profissional é falar da minha vida na educação dentro dessas perspectivas, vividas por momentos e experiências de uma prática pedagógica preocupada com o desenvolvimento profissional e com a formação dos alunos.

Diante das inquietações na construção do desenvolvimento profissional surgiu o interesse pela temática “Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio IFRO – *Campus Cacoal/RO*”, partindo da premissa de que o Conselho de Classe é espaço de reflexão das práticas pedagógicas, acompanhando as abordagens de Dalben (1994) quando entende que o Conselho de Classe tem por objetivo de estudo o processo de ensino, constituindo-se na dimensão dialética, reflexiva desse processo. Com isso, nossa intenção foi, com uma pesquisa, sensibilizar todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem a repensar a estrutura do conselho de classe e contextualizá-lo com o dia a dia da prática em sala de aula.

Vislumbramos um trabalho interventivo e colaborativo, em que os colaboradores também foram agentes durante o processo da pesquisa, com vistas à construção de novas ações para o conselho de classe, redirecionando-o a um novo fazer pedagógico dessa instância avaliativa a partir da reflexão que levou à ação e, novamente, à reflexão da prática pedagógica.

Assim, iniciamos com a escrita da minha trajetória acadêmica e profissional em que enfatizamos, primeiramente, a importância da participação dos meus pais no meu desenvolvimento acadêmico que, apenas com o ensino fundamental incompleto, detinham sabedoria invejável; sendo agricultores e com poucos estudos, sempre acreditaram na importância da educação. Outros sujeitos importantes, que não posso deixar de lembrar foram

os professores que contribuíram nessa caminhada, bem como as lembranças de pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação. Nesse contexto Cunha (1997, p. 191) aponta que:

O uso da memória pedagógica e/ou história de vida tem se revelado num interessante instrumento de formação. Esta proposta tem sido a principal alternativa metodológica para a concretização dos pressupostos teóricos de um processo ensino e aprendizagem que tenha o sujeito e a cultura como ponto básico de referência.

Assim, entendemos que a memória pedagógica pode se constituir no processo metodológico ao nosso desenvolvimento profissional, pois a convivência nos possibilita relatos e experiências que enriquecem nossa formação pedagógica e fazer uso dela é contextualizar a prática pedagógica em todo contexto de nossa vida, seja ela ética, cultural ou política, constituindo a identidade profissional ao longo de sua história.

Fiz o Magistério, com habilitação na docência das séries iniciais e, aos dezoito anos, prestei concurso para professora no Município de Buritis/RO no ano de 2001. Deixei minha família e fui morar sozinha em uma cidade sem conhecer ninguém, iniciando um grande desafio profissional: lecionar em uma escola multisseriada na zona rural, a EMEF Jânio Quadros, com distância de nove quilômetros da cidade, para alunos da 2^a, 3^a e 4^a séries². Durante esse início, houve momentos que pensei em desistir e voltar para a casa dos meus pais, pois como todo educador iniciante, vivenciei momentos de incertezas na atuação docente estava na construção da identidade profissional.

Segundo Day (2001), os primeiros anos de ensino têm sido descritos como um esforço em dois sentidos: um em que o professor tenta criar a sua própria realidade social, fases pelas quais o professor principiante passa; outra, a fase “de lua de mel”, de “fracasso” ou de ir “andando”. Foi um início de construção, reconstrução, acertos e desacertos, que me deram forças para continuar meu objetivo, a “docência”.

Trabalhei cinco meses nessa escola, período em que alguns municípios estavam implantando o Programa Escola Ativa. Assim, foram oferecidas várias capacitações de formação aos docentes. Lá, comecei a perceber como é importante criar e inovar nossas práticas pedagógicas. Também tive a oportunidade de conviver com professores que compartilhavam suas experiências em sala de aula. Esses diálogos fazem parte do meu desenvolvimento profissional. Nesse sentido, Cunha (1997) afirma que, com o diálogo, é possível transformar situações profundamente pedagógicas. A linguagem é uma poderosa

² Hoje essa nomenclatura foi alterada a partir da inclusão do ensino fundamental de nove anos, iniciando aos seis anos. Hoje seriam 3^o, 4^o e 5^o ano.

aliada da formação. Naquele momento iniciante na docência ratifico como foram importantes esses diálogos para a construção de minha prática pedagógica.

Nesse início profissional, tive a oportunidade de fazer vários cursos de formação continuada e, dentre eles, o curso Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental das séries iniciais, cursos sobre alfabetização e outros, experiências que contribuíram significativamente na minha vida acadêmica e profissional. Os cursos de formação continuada também são um complemento para o nosso desenvolvimento profissional. Foram cursos de formação que proporcionaram a reflexão-ação do/sobre meu fazer-docente. Cunha (1997) destaca que a reflexão-ação pode tornar-se um dos melhores instrumentos metodológicos para a aprendizagem significativa.

E em 2002, não havia alunos suficientes na E.M.E.F. Jânio Quadros para professores de 40h. Então, a Secretaria Municipal de Educação me lotou na Educação Infantil, na E.M.E.I.E.F Paulo Freire, zona urbana, escola que estava sendo implantada. Fiz parte dos primeiros profissionais dessa instituição, onde trabalhei 13 anos e meio, iniciando com a Educação Infantil, 40h em sala de aula durante três anos. Nessa época, não havia momentos dedicados ao planejamento de nossas aulas, fazíamos em casa. Trabalhei muito com projetos na educação infantil, aprendi que essa metodologia desenvolve a autonomia e a criatividade dos alunos, torna a aprendizagem mais significativa, processo em que a aprendizagem acontece, simultaneamente, com os educandos e educadores ao mesmo tempo.

Também em 2002, iniciei a Licenciatura em Pedagogia pelo Programa de Habilitação e Capacitação de Professores (PROHACAP), pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, programa que visava à formação de professores em graduação. Estudávamos nas férias e feriados prolongados. Todos os cursistas já atuavam na docência e isso possibilitou a troca de experiências das práticas educativas, pois durante as aulas ouviam-se relatos e experiências compreendendo ao mesmo tempo a teoria e a prática.

Sobre essa relação de troca de experiências, Cunha (1997, p.189) afirma que:

Usar narrativas como instrumento de formação de professores tem sido um expediente bem sucedido. Não basta dizer que o professor tem de ensinar partindo das experiências do aluno se os programas que pensam sua formação não os colocarem, também, como sujeitos de sua própria história. O professor constrói sua performance a partir de inúmeras referências. Entre elas estão sua história familiar, sua inserção cultural no tempo e no espaço. Provocar que organize narrativas destas referências é fazê-lo viver um processo profundamente pedagógico, onde sua condição existencial é o ponto de partida para a construção de seu desempenho na vida e na sua profissão.

Dessa forma, as memórias pedagógicas, as experiências vividas e relatadas durante a formação se constituíram em um instrumento metodológico na construção da formação profissional em que teoria e prática dialeticamente eram questionadas.

Em 2005, deixei a educação infantil, interessei-me pela alfabetização, tive experiência de quatro anos com alunos da 1ª série, hoje 2º ano, conheci o processo de alfabetização, é fascinante e gratificante ver o desenvolvimento da leitura e escrita das crianças na perspectiva do letramento³, aprendi que não podemos subestimar a capacidade e criatividade dos educandos, bem como para compreender e respeitar o desenvolvimento de cada aluno estava em constante análise de minha prática. Freire (1996, p. 64) explica:

Ao pensar sobre o dever que tenho como professor, de respeitar a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade em processo, devo pensar também, como já salientei, em como ter uma prática educativa em que aquele respeito, que sei deve ter ao educando, se realize em lugar de ser negado. Isso exige de mim uma reflexão crítica permanente sobre minha prática através da qual vou fazendo a avaliação do meu próprio fazer com os educandos.

Foi a minha fase mais reflexiva e de consolidação profissional, momento em que me senti mais segura sobre meu conhecimento com a prática docente e conteúdos, também um sentimento de pertencimento a uma comunidade escolar, sentimentos de maturidade. Nesse tempo comecei sentir a necessidade de novos estímulos, novas ideias, novos desafios e buscava mudanças para o meu desenvolvimento profissional. Foi então que, no ano de 2007, fiz a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Visão Interdisciplinar, Habilitação em Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar, e durante essa formação, cada vez mais sentia a necessidade de continuar estudando.

Em 2009, lecionando para os alunos da 1º série, fui convidada a candidatar-me para a gestão escolar como vice-diretora na E.M.E.I.E.F Paulo Freire. A princípio fiquei com dúvidas, pois o trabalho que desenvolvia em sala de aula sempre foi gratificante, mas resolvi aceitar o desafio com a expectativa de que com essa experiência iria aprender muito. Fomos, eleitos para um período de dois anos, iniciando em 2010. Percebi que o conhecimento que já possuía foi importante para a gestão, mas não o suficiente, já que os gestores têm a grande responsabilidade de pensar em todos os detalhes do espaço educativo.

Em 2012, concorri ao pleito novamente e, eleita, vivenciei a gestão escolar quase quatro anos. Tal experiência fez com que tivesse uma ascensão no desenvolvimento

³ Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno. (SOARES, 2003, p. 14).

profissional assumindo novas responsabilidades na mesma escola, o que me possibilitou uma visão macro da instituição escolar, desde o processo administrativo ao pedagógico. Em 2011, ainda na gestão escolar, fiz o concurso Municipal de Buritis/RO para Supervisão Escolar, fui aprovada, pedi redução da carga horária de professora, ficando com 20 horas, assumi às 40 horas de supervisão escolar e continuei na vice-direção com 60h.

Ainda no ano de 2011 e 2012, fiz outra Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Educacional e Docência do Ensino Superior, com o intuito de um dia lecionar no ensino superior no curso de Pedagogia. No ano de 2013, fiz o concurso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia para Pedagogo/Supervisão, fui aprovada e vi a oportunidade de fazer um mestrado. Durante a adaptação, novamente vivenciei momentos de incertezas com a nova identidade profissional, pois trazia a experiência de uma instituição com objetivos semelhantes, mas com quadro de servidores diferentes em nível de formação. Agora, havia um novo desafio para mim, a prática de Supervisão/Pedagógica com professores de diversas áreas de formação como tecnólogos, licenciados e engenheiros.

E, na busca dessa nova identidade profissional, comecei a observar que o conselho de classe era uma problemática. Que dele advinham muitas críticas, já que muitos professores afirmavam que participar daquele momento era tempo perdido, pois nada mudava. Percebi que a forma como era realizado, não passava de um momento de desabafo de professores com suas angústias em sala de aula, mas não discutiam as problemáticas do processo de ensino e aprendizagem e nem havia um momento de reflexão com vistas à solucionar ou minimizar os problemas.

Eu não sabia muito como lidar com a situação. Em busca de alguns referenciais, encontrei Guerra (2010), que pensa o espaço do conselho de classe é um lugar de reflexão, cuja utilidade não é apenas para avaliar, mas para pensar em novas atitudes e novos posicionamentos, um espaço composto de várias vozes e vários saberes que buscam ações para o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem.

Mesmo não sabendo como intervir diretamente, acreditava que teria que fazer algo, ou seja, que teria que agir. O cotidiano da escola e as relações ali estabelecidas me pediam isso. Imaginava que o conselho de classe pudesse ser um momento significativo, relevante para o processo educativo e que contribuísse de fato para a formação dos alunos e docentes e, principalmente, que minha função pedagógica fosse também ressignificada.

Ao saber que tínhamos uma possibilidade de participação em um programa de mestrado profissional, o Mestrado Profissional em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), cuja proposta metodológica para a pesquisa é a pesquisa-ação

intervencionista (ou pesquisa propositiva), aproveitei a problemática para participar da seleção levando como proposta de projeto a temática “Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio IFRO - Cacoal/RO”. Novamente estava à frente de um grande desafio, que seria cursar um mestrado, o que ocorreu, pois sendo aprovada, iniciei a busca por melhor delimitar meu objeto de estudo.

Após iniciar o curso, fui também redefinindo as ideias, os desejos, as inquietações e com isso finalizei minha proposta de projeto de pesquisa-ação, que agora passo a apresentar. Foi longo o processo de pesquisa de estudos sobre conselhos de classe e de observação e reflexão sobre meu trabalho. Mas tínhamos já uma clareza em relação à possibilidade de tornar o conselho de classe um espaço de reflexão, que levasse a ações ressignificadas. Assim, nossa intenção era a de que o conselho de classe fosse fundado na reflexão das práticas pedagógicas. A partir disso, definimos a seguinte questão orientadora da pesquisa: como tornar o Conselho de Classe das turmas dos 1º anos nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no IFRO, Campus Cacoal/RO, em espaço pedagógico que vislumbrasse a partir da gestão democrática participativa, melhorias para o processo de ensino e de aprendizagem?

Além dessa questão central, outras questões orientaram o desenvolvimento da pesquisa-ação: a) O Conselho de Classe pode ser transformado em espaço de reflexão sobre as práticas pedagógicas? b) Como realizar uma intervenção em espaço tão fechado e historicamente demarcado como lugar somente de decisões pedagógicas classificatórias e pouco propositivas no sentido de melhoria das ações pedagógicas?

Essas questões nos levaram a percorrer um caminho de busca de possibilidades de efetivação de alguma transformação. Com Cruz (2005, p. 9) verificamos que isso é almejavável, e o que se espera de um conselho de classe é que este possa:

[...] reforçar e valorizar as experiências praticadas pelos professores, incentivar a ousadia para mudar e ser instrumento de transformação da cultura escolar é um momento e o espaço de avaliação diagnóstica da ação educativa da escola, feita pelos professores e pelos alunos, à luz do Projeto Político Pedagógico.

Neste espaço, o trabalho em equipe entre professores e equipe pedagógica é fundamental, pois as trocas de experiências e a partilha de saberes consolidam uma prática reflexiva e ao mesmo tempo capacitam os docentes. Corroborando com essas afirmações a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) fundamenta a importância da formação profissional a partir da relação entre teoria e prática, inclusive mediante capacitação em serviço e o conselho de classe é um espaço formador! Nossas leituras e buscas nos

levaram às proposições de Nóvoa (1995), para quem a formação não se constrói por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas sim através de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas de (re) construção permanente de forma coletiva.

Assim, diante dessas inquietações, o objetivo geral da pesquisa-ação foi “Compreender a dinâmica e estrutura do Conselho de Classe dos Cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFRO, na perspectiva de torná-lo um espaço de reflexão sobre as práticas pedagógicas de forma democrática e participativa.” Além disso, a pesquisa buscou em propor uma intervenção na prática pedagógica, a partir da reflexão, que visasse sensibilizar todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem a repensar a estrutura e conteúdo do conselho de classe e contextualizá-lo com o dia a dia da prática em sala de aula.

Tendo por base o objetivo geral, e considerando a questão orientadora deste trabalho, definimos também os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer o processo histórico da instituição conselho de classe na educação;
- Identificar a função pedagógica do conselho de classe sobre a prática pedagógica;
- Levantar em Leis, Resoluções e nos Projetos Pedagógicos Institucionais qual a função pedagógica do conselho de classe no IFRO;
- Descrever as concepções dos sujeitos da pesquisa (docentes e alunos) sobre a função pedagógica do conselho de classe;
- Analisar e discutir ações interventivas a partir das problemáticas apontadas nas reuniões dos pré-conselhos e conselhos de classe, visando à construção de um plano de ação a ser desenvolvido com/pelos colaboradores da pesquisa.

A pesquisa vislumbrou uma abordagem progressista de educação, de ensino e de escola, tendo Paulo Freire como principal representante na luta por uma educação capaz de emancipar o sujeito histórico cultural, a partir da reflexão e ação da práxis educativa com uma dialética libertadora, emancipadora, humanizadora e conscientizadora. Freire propôs que o trabalho educativo fosse um espaço de formação crítica e não um espaço que aliena os sujeitos, tornando-os oprimidos por uma sociedade dominante. Para Freire (1979, p. 31), seja qual for o momento histórico em que esteja a sociedade, “[...] o papel do trabalhador social que optou pela mudança não pode ser outro senão o de atuar e refletir com os indivíduos com quem trabalha para a conscientização coletiva das reais dificuldades da sua sociedade, que diretamente ou indiretamente estão inseridas no cotidiano escolar”.

Com base nessas reflexões, consideramos que a reflexão da e na prática pedagógica a partir dos conselhos de classes é um importante meio para que as instituições educativas e

profissionais da educação possam fazer um trabalho educativo, em que haja gestão democrática na escola, participativa, mediadora nas ações coletivas. Freire (2001, p. 34) observa que a partir de “uma compreensão crítica da prática educativa bem como de uma compreensão crítica da participação comunitária, nos alonguemos em considerações e análises em torno de suas relações”, permitindo assim uma avaliação que, diagnosticada, possa ser formativa na superação das problemáticas que envolvem o processo de ensino e aprendizagem.

Partimos, também, com essa premissa considerar que o conselho de classe, dada sua relevância no âmbito de um projeto democrático de escola, ocupa lugar central, uma vez que poderá se articular com todas as outras atividades do contexto escolar. Como afirma Guerra (2010, p.73), o conselho de classe: “Constitui-se por um processo ao longo do ano letivo que envolve o planejamento de aulas, a orientação aos pais e a mediação do trabalho dos professores dentre outras atividades”. Apresenta-se como uma instância avaliativa do processo ensino e aprendizagem, em que diversos profissionais envolvidos neste universo também são avaliados.

Nesse sentido, buscamos repensar o conselho de modo a não o considerar um momento apenas de exposições de relatórios fundados nas dificuldades de aprendizagem e indisciplina dos alunos, em um simples desabafo docente sobre suas angústias em sala de aula. Ele até poderá ter a presença de tais aspectos, mas deve sair deles em busca de soluções a partir das reflexões também realizadas a partir das queixas dos professores (PACÍFICO, 2002).

Essas colocações nos fizeram repensar as práticas pedagógicas como momentos efetivos de análise, articulando, ao mesmo tempo, com um saber-fazer diferenciado. Também, sobre essa questão Pimenta (2002, p. 71), aponta que: “O trabalho pedagógico na escola é ação a partir de reflexão. E, esse movimento de intensificação de conhecimento da realidade, é fundamental para que transformemos as práticas escolares na direção de identificá-las com as finalidades”.

Portanto, compreendemos que o conselho de classe deve partir desse princípio reflexivo, em que a avaliação seja um ato para a transformação através da reflexão, o caminho de um trabalho educativo marcado por uma intenção interventiva, que provoque transformações nas pessoas, na comunidade escolar e na sociedade.

As análises e reflexões também possibilitaram mostrar novas atitudes e novos posicionamentos sobre as práticas avaliativas de conselho de classe em uma perspectiva mais

progressista, comprometida com um processo de educação formativa e reflexiva, contribuindo com ações que elevem a autonomia e emancipação dos sujeitos.

Sendo assim, essa pesquisa proporcionou momentos de nos reconhecermos como sujeito que precisa melhorar as práticas docentes, visando à qualidade do ensino, onde todos aprenderão juntos, é seguramente um dos requisitos mais essenciais ao desempenho da atividade do magistério.

Este trabalho compõe-se de cinco seções, sendo a primeira esta introdução, em que apresento a trajetória da minha vida acadêmica e profissional, o objeto de estudo e sua problematização e arrisco-me a falar sobre a importância e relevância do estudo realizado.

A seção 2, intitulada, “Caminhos trilhados na pesquisa-ação”, aborda a descrição do campo da pesquisa, métodos adotados na pesquisa e caracterização da pesquisa-ação, caracterização dos colaboradores e descrição dos instrumentos de coleta de dados e intervenção.

A seção 3, intitulada, “Conselho de Classe como Reflexão da Prática Pedagógica”, tem por finalidade apresentar o recorte histórico sobre a instituição do Conselho de Classe. Além disso, aborda a função pedagógica do Conselho de Classe, considerando que esta seria a avaliação da prática pedagógica e do processo de ensino e aprendizagem, e, por fim, discute a função pedagógica do Conselho de Classe na Legislação do IFRO.

A seção 4, intitulada, “Resultado da ação e intervenção”, apresenta as ações realizadas durante a pesquisa e seus resultados.

A quinta e última seção, intitulada “Considerações finais”, apresenta algumas reflexões sobre o desenvolvimento da pesquisa e possibilidades de transformar o conselho de classe em espaço de reflexão da prática pedagógica. Esse foi o propósito da pesquisa.

2 CAMINHOS TRILHADOS NA PESQUISA-AÇÃO

Nesta seção apresentamos os caminhos trilhados durante a pesquisa. Trataremos da metodologia que nos possibilitou compreender a importância da teoria e prática na ciência da educação rumo ao objeto de estudo Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas.

Assim, discorreremos a metodologia adotada considerando objetivos propostos que implicam em intervir e transformar a problemática da realidade pesquisada. As intenções e o que se propôs culminaram com a perspectiva da pesquisa-ação colaborativa no processo de reflexão-ação-reflexão, de modo que pudéssemos avançar na proposição envolvida pela problemática deste estudo.

2.1 A ABORDAGEM QUALITATIVA

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir da pesquisa qualitativa que, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento e outros, possibilitando um maior envolvimento entre pesquisador e participantes.

A pesquisa qualitativa originou-se a partir dos estudos sociais, quando se iniciaram os estudos sobre as problemáticas da sociedade urbana, por meio da observação, no *lócus* da pesquisa, no intuito de averiguar as situações que essas pessoas vivenciavam socialmente.

Nesse contexto, Bogdan e Biklen (1994) apresentam em seus estudos que, nos finais do século XIX, foram realizados estudos com famílias da classe trabalhadora, recorrendo ao método designado por "observação participante" no intuito de “encontrar um remédio para o sofrimento social”. Uma pesquisa com o olhar mais humano e não com propósitos de quantificar a problemática nos ideais da pesquisa quantitativa, na visão da epistemologia positivista e sim poder descrevê-las, analisá-las e divulgá-las para a sociedade, compreender e tentar buscar os possíveis caminhos para ajudar essas pessoas oprimidas na sociedade contemporânea.

Nessa mesma compreensão, Gil (1999, p. 19) enfatiza que por meio da observação “o ser humano adquire grande quantidade de conhecimento. Valendo-se dos sentidos, recebe e interpreta as informações do mundo exterior. [...] a observação constitui sem dúvida, importante fonte de conhecimento”. É a oportunidade de conhecer e compreender o contexto

pesquisado. Portanto, ao adentrarmos aos pressupostos da pesquisa qualitativa verifica-se em Bogdan e Biklen (1994, p. 38) que os anos sessenta foram uma época de mudanças sociais:

Os métodos qualitativos ganharam popularidade devido ao reconhecimento que emprestavam as perspectivas dos mais desfavorecidos e excluídos socialmente - os que se encontravam "do outro lado". A ênfase qualitativa na importância das perspectivas de todos os intervenientes num contexto desafia o que tem sido designado por "hierarquia de credibilidade" (Becker, 1970c): a ideia de que as opiniões e perspectivas daqueles que se encontram em posições de comando são mais valiosas do que as dos outros. Como parte integrante de um processo de investigação típico, os investigadores qualitativos que estudam a educação solicitavam a opinião daqueles que nunca eram valorizados ou representados. Os métodos de investigação qualitativa representavam o espírito democrático em ascensão na década de sessenta. O clima da época era propício ao renovar do interesse pelos métodos qualitativos, assim, surgiu à necessidade de professores experientes neste tipo de metodologia de investigação, abrindo-se caminho a inovações e desenvolvimentos metodológicos.

Verificamos, assim, no entendimento dos autores, que a pesquisa qualitativa ascendeu no campo da educação de forma significativa. Muitos pesquisadores começaram a atribuir em suas pesquisas a abordagem de pesquisa qualitativa iniciando, assim, novas mudanças no ato de pesquisar no chão da escola, contribuindo e dialogando com as perspectivas das revoluções sociais e tecnológicas, vivenciadas a partir das décadas de oitenta e noventa, momento em que educação discutia o cenário de uma nova concepção para as práticas pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem.

Verifica-se que, nas respectivas décadas, as pesquisas que buscavam compreender o contexto dos fatores extra-escolares no desempenho de alunos passa-se a dar maior atenção ao peso dos fatores intra-escolares. Os estudos passam a discutir e analisar as problemáticas “sobre o cotidiano escolar, focalizam o currículo, as interações sociais na escola, as formas de organização do trabalho pedagógico, a aprendizagem da leitura e da escrita, as relações de sala de aula, a disciplina e a avaliação”. (ANDRÉ, 2001, p. 53).

Nesse tocante, os pesquisadores começaram a apresentar as características da pesquisa qualitativa para o seu desenvolvimento, como podemos ver nos teóricos Bogdan e Biklen (1994, p. 47-50) cinco características da investigação qualitativa que lhes são atribuídas:

Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. [...] Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos nos contextos da história das instituições a que pertencem;

A investigação qualitativa é descritiva. [...] Tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos;

Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos;

Investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. Não recolhem dados ou provas com o objectivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente; ao invés disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando;

O significado é de importância vital na abordagem qualitativa. Os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas. Por outras palavras, os investigadores qualitativos preocupam-se com aquilo que se designa por perspectivas participantes.

As características apresentadas tornam a pesquisa mais significativa no contexto educacional, uma vez que nos deparamos, a cada momento, a cada dia, com situações que desafiam o processo de ensino e aprendizagem. A abordagem de pesquisa é vista com outros olhos, surge outra forma de analisar a situação pesquisada. Os dados serão enriquecidos, compreender-se-ão o comportamento e a experiência humana e, conseqüentemente, novas sugestões às problemáticas serão apontadas. Desse modo, a produção do conhecimento científico pela abordagem qualitativa proporciona um conhecimento mais amplo do campo pesquisado.

À luz dessas ideias, Minayo (2009, p. 21) compreende também que a pesquisa qualitativa:

Responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Dessa forma, para este estudo foi realizada a pesquisa-ação, que é um tipo de pesquisa qualitativa e, conforme Thiollent (2007), essa metodologia não pretende apenas compreender ou descrever o mundo da prática, mas transformá-la em algo significativo para o pleno alcance das metas e objetivos propostos. É um tipo de pesquisa qualitativa, com intervenção na realidade profissional das práticas pedagógicas no desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem. Esse tipo de pesquisa possibilita uma interpretação do contexto estudado, com o contato direto e prolongado com o ambiente e a situação referida.

De acordo com Zeichner e Pereira (2011), a pesquisa-ação teve sua origem a partir dos estudos de Kurt Lewin na década de 1940. Segundo os autores, Lewin definia a pesquisa-ação em três importantes características, de caráter participativo, democrático e contributivo para as ciências sociais. Nesse contexto, Thiollent (2007, p.16-17) define que a pesquisa-ação é:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. [...]. Na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas.

De acordo com a definição do autor, a pesquisa-ação possibilita um trabalho interventivo, em que os participantes da pesquisa não só têm algo para ouvir e sim a pensar e fazer, no intuito de tentar superar os problemas apontados; diferencia-se da pesquisa convencional, que aborda o problema e não estuda e nem discute propostas com os pesquisados para a superação das mesmas, ou seja, não há participação dos sujeitos na resolução do problema. Destarte, na “pesquisa-ação, os participantes não são reduzidos a cobaias e desempenham um papel ativo”. (THIOLLENT, 2007, p.24).

Contribuindo com os conceitos da pesquisa-ação no contexto da educação, Ibiapina (2008, p. 11-12) afirma que também é um tipo de pesquisa emancipatória, portanto:

Coloca os professores no centro da investigação, não simplesmente como objetos de análises, mas como sujeitos cognoscentes, ativos; não somente como produtos da história educativa, mas também como seus agentes. [...] Assim, o professor deixa de ser mero objeto, compartilhando com os pesquisadores a atividade de transformar as práticas, a escola e a sociedade, portanto as pesquisas deixam de investigar sobre o professor e passam a investigar com o professor, trabalhando na perspectiva de contribuir para que os docentes se reconheçam como produtores de conhecimentos, da teoria e da prática de ensinar, transformando, assim, as compreensões e o próprio contexto do trabalho escolar.

Conforme a autora, é um processo que rompe com as práticas da racionalidade técnica, é um trabalho dialógico e ela só é emancipadora se for realizada a partir de um trabalho que vise três aspectos: primeiramente a colaboração, processo que implica negociações democráticas dos conflitos que são inerentes ao processo de ensino e aprendizagem; depois, círculos reflexivos, processo autoavaliativo entre a teoria e a prática educativa, oferece aos educadores a (re) construção de seu contexto social, embasados no pensar e agir; e terceiro, a co-produção de conhecimentos durante a pesquisa, o envolvimento dos colaboradores nas atividades da pesquisa. (IBIAPINA, 2008).

Além de tentar interferir na realidade pesquisada o nosso estudo foi realizado a partir dos princípios da pesquisa-ação colaborativa, tendo como diferencial uma pesquisa com pressupostos formativos ao desenvolvimento profissional do educador e do pesquisador, a partir de momentos reflexivos e para ser reflexiva precisa-se de colaboradores. Nesse contexto, formamos um grupo de estudo e, conjuntamente, foi possível desconstruir e reconstruir novos conhecimentos sobre a função pedagógica do conselho de classe, relacionando-o com nossas práticas pedagógicas. A pesquisa constituiu-se, em nosso caso, um processo de reflexão e formação. A esse respeito, Ibiapina (2008, p. 25) destaca que:

A prática de pesquisa colaborativa envolve investigadores e professores tanto em processos de produção de conhecimentos quanto de desenvolvimento interativo da própria pesquisa, haja vista que o trabalho colaborativo faz com que professores e pesquisadores produzam saberes compartilhando estratégias que promovem desenvolvimento profissional. Nessa perspectiva, é atividade de co-produção de conhecimentos e de formação em que os pares colaboram entre si com o objetivo de resolver conjuntamente problemas que afligem a educação.

Na construção dos dados, desenvolvemos uma a pesquisa-ação do tipo colaborativa. Conforme seus pressupostos, para intervir na realidade há necessidade de que pesquisados e pesquisador pensem e ajam colaborativamente durante a pesquisa.

Para tanto, uma pesquisa interventiva, interativa e formativa, construindo e (re) construindo novos saberes para uma prática pedagógica formadora, deve compreender que, conforme Freire (1996, p. 29): “Ensinar exige pesquisa, não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, [...] pesquisa para constatar, constando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

Destarte, o desenvolvimento acadêmico e profissional ao longo desses anos possibilitou essa pesquisa-ação colaborativa, comprometida com a prática docente reflexiva e formadora no processo de ensino e aprendizagem em uma dimensão social, ética e política da formação humana.

Dessa forma, de acordo com os princípios metodológicos da pesquisa-ação colaborativa, apresentamos a sistematização que emergiu os seguintes caminhos metodológicos para sua concretização:

Quadro1: Fases da pesquisa-ação colaborativa e passos de nosso estudo.

Fases da Pesquisa-Ação Colaborativa	Ações realizadas em cada fase	Instrumento de coleta/produção de dados e recursos
1- Formação do Grupo de Estudo: sensibilização para a participação na pesquisa.	Seminário, sobre os “Saberes Necessários à Prática Educativa: uma formação permanente”, ação embasada na obra de Paulo Freire Pedagogia da Autonomia	Textos e discussões, diário de campo.
2- Círculos Reflexivos: encontros do Grupo de Estudo.	Oito encontros com os colaboradores, delineamento da pesquisa e construção do Plano de Ação sobre Conselhos de Classe e Práticas Pedagógicas.	Bibliografias, documentos, questionários, gravação em áudio e vídeo, fotografias, diário de campo.
2.1 Diagnóstico dos conhecimentos e experiências vivenciados pelos colaboradores sobre a temática Conselho de Classe;	Discutidas e analisadas nos primeiros encontros para propostas de ações.	Diário de campo.
2.2- Relatos de experiências dos Colaboradores.	Discutidas e analisadas nos encontros do Grupo de Estudo.	Observação e análise.
2.3- Observação colaborativa.	Observações nos Pré-conselhos com alunos e alunas e nas reuniões dos conselhos de classe bimestrais com professoras e professores.	Diário de campo.
2.4- Sessões Reflexivas	Estudo teórico da temática Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas.	Observação, textos, vídeos, fotografias, gravação em vídeo e áudio
3- Ações realizadas	Roda de Conversas com alunos, após análises do Conselho de Classe do 1º Bimestre; Ação formativa com docentes, sobre “Indisciplina escolar”. Após análises do Conselho de Classe do 1º Bimestre;	Observação e registros no diário de campo. Observação, registros no diário de campo, fotografias.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Assim, descrevemos abaixo as fases da pesquisa-ação colaborativa de Ibiapina (2008). Na **sensibilização para a participação na pesquisa**, conforme Ibiapina (2008, p. 38): “O pesquisador deve apresentar uma síntese a respeito do que considera que seja um processo colaborativo, ouvindo o que pensam e sabem os partícipes, a respeito da atitude de colaborar na pesquisa e na educação”.

Após a formação do Grupo de Estudo, realizamos **oito encontros denominados círculos reflexivos**. Os círculos reflexivos foram todos os encontros do Grupo de Estudo da pesquisa, o que possibilitou discussões e ações na intenção de intervir na realidade pesquisada.

Tais momentos auxiliaram nas reflexões e ações de nossas práticas pedagógicas, bem como nos objetivos da pesquisa-ação colaborativa. Foram momentos autoavaliativos que vislumbraram proposições de mudanças. Assim, “o trabalho conjunto e colaborativo oferece condições de troca, de intercambio e de introdução de cultura movida por objetivos comuns de transformar o cotidiano escolar”. (IBIAPINA, 2008, p.46).

Ainda de acordo com essa planificação metodológica, Ibiapina (2008, p. 48) afirma que refletir sobre a prática “é romper com uma visão ingênua, transcendendo a racionalidade técnica, a rotina, o legal, o instituído. A prática da pesquisa colaborativa cria espaço adequado para desencadear esse tipo de reflexão e a gerar mudanças que contribuam para a reelaboração da ação docente.” Dos círculos reflexivos com o Grupo de Estudo emergiram atitudes e consciência da importância de se discutir a temática conselho de classe, na perspectiva da avaliação formativa, nos princípios de ações emancipadoras.

No primeiro e segundo encontros denominados círculos reflexivos realizou-se o **diagnóstico com os colaboradores sobre as necessidades de mudar as ações do conselho de classe**, bem como os conhecimentos prévios relacionados a essas atividades, as sugestões de melhoria que pudessem tornar o espaço conselho de classe significativo para educadores e educandos. Nesse sentido (GARCIA, 1999 apud IBIAPINA, 2008, p. 43) descreve:

Tendo em mãos o diagnóstico das necessidades, já possível realizar a planificação, isto é, definir um plano de ação que possa atender as expectativas dos professores em torno dessa conversão profissional. O autor aponta que o primeiro elemento do processo de planificação é o diagnóstico das experiências e dos conhecimentos prévios acumulados pelos professores nos seus percursos formativos e profissionais, já que essas informações devem ser utilizadas na ação formativa com o objetivo de promover o processo de redefinição conceitual.

Conforme as explicitações, identificamos em **nosso diagnóstico as concepções** dos participantes e suas respectivas experiências relacionadas ao conselho de classe. Também foi possível a **construção do plano de ação** a partir das expectativas dos mesmos, momento colaborativo na construção de ações que culminaram em processo democrático e formativo. No processo colaborativo é possível identificar e discutir as experiências vivenciadas pelos pesquisados, bem como colaborar com novas sugestões, em que a problemática pesquisada possa ser contextualizada; ao mesmo tempo, representa a oportunidade da formação pedagógica. (IBIAPINA, 2008).

Embasamo-nos, também, durante o processo da pesquisa-ação, em **relatos de experiências** vivenciadas pelos colaboradores sobre conselho de classe, as quais fizeram parte de nossas análises. Os estudos atualmente apontam que as trocas de experiências podem se

constituir de instrumentos metodológicos tanto de investigação como de formação, nos ajudam a compreender o pensar e o agir profissional.

Durante a pesquisa-ação, nos círculos reflexivos do Grupo de Estudo, realizamos também o procedimento metodológico da **observação colaborativa**. Tais observações foram realizadas nos pré-conselhos com alunos e alunas. Ainda foram realizadas observações nas reuniões dos conselhos de classe bimestrais com professoras e professores. Nesses, discutimos e avaliamos o que foi observado juntamente com os colaboradores, em busca de melhorar nossas práticas educativas. Utilizamos da observação crítica, na qual, para Ibiapina (2008, p. 91): “O observador além de descrever o contexto observado, procura interpretar os resultados descritos com a ajuda do próprio observado”.

Ainda conduzindo os procedimentos metodológicos da pesquisa, embasamo-nos nas **sessões reflexivas** durante os encontros do Grupo de Estudo, para discutirmos a temática estudada Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas. Para tanto, em consonância ao objetivo da pesquisa nas sessões reflexivas emergiram discussões e ações entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem. Nesse tocante, “as sessões são espaço de criação de novas relações entre teoria e prática, permitindo que o professor possa compreender o que, como e o porquê das ações”. (IBIAPINA, 2008, p. 97).

Para potencializar a análise dos dados construídos e coletados durante as sessões reflexivas, (TOBIN, 1998 apud IBIAPINA, 2008, p. 97-98), descreve que essas sessões podem ser:

Fotografadas, gravadas, ou filmadas e a síntese das reflexões e/ou dos estudos deve ser feita logo após as sessões, para que nenhuma informação fique esquecida. As análises precisam ser fielmente transcritas e os colaboradores precisam ter acesso aos enunciados por eles produzidos, para possíveis correções de seus discursos.

Nas mesmas sessões a autora recomenda o uso de textos didáticos como suporte de estudos e de discussões teóricas que podem ser representados nas reflexões entre teoria e prática. Destacamos, no último encontro, a importância do conhecimento teórico, os conceitos atribuídos sobre conselho de classe, relacionando-os em nossas práticas avaliativas.

Outra fase da pesquisa, foram as ações realizadas juntamente com os colaboradores, as quais emergiram a partir de discussões e análises durante os encontros. São elas, **roda de conversa**, com alunos e alunas, e **ação formativa com docentes, sobre indisciplina escolar**. Para Ibiapina (2008, p. 51): “O caminho para mudar a prática docente é encarar a pesquisa como um processo de investigação da e na ação, considerando-o essencialmente como reflexivo e colaborativo”.

A participação dos colaboradores foi intensa, sempre abertos às discussões e à compreensão de que, realmente, precisávamos discutir ações para que o conselho de classe fosse um espaço pedagógico de reflexão da prática educativa.

2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Ao adentrarmos no campo da pesquisa, tínhamos a clareza que este deve ser respeitado em sua amplitude, que os conhecimentos do pesquisador não são maiores do que os conhecimentos dos colaboradores e, sim, diferentes e que aquele seria um momento de construção de conhecimento simultâneo entre pesquisador e pesquisados.

Nessa proposição (GEERTZ, 1979, p. 241 apud BOGDAN E BIKLEN, 1994, p. 113) afirmam que:

O trabalho de campo refere-se ao estar dentro do mundo do sujeito [...] não como alguém que faz uma pequena paragem ao passar, mas como quem vai fazer uma visita; não como uma pessoa que sabe tudo, mas como alguém que quer aprender; não como uma pessoa que quer ser como o sujeito, mas como alguém que procura saber o que é ser como ele. Trabalha para ganhar a aceitação do sujeito, não como um fim em si, mas porque isto abre a possibilidade de prosseguir os objetivos da investigação.

Assim, durante a pesquisa, procuramos desenvolver um trabalho de confiança e respeito para que pudéssemos colaborativamente, desenvolver os objetivos da pesquisa, bem como o desenvolvimento profissional e acadêmico da pesquisadora.

Portanto, para o desenvolvimento da pesquisa trabalhamos com: **pesquisa bibliográfica** com leitura analítica, para levantamento da história do conselho de classe na educação. Momentos de estudos teóricos que foram fundamentais na compreensão de nossas práticas; **análise documental**, quando foram levantadas as legislações pertinentes e analisados os Projetos Pedagógicos Institucionais do IFRO, que se constituíram fontes importantes para os nossos estudos. De acordo com Lüdke e André (1986, p. 39):

Os documentos constituem também uma fonte poderosa onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

A partir das análises dos documentos institucionais foi possível compreender o contexto pedagógico avaliativo do conselho de classe, bem como da missão institucional no desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem no IFRO.

Utilizamos o **diário de campo**, para os registros das ações, discussões e análises realizadas durante a pesquisa, auxiliando na escrita do pesquisador, o qual serviu de memória pedagógica, e para os registros dos sentimentos e emoções que afloraram no percurso da pesquisa. Segundo Neves (2006, p. 8):

Neste diário, são anotados, da forma mais minuciosa possível, os acontecimentos ocorridos em campo, assim como as impressões subjetivas decorridas destes acontecimentos. Ao se registrar impressões subjetivas e sentimentos, deve-se ter o cuidado de fazê-lo de forma distinta dos acontecimentos em si, para que possa haver uma avaliação posterior tanto dos acontecimentos quanto dos sentimentos e impressões.

Nesse contexto, a pesquisa-ação com abordagem qualitativa oferece uma interpretação mais profunda tanto no campo pesquisado, como nas ações dos sujeitos envolvidos, portanto, o diário de campo foi um recurso metodológico que ajudou nos registros dos encontros do Grupo de Estudo, das observações realizadas durante as reuniões dos conselhos classes.

Outro instrumento para os registros do desenvolvimento da pesquisa foi o uso de **fotografias**, material que também nos ajudou a realizar a descrição dos encontros do Grupo de Estudo. Conforme Bogdan e Biklen (1994, p.183): “A fotografia está intimamente ligada à investigação qualitativa, e pode ser usada de maneiras muitas diversas. As fotografias dão-nos fontes de dados descritivos, são muitas vezes utilizados para compreender o subjetivo e frequentemente analisados indutivamente”.

Também durante os encontros, usamos **gravações em vídeo e áudio** para possíveis intervenções da pesquisadora junto ao Grupo de Estudo, e poder transcrever na íntegra as falas dos colaboradores. Como afirma Gil (2008, p.103): “[...] o momento mais adequado para o registro é, indiscutivelmente, o da própria ocorrência do fenômeno”. E para a realização das gravações todos estavam cientes e de acordo, com a proposta dos registros da pesquisa.

Nesse contexto, vale descrever que em algumas das reuniões houve imprevistos quanto aos registros, portanto durante as reuniões um dos colaboradores auxiliava a pesquisadora para realizar os registros escritos e também a ajudar se as gravações estavam ocorrendo durante a reunião.

Em uma pesquisa pode ocorrer situações que não estavam no planejamento, por exemplo, mais especificamente a que ocorreu durante o oitavo encontro, foi usado um computador e uma câmera fotográfica sendo que a câmera estava configurada para gravar de

30 a 30 min. No meio da reunião, percebeu-se que a câmera havia parado de gravar; o computador entretanto, continuou. Mesmo com a ajuda de um colaborador, acontecem imprevistos, por isso é fundamental que se tenha alguém para auxiliar durante os registros na pesquisa de campo.

Novamente a câmera foi ligada e com a ajuda do colaborador a todo momento era averiguado se ainda estava gravando. Outra situação ocorrida no mesmo encontro, o computador tinha um limite de gravação, quando deu três horas de gravação parou, era seu limite, mais uma vez outro imprevisto. Infelizmente a pesquisadora perdeu alguns momentos da reunião com uma boa qualidade de gravação, pois a qualidade da câmera em imagem e audio era melhor que a do computador, dificultando assim a transcrição de uma etapa em que a câmera não estava gravando. Felizmente a maior parte estava gravada na câmera e foi possível realizar a transcrição da reunião.

Para caracterização dos colaboradores da pesquisa, usamos o **questionário** para registro de aspectos do desenvolvimento da formação profissional dos mesmos. No âmbito da pesquisa-ação o questionário em muitos casos não se aplica na coleta de dados. Para Thiollent (2007, p.29): “Em certos casos os convencionais questionários e as técnicas de entrevistas individuais são utilizados como meio de informação complementar”. Assim justificamos o uso do questionário.

Com o objetivo de dar voz aos alunos no processo do conselho de classe, pois foram, indiretamente, sujeitos da pesquisa-ação colaborativa, realizamos análise diagnóstica nas turmas por meio de reunião para conhecer, discutir e analisar os conhecimentos prévios dos alunos a respeito da função pedagógica dos conselhos de classe e o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem durante os bimestres, para que o Grupo de Estudo pudesse analisar e construir possíveis ações. Nesse contexto, Cruz (2005, p. 23) explicita que: “A análise da turma deve apontar causas, ou ao menos, sugerir hipóteses de causas dos problemas que o grupo apresenta, para propor ações concretas ou atitudes que possam produzir as modificações”.

Foi uma conversa coletiva, conduzida por um roteiro orientador para direcionar o objetivo da pesquisa, o qual segue como apêndice “C”⁴ deste trabalho. E por questões de ética não foram gravadas nem filmadas, sendo as falas registradas de próprio punho por participantes do Grupo de Estudo, sem a identificação das autorias das falas.

⁴ Ver roteiro de reunião com as turmas no apêndice C.

Assim, foi possível, a partir dos encontros e dos dados produzidos nestes encontros e a partir deles, culminar com a elaboração de um Plano de Ação para que, mensalmente, pudéssemos planejar ações e tornar o Conselho de Classe nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio das turmas dos 1º anos de Cacoal, um espaço não apenas de identificação de deficiências na aprendizagem dos discentes, mas uma oportunidade de análise sobre as variáveis que dificultam, no dia a dia, o desenvolvimento pleno das atividades docentes voltadas para a aprendizagem qualitativa dos alunos.

Para Thiollent (2007, p.26): “A compreensão da situação, a seleção dos problemas, a busca de soluções internas, a aprendizagem dos participantes, todas as características qualitativas da pesquisa-ação não fogem ao espírito científico”. Nessa direção, fizemos pesquisa, fizemos pesquisa-ação.

2.3 DESCRIÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *Campus* de Cacoal, nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, com professores e alunos das turmas dos 1º anos no ano de 2016, campo de pesquisa onde a pesquisadora atua profissionalmente como Pedagoga/Supervisão.

O Campus está localizado na Rodovia BR-364, Km 228, Lote 2A, Zona Rural, Cacoal – RO e tem uma área de 50 hectares. A instalação do *Campus* viabilizou-se pela doação da Escola Agrícola Municipal de Ensino Fundamental Auta Raupp ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. A doação foi efetivada pela Lei Municipal n.º 2.449/PMC/09, de 21 de maio de 2009. A Escola Auta Raupp foi inaugurada em 1997 e passou a oferecer as séries finais do Ensino Fundamental (5.^a a 8.^a). A partir do convênio assinado entre o IFRO e a Prefeitura Municipal de Cacoal, em 2009, esta Escola passou a funcionar em fase de progressiva extinção, com prazo para ser encerrada no segundo semestre de 2014. Concomitantemente vai se estruturando o Núcleo Avançado de Cacoal, extensão do *Campus* Ji-Paraná; foi fundamental para atender a demanda de interesses e necessidades de Cacoal e ao mesmo tempo viabilizar a expansão do IFRO. Em 1.º de fevereiro de 2010 o Núcleo foi transformado em *Campus* Avançado, sendo uma extensão do *Campus* Ji-Paraná e com previsão de oferta do Curso Técnico em Agropecuária subsequente ao Ensino Médio.

A primeira audiência pública foi em 28 de setembro, para apresentação do Instituto e dos resultados de uma pesquisa de atividades econômicas regionais, que embasam parcialmente a produção dos projetos pedagógicos de cursos. A partir de 2012, o *Campus* Avançado tornou-se *Campus* Cacoal que, inicialmente, oferecia os cursos técnicos em Agropecuária (subsequente) e Agroecologia (integrado), com 40 vagas em cada.

Atualmente, temos os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Agroecologia, Agropecuária e Informática, Curso Técnico Subsequente em Agropecuária, Curso de Graduação Matemática e Zootecnia, e Bacharelado em Agronegócio. Também oferece cursos em EAD e Pós-Graduação em Ciências da Matemática.

2.4 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

A princípio, iniciamos com oito docentes participantes da pesquisa-ação, mas um desistiu, ficando sete professores das turmas dos primeiros anos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Também participaram alunos de cinco turmas de primeiros anos, três representantes da equipe multidisciplinar, composta pela Orientação, Psicóloga e Assistente Social, sendo que esta última também saiu da pesquisa, foi removida para outro *Campus* e três representantes da equipe de apoio ao ensino que são os coordenadores de cursos. Durante a pesquisa, tivemos a colaboração de mais três professores que com ela contribuíram. Para a adesão à pesquisa, utilizamos como critério de inclusão a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, ou seja, todos poderiam participar e, para o critério de exclusão, participantes que não assinassem o referido termo ou que não quisessem participar.

Quanto à identificação dos sujeitos no trabalho, todos autorizaram divulgar imagem, e identificar suas falas. Assim, identificamos os colaboradores da pesquisa-ação por nomes fictícios, uma vez que estávamos discutindo a temática, aqui Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas, que ainda demanda mais conhecimentos e discussões sobre esse espaço avaliativo. Os Professores colaboradores estão identificados “Prof. e nome fictício”, os Coordenadores estão identificados “ Prof. Coord. e nome fictício” e os colaboradores da Equipe Multidisciplinar estão identificados “ com sigla da formação e nome fictício”. Segue abaixo o quadro com a caracterização da formação dos profissionais colaboradores da pesquisa:

Quadro2: Caracterização dos colaboradores da pesquisa-ação

Identificação dos participantes	Formação Inicial	Especialização	Pós-Graduação	Tempo de docência na Educação Básica/Profissional	Área de atuação na educação básica	Áreas que já atuou na educação básica
Prof. Clóves	Filosofia	Gestão de Recursos Humanos	Mestrado Profissional em Educação escolar	13 anos	Professor de Filosofia	Professor de: Filosofia, Sociologia, Geografia e História
Prof. Alan	Física	Ensino Didática do Ensino Superior	-	4 anos	Professor de Física	Química e Matemática
Prof. Júlio	Física	-	Mestrado e Doutorado em Física	5 anos	Professor de Física	Professor de Física
Prof ^a Maísa	Matemática	-	-	13 anos	Professor de Matemática	Professor de Física e Ciências
Prof ^a Júlia	Zootecnia	Saúde Coletivo e Didática do Ensino Superior	Mestrado em Educação Agrícola – Produção Animal. Cursando Doutorado	11 anos	Professora Zootecnista	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Ensino Profissionalizante
Prof. Jonas	Agrônomo	-	Mestrado em Ciências Agrárias – Agronomia e Doutorado em Ciências Agrárias – Agronomia	09 anos	Professor Agrônomo	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Ensino Profissionalizante
Prof ^a Ilda	Letras	Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa e Tecnologia em Educação	Mestrado em Ciências da Linguagem	6 anos	Professora de Língua Portuguesa	Professora de Língua Portuguesa no Fundamental II e Ensino Médio.
Prof ^a Sílvia	Pedagoga	Pedagogia Gestora: Orientação, Supervisão e Administração e Didática e Metodologia ao Ensino Superior	Mestrado em Educação Escolar	17 anos	Professora Pedagoga	Professora nas séries iniciais, fundamental e médio.
Edgar	Informática	Redes de	Cursando	8 anos	Professor de	Professor do

	a	Computadores e Metodologia do Ensino Superior	Mestrado em Física Nuclear		Informática	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Ensino Profissionalizante
Prof. João	Ciências Biológicas	Gestão e Análise Ambiental e Biologia Vegetal	Cursando Mestrado em Botânica	17 anos	Professor de Biologia	Professor no Ensino Fundamental II e Ensino Médio
Profª Coord Nilce	Agronomia	-	Mestrado em Ciências Ambientais. Cursando Doutorado	3 anos e 6 meses	Professora Agrônoma	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Ensino Profissionalizante
Profª Coord Verônica	Letras	Metodologia e Didática do Ensino de Língua Portuguesa	Mestrado em Educação Escolar	17 anos	Professor de Língua Portuguesa	Professor de Alfabetização, Artes e Ciências
Profª Coord Amanda	Informática	Metodologia e Didática do Ensino Superior. Tecnologias em Ensino à Distância	Mestrado em Educação Escolar	11 anos	Professor de Informática	Professor nas séries iniciais.
OE. Alice	Pedagoga	Especialização em Orientação/Supervisão Escolar	-	04 anos	Orientação Escolar	Professora das séries iniciais e Educação de Jovens e Adultos
Psci.Sara	Psicóloga	Saúde Mental	-	04 anos	Psicologia	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Com base nos procedimentos metodológicos apresentados, discorreremos nas próximas seções os caminhos trilhados na construção e coleta dos dados durante o desenvolvimento da pesquisa-ação. Apresentaremos todo o processo que constituiu a presente pesquisa, desde os sentimentos, as angústias até os conhecimentos construídos pela pesquisadora e participantes.

3 CONSELHO DE CLASSE COMO REFLEXÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

O objetivo dessa seção é apresentar o recorte histórico sobre a institucionalização da instância Conselho de Classe. Com isso, apresentamos aspectos da concepção de educação autoritária e tecnicista e, também, o conselho de classe com novos olhares pedagógicos a partir da concepção de educação progressista, em que o trabalho educativo passa a ser redirecionado com práticas democráticas no processo de ensino e aprendizagem. A seção ainda discute sobre a função pedagógica do conselho de classe no que se refere à avaliação do processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva formativa. E por fim, apresentamos e discutimos as legislações pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem do IFRO. Desse modo, apresentamos a missão institucional em seus princípios norteadores da educação em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso e Resoluções, para que pudéssemos discorrer sobre a função pedagógica do conselho de classe no IFRO.

3.1 RECORTE HISTÓRICO SOBRE A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE

Ao buscar o contexto histórico da institucionalização do Conselho de Classe, verificou-se, em Dalben (1994), que essa instância tem sua origem na França, por volta de 1945, com a finalidade de um trabalho interdisciplinar com classes experimentais. Com o advento da reforma de ensino francesa, de 1959, foram instituídos três tipos de Conselhos: o Conselho de Classe no âmbito da turma; o Conselho de Orientação no âmbito do estabelecimento; e o Conselho Departamental.

Tais conselhos tinham em seus objetivos a observação sistemática e contínua dos alunos, tendo um caráter específico, dirigido para seleção e distribuição dos alunos. Serviriam para orientar o acesso dos alunos conforme suas aptidões nas modalidades de ensino clássico ou técnico. Nesse momento da historicidade do conselho de classe, podemos observar a atuação pedagógica em um processo educativo tradicional com uma concepção avaliativa classificatória, determinando a vida escolar do aluno, como também a contribuição para a construção dualista de escola, sustentada por uma visão capitalista. Assim, sustenta a manutenção das desigualdades culturais e sociais que já existiam fora da escola e se presta a fortalecer as desigualdades educativas: definir quem iria fazer uma educação para a mão de obra ou para a formação intelectual.

Essa experiência francesa foi vivida por dez educadores brasileiros estagiários em Sévres, em 1958, dentre eles estavam Laís Esteves Loffredi e Myrthes de LuccaWenzel, que

trouxeram a ideia para o Brasil, sendo o Rio de Janeiro o estado pioneiro em sua implantação no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP), momento que a educação brasileira vivia o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que era contra o ensino que servia aos interesses e necessidades somente das classes dominantes. Buscava-se uma escola mais humana, democrática, um sistema educacional público de qualidade para todos, e não uma educação que concebesse aptidões dividindo o conhecimento. A instância conselho de classe nesse contexto ainda não aparecia legalmente instituída na escola, mas acontecia de forma espontânea sem importância pedagógica.

Dalben (1994) apresenta que a instituição legal dos conselhos de classes no Brasil deu-se a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 5.692/71, não diretamente pela Lei e sim indiretamente, por orientações vindas pelo modelo de escola proposto pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEM)⁵, que objetivava a ampliação da oferta do ensino médio, caracterizando o conselho de classe como órgão constituinte da escola, e também, com base em pedidos de esclarecimentos sobre a lei, as instituições escolares produziam Resoluções e Pareceres dos Conselhos Estaduais de Educação que, de certa forma, encaminhavam as discussões para a formalização de uma instância avaliativa coletiva na escola, que seria o conselho de classe, para discussões e orientações necessárias para a operacionalização da Lei. Assim Dalben (1994, p. 40) reforça que:

É interessante analisar que o caráter amplo encontrado nos artigos dessa lei possibilitou que sua interpretação e os caminhos para a sua operacionalização fossem variados. Quando se folheiam *Informativos Mai*, verifica-se que muitas escolas, dependentes da legislação para a sua atuação, necessitavam obter normas legais para a definição de sua forma de organização e verificação de rendimento escolar.

Ainda segundo Dalben (1994), a origem do conselho de classe na organização escolar brasileira partiu do programa de oferta de um ensino profissional e sua filosofia pautava-se no desenvolvimento do trabalho em equipe, na importância da reflexão sobre esse trabalho por meio de discussões em que o processo avaliativo não se restringia à avaliação classificatória ou meramente ao rendimento do aluno, e sim, com base em um olhar crítico sobre a formação integral do cidadão, um papel dinamizador no processo avaliativo, pelas análises múltiplas da equipe educativa. No entanto, ressalta que a organização escolar era pautada por características de hierarquização, individualizada, existindo contradições dessas ideias para

⁵Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968. Prevê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63914-26-dezembro-1968-405261-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jun 2016.

sua concretização. Destaca-se, que ainda hoje é possível perceber a instância conselho de classe vivenciando essas contradições avaliativas nas práticas pedagógicas.

Pode-se observar que o marco político educacional da referida Lei constituía-se em um modelo de educação tecnicista voltada para as exigências do mercado de trabalho, idealizada nos valores do capitalismo. Severino (2006, p. 301) aponta que nesse momento histórico visava-se, “a maior produtividade possível, a baixo custo, mediante o preparo de uma mão de obra numerosa, com qualificação puramente técnica, disciplinada e dócil, adequada ao atendimento das necessidades do sistema econômico”, alicerçada epistemologicamente nos ideais positivistas, refletindo nos processos de ensino e aprendizagem, uma educação que não considerava a subjetividade ética e política na formação crítica e social dos alunos, e sim em sua objetividade de sociedade capitalista que visava à maior produção possível. Corroborando as ideias do ensino reprodutivista, Duarte (1998, p. 4) afirma que:

O objetivo dessas teorias reside em revelar tal reprodução, fazer sua crítica e mostrar que antes da superação, em nível da sociedade como um todo, do modo de produção capitalista, não há possibilidade de se realizar um trabalho no interior da escola que não tenha como resultado objetivo, independentemente das intenções dos educadores, a reprodução da divisão social do trabalho, isto é, das relações sociais de dominação. Assim, sem dúvida, trata-se de um posicionamento negativo quanto às possibilidades de o trabalho educativo assumir um caráter humanizador ainda no interior da sociedade capitalista.

Podemos inferir que, mesmo a instância conselho de classe tendo surgido com um princípio de análises coletivas, ganhou outro viés diante da sociedade capitalista, quando os problemas de aprendizagem não eram refletidos, discutidos e nem contextualizados com as questões pedagógicas. Como era de se esperar, o conselho de classe concretizou-se como um processo mecânico que não exigia reflexão acerca do como e o que ensinavam, disseminou um posicionamento acrítico ao encontro da concepção de educação tradicional, já que não buscava compreender o contexto da concretização do ensino e aprendizagem, tornou-se um processo de julgamento nas práticas avaliativas em que o conhecimento do aluno somente era medido, quantificado.

Historicamente, observamos que o conselho de classe em muitas de suas práticas avaliativas só tem contribuído na legitimação dos alunos, na classificação quantitativa, no processo de ensino e aprendizagem. A esse respeito Dalben (1994, p. 132) destaca que:

Nessa perspectiva liberal, portanto, a avaliação seria um instrumento disciplinador e autoritário, não só dentro do processo cognitivo, tendo como veículo a escola, na relação transmissão-assimilação, como também nas condutas sociais, no contexto social global [...]. Essa concepção é objetivamente reforçada pela própria

organização escolar, que se baseia na relação funcionalista entre as partes. Dessa forma, o próprio aluno é o grande responsável pela sua educação, pelo desenvolvimento de suas capacidades e habilidades e ainda pela adequação de suas atitudes ao modelo exigido pela escola.

Verifica-se que a autora pontua enfaticamente a questão de as diferenças culturais não serem levadas em conta, valendo-se de um ensino padronizado segundo um modelo ideal, esquecendo-se que a formação do ser humano se dá com as condições de vida em sociedade, reforçando assim práticas pedagógicas puramente tradicionais. Sobre isso, segundo Dalben (1994) o paradigma pedagógico preponderante é aquele em que existe a relação dicotômica professor x aluno, onde há um ser que deve ser educado e outro que deve educar. Assim, reforça-se uma relação de submissão e de alienação em que somente os alunos são avaliados. E a prática pedagógica, processo de ensino não é discutida e nem refletida.

Diante desses pressupostos, pode-se verificar que há muito tempo o processo histórico do conselho de classe tem contribuído, de certo modo, com os objetivos hegemônicos da classe dominante, que é a reprodução das desigualdades sociais na sociedade, quantificando somente o saber dos educandos, eximindo-se de buscar mudanças nas práticas avaliativas com vistas a uma prática reflexiva que compreenda as reais dificuldades encontradas pelos alunos e alunas no processo de ensino e aprendizagem, bem como suas práticas pedagógicas.

Vale a pena constatar na década de 80 do século XX, as práticas do conselho de classe começam a ser questionadas quanto ao seu processo avaliativo, momento este em que a sociedade ansiava para um novo contexto educacional, pois passava por novas mudanças políticas, econômicas e sociais. Essas mudanças agitavam o país na busca da democratização das relações sociais de poder, nas práticas pedagógicas, entre elas a da avaliação, e passam a ser apontadas como estratégias fundamentalmente políticas e não mais técnicas e internas da escola. Política porque é capaz de diagnosticar as problemáticas de ensino e propor alternativas para a superação da mesma, um processo democrático e não técnico, que acabava excluindo os alunos de classes menos favorecidas. (FERNANDES, 2007).

Constatou-se na década de 90 do século XX, a sociedade como um todo passa por grandes revoluções econômicas e tecnológicas, trazendo grandes desafios às escolas e educadores, para sua prática pedagógica, pois a educação estava frente a grandes desigualdades sociais e econômicas, que influenciavam e influenciam até os dias atuais o processo de ensino e aprendizagem.

Fernandes (2007, p. 267) destaca que:

O discurso da necessidade de deslocamento do foco do comportamento dos alunos e dos resultados da avaliação, para o processo de ensino e aprendizagem. A mudança de concepção em relação à avaliação, por parte dos docentes e dos coordenadores pedagógicos, desponta como condição necessária para a transformação da prática do Conselho de Classe Tradicional.

Surge então uma nova prática reflexiva e democrática nas discussões dos conselhos de classe, em uma perspectiva de uma educação progressista, pois a avaliação não se centra mais só no aluno, passa-se a discutir o desenvolvimento de todos os envolvidos no processo educacional, caracterizado por um processo participativo, em que alunos, e alguns casos até pais passaram a ter voz em reuniões dos conselhos de classes. A escola passa a ter outras funções na formação dos educandos, formar cidadãos críticos, criativos, autônomos, participativos, sujeitos de sua própria formação.

Nesse momento histórico educacional, começou-se a discutir a educação em uma perspectiva progressista, que tem como fator principal a luta contra a alienação da sociedade, possibilitada por uma educação democrática. Busca-se a compreensão de que o conhecimento historicamente produzido e acumulado não é concebido como uma produção individual ou por quem tem mais poder aquisitivo, mas como um saber produzido na relação da prática social em condições objetivas e subjetivas disponíveis em sua formação.

Dalben (1994, p. 140) pontua que a perspectiva progressista de educação possibilita grandes reflexões para o campo educacional quando se analisam as práticas reprodutivistas, pois “considera o homem um ser capaz de promover a transformação da sociedade mediante o conjunto de ações organizadas em direção a objetivos comuns [...]” e, nesse sentido, [...] “torna-se fundamental o desenvolvimento da consciência crítica do aluno para a análise da realidade em que vive”. Nessa perspectiva a relação professor x aluno acontece de forma dialética, democrática, contextualiza o processo de ensino e aprendizagem na prática reflexiva, dinâmica, efetiva e criativa. Trata-se de uma relação horizontal e não vertical entre professor/aluno.

À luz dessas ideias, o conselho de classe passa a ser também visto, como espaço reflexivo das práticas pedagógicas. No ensejo, Freire (2003, p. 9) coloca um dos pontos para uma prática reflexiva:

O primeiro a sublinhar é a posição em que me acho, criticamente em paz com minha opção política, em interação com a minha prática pedagógica. Posição não dogmática, mas serena, firme, de quem se encontra em permanente estado de busca, aberto à mudança, na medida mesma em que, de há muito, deixou de estar demasiado certo de suas certezas. [...]. Significa reconhecer o conhecimento como uma produção social, que resulta da ação e reflexão, da curiosidade em constante movimento de procura.

Podemos inferir que o conselho de classe é um espaço reflexivo em que podemos ressignificar nossas práticas educativas em ações significativas e democráticas, a partir do momento que me avalio e permito ser avaliado. De acordo com as autoras Lora e Szymanki (2008, p. 7):

O Conselho de Classe deve ser pensado neste mesmo referencial, como um instrumento de transformação da cultura escolar sobre avaliação e, conseqüentemente, da prática da avaliação em sala de aula. Assim, ele é o espaço de uma avaliação diagnóstica da construção conjunta do processo ensino e aprendizagem, deve refletir a ação e a realização da proposta pedagógica da escola. Não é apenas um espaço burocrático, mas um espaço de reflexão pedagógica em que o professor e o aluno se situem conscientemente no processo que juntos desenvolvem.

Nesse sentido, o profissional da educação precisa estar consciente que é um ser inacabado e que sua prática educativa é uma prática política e social em constantes mudanças. Se fôssemos puramente determinados e não seres “programados para aprender”, não haveria por que na prática educativa apelarmos para a capacidade crítica do educando, nem falar em educação para a libertação. (FREIRE, 2003).

Ainda, permeando aos objetivos da reflexão da prática pedagógica nas concepções progressista de educação, Freire (2003, p. 17) pontua:

Ao recusar a ‘domesticação’ do tempo, a pós-modernidade progressista não apenas reconhece a importância do papel da subjetividade na história, mas atua político-pedagogicamente no sentido de fortalecer aquela importância. E o faz através de programas em que a leitura crítica do mundo se funda numa prática educativa crescentemente desocultadora de verdades. Verdades cuja ocultação interessa às classes dominantes da sociedade.

Assim, a leitura crítica de mundo é um dos princípios em que a prática pedagógica precisa estar fundamentada, conseqüentemente será reflexiva e poderá tornar o conselho de classe em ações significativas, pois aprender e ensinar faz parte da existência humana, por isso mesmo devemos em nossas práticas assumirmos posição de indagadores, curiosos em torno de si e de si no mundo e com os outros, assim entenderemos que o processo formativo é uma ação inacabada.

Nesse viés, o conselho de classe passa a ser discutido nos princípios de uma prática pedagógica, que busca considerar os aspectos políticos, sociais e culturais dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem de forma significativa e coletiva. Conforme Lora e Szymanki (2008, p. 6): “Hoje, partindo de uma visão progressista de educação, que prega o trabalho coletivo no interior da escola, nada mais deve ser feito de modo improvisado e insignificante, porque cada ação está ligada a fins comuns, as ações individuais são articuladas na ação coletiva”.

Nessa visão, o ambiente escolar é caracterizado em ações de gestão democrática, é compreender que esse processo se constituiu a partir das discussões da década de 90 do século XX, a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos⁶, que deu abertura para discussões da democratização das relações sociais. Esse período foi vivenciado por discussões na luta da descentralização da educação, para uma educação de qualidade com autonomia didático-pedagógica, com ênfase na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem, e não mais exclusivamente na matrícula e na frequência nos programas educacionais.

Assim, para que as concepções de gestão democrática fossem institucionalizadas nas instituições educacionais, foram aprovadas as Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira, Lei 9394/96. Esta lei traz outros objetivos para a prática pedagógica no processo de ensino e aprendizagem, sendo o conselho de classe um espaço democrático. Podemos verificar os princípios norteadores da gestão democrática de acordo com a lei:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Diante dessa nova conjuntura, entende-se que a gestão democrática está baseada em ações que instituem a comunidade escolar constituída por professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários, respectivamente aqui os Conselhos Escolares.

Nessa concepção os sujeitos são ativos em todo o processo da gestão, interagindo com decisões a serem tomadas na escola, rompendo com os modelos tradicionais de educação, impondo-se mudanças, novas atitudes na prática pedagógica, tendo como ferramenta o Projeto Político Pedagógico da Escola, dinamizando assim o trabalho escolar e sua organização.

Segundo Vasconcellos (1997, p. 143) o Projeto Político Pedagógico: “[...] é um instrumento teórico metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, e o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição [...]”.

A luz dessas ideias Veiga pontua (1995, p. 13):

⁶Disponível em: <www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais>. Acesso em 20 jan. 2016.

O projeto político pedagógico ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo, os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Podemos inferir que a função pedagógica do Projeto Político Pedagógico está pautada em ações democráticas, participativas, ações que levam a todos a discutirem, refletir e agir em conjunto na busca de soluções para os problemas do cotidiano escolar, configurando-se em equipe gestora participativa. Portanto, gestão democrático-participativa “valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo, aposta na construção coletiva dos objetivos e do funcionamento da escola, por meio da dinâmica intersubjetiva, do diálogo, do consenso”. (LIBÂNEO, 2001, p.105).

O conselho de classe é um componente avaliativo do Projeto Político Pedagógico da Escola, um trabalho que requer trocas de experiências, discussões avaliativas em conjunto, exigindo mudanças avaliativas em um contexto formativo e não em um contexto autoritário, com práticas pedagógicas democráticas capazes de reconhecer o educando como sujeito de sua aprendizagem.

Nesse contexto de escola democrática Freire (2003, p. 21) afirma: “Respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos, crianças, jovens ou adultos, os educadores e educadoras populares têm neles um ponto de partida para a sua ação. Insista-se, num ponto de partida e não de chegada”. Ser democrático em nossas ações educativas com essas atitudes é colocar o ensino em um processo democrático em que todos possam participar, e no conselho de classe democrático esse princípio ético é fundamental para o processo reflexivo da prática pedagógica.

Desta forma compreendemos que o educador precisa ser democrático em suas práticas e não transformar o conhecimento em um processo mecânico neutro, sim um processo de intervenção no mundo na formação do sujeito histórico-social, como preconizou Freire (2003, p. 52): “sem intervenção do educador, intervenção democrática, não há educação progressista”.

Veiga (1995, p. 18) compreende que a gestão democrática: “Exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores”.

Nesse entendimento, Oliveira e Piassa (2008, p. 3) afirmam que:

Na gestão educacional democrática, a participação das instâncias colegiadas de decisão coletiva exerce papel fundamental no sentido de coibir o autoritarismo, a seletividade e a exclusão social. Uma destas instâncias é o Conselho de Classe, que se constitui como instância avaliativa do espaço escolar e possibilita a leitura coletiva das práticas escolares e suas necessidades pedagógicas, estando inserido num contexto que abrange avaliação, a metodologia e a construção efetiva de uma prática pedagógica coletiva. Neste sentido, concebe-se, então, a necessidade de destacá-lo como momento propício para a análise e proposta de intervenção possível no que se refere às dificuldades presentes no cotidiano escolar.

Deste modo, entendemos que o conselho de classe é o caminho de análises e ações para uma prática democrática de educação, uma instância deliberativa que precisa estar em consonância com uma educação para todos. De acordo com entendimento das autoras, os conselhos de classe são estratégias importantes na busca de alternativas para a superação das problemáticas pedagógicas relacionadas ao ensino e aprendizagem na proposta de gestão democrática. Ainda segundo Oliveira e Piassa (2008, p. 5):

O conselho de classe pode ser instrumento na luta pela democratização do espaço escolar. A escola deve comprometer-se com os reais interesses de sua comunidade, entre os quais a aprendizagem, o respeito às diferenças individuais, igualdade de direitos e de condições à justiça ao diálogo e, portanto, à democracia. A transformação da educação escolar só será realizada por sujeitos auto-reflexivos, esclarecidos e conscientes de seu papel social.

Nesse panorama, essa instância o tem papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, com perspectivas dialógicas, reflexivas, num processo comunicativo democrático e emancipador entre educando e educador. Nas palavras de Freire (2003, p. 30), “uma reflexão pedagógica fundada no sonho por um mundo menos malvado, menos feio, menos autoritário, mais democrático, mais humano”.

Atualmente, o conselho de classe vem sendo constituído como elemento fundamental da organização escolar, que pode viabilizar ações pedagógicas contra-ideológicas, já que se configura como o único espaço para a reflexão sobre o trabalho de sala de aula com o aluno. Daí a importância de ser realizado nas perspectivas de educação progressista, como espaço que possibilita momentos reflexivos em que o objeto de estudo, o processo de ensino, seja analisado em sua amplitude e não mais um espaço de julgamento dos alunos. Busca a identificação das problemáticas, discute-as e realiza ações, define estratégias para a sua superação; deve ser um momento para se pensar a prática educativa como um todo como processo.

Confirmando essa proposição, Freire (1996) dispõe que o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente lido, interpretado e escrito. Assim, é possível que a

transformação das práticas pedagógicas ocorra sob uma visão mais crítica e comprometida com a sociedade.

Enfim, a partir das discussões verifica-se que o conselho de classe é, ou poderá vir a ser, um espaço questionador e orientador de nossas práticas, um espaço reflexivo, no mínimo sobre o fato de que, antes de se avaliar os alunos é importante que os professores se autoavaliem de maneira que suas práticas e teorias sejam revistas. Nessa direção, acredita-se em um trabalho educativo capaz de articular o conhecimento histórico social de maneira crítica para uma educação emancipadora.

3.2 A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO CONSELHO DE CLASSE

Buscamos, aqui, compreender a função pedagógica do conselho de classe como espaço que pode possibilitar tanto a reflexão/avaliativa da prática pedagógica, a partir das discussões e avaliações realizadas durante o conselho de classe, bem como compreender que também é um processo avaliativo formativo no processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, vê-se a preocupação de se buscar novas práticas para o conselho de classe, um processo que possa ser discutido o “fazer docente”, transformando-o coletivamente em um momento de reflexão sobre as práticas pedagógicas, para posteriormente serem ressignificadas em suas práticas em sala de aula.

Nesse sentido, Guerra (2010, p. 37) pontua:

São necessárias reflexões sobre o que pode ser feito ao se avaliar e como é possível buscar alternativas de mudança. Nessa perspectiva, a avaliação compreende a organização, a produção de conhecimentos e habilidades, a compreensão do trabalho, o desenvolvimento tecnológico e a participação crítico-reflexiva na formação integral do ser humano em determinado momento histórico.

A priori, o conselho de classe tem como função pedagógica a dinamização da avaliação, em que todos são avaliados; um espaço de diagnóstico da prática educativa escolar, com possibilidades de transformar práticas pedagógicas enraizadas na epistemologia positivista, espaço reflexivo na busca coletiva de alternativas por meio de ações concretas; momento de consciência pessoal e coletiva. Assim sendo, a forma de trabalho educativo é o grupo com discussões estruturadas num processo dialógico e interativo de tal modo que as visões dos vários segmentos são da maior relevância para a melhor compreensão da atividade pedagógica. (DALBEN, 1994).

Destarte, Cruz (2005, p. 15), nos apresenta que o “conselho deve refletir a ação pedagógica educativa e não apenas ater-se a notas, conceitos ou problemas de determinados alunos. O Conselho verifica se os objetivos, processos, conteúdos e relações estão coerentes com o referencial de trabalho pedagógico da escola”.

Partindo dessa premissa, muitas pesquisas vêm apontando que a função pedagógica do conselho de classe pode ser um espaço reflexivo/avaliativo das práticas em sala de aula, a partir do momento em que são apresentadas e discutidas coletivamente as dificuldades de aprendizagem dos alunos; a partir daí é possível aos educadores repensarem a reorganização dos encaminhamentos em sala de aula, retomada de conteúdo, oferta de recuperação, registros de avaliação, frequência, conteúdo e ações realizadas ao longo do processo. (OLIVEIRA e HIROSE, 2012).

Também verificamos em Dalben (2004, p.75) que:

A reflexão/avaliação da prática pedagógica, estruturada num processo dialógico e interativo, permite matizar os resultados da avaliação do desempenho do aluno, pela diferença e pela divergência de olhares, explorando diversos referenciais, clarificando significados e sentidos pedagógicos, comparando parâmetros reais e ideais, compartilhando subjetividades e oferecendo uma dimensão qualitativa à medida de desempenho do aluno, do professor e da escola.

As discussões apontam para o fato de que, se os educadores se permitirem se autoavaliar nesse processo dinâmico, já estará permitindo uma mudança em sua prática pedagógica, criando e recriando novas ações na melhoria do processo de ensino.

À luz dessas ideias, Tavares e Szymanski (2008) corroboram que durante o conselho, os envolvidos devem avaliar os alunos e as práticas docentes, no intuito de melhorar o processo pedagógico. Reforçam que, muitas vezes essas decisões causam impactos, geram conflitos quando nem todos concordam, mas é na troca de experiências que essas divergências poderão ser acertadas, pois todos deveriam ter um objetivo comum, a busca de ações que visem à aprendizagem.

Assim, Dalben (1994, p. 192) define o conselho de classe como um órgão colegiado que pode “propiciar o debate permanente e a geração de ideias numa produção social. A dimensão dos espaços coletivos é essencial para o estabelecimento de uma relação social transformadora e torna-se fundamental o resgate das instâncias colegiadas na escola.”

Também, apontamos aqui o conceito pedagógico do espaço conselho de classe atribuído por Cruz (2005, p. 12):

Um momento alegre, prazeroso e, ao mesmo tempo, sério, pois é momento de emersão e crescimento da consciência pessoal e coletiva da equipe. É tomada de consciência individual e coletiva que faz *SUJEITOS* do processo educativo e não meros tarefeiros que cumprem ordens superiores, ou, então, “soldados”, que trabalham apenas pelo “soldo” que recebem. (Grifo do autor).

Verifica-se que é uma etapa dinamizadora do trabalho pedagógico, que indaga o educador, a partir da sua autoavaliação diagnóstica durante seu desenvolvimento enquanto docente. É um sujeito histórico político da prática pedagógica, que provoca ações concretas, interfere na prática educativa para a construção da formação emancipadora do sujeito, o aluno.

Analisando as colocações, compreende-se que a função pedagógica do conselho de classe, deve ser contextualizada com o dia a dia da prática em sala de aula, ressignificando os nossos saberes. Conforme Dalben (1994, p. 111):

O Conselho de Classe surge embasado no pressuposto de que num processo coletivo em que existem diferentes óticas dos diversos profissionais, conseguir-se-á, através da soma dessas óticas, o maior conhecimento do objeto que se avalia, para obter, conseqüentemente tomadas de decisões mais acertadas.

Diante das circunstâncias, entende-se que o conselho de classe permite a discussão do trabalho pedagógico, de forma avaliativa, função fundamental no processo didático, centrada na análise da capacidade de o saber ler e interpretar a prática educativa e, conseqüentemente, efetivar resultados positivos no processo de aprendizagem de cada um de seus alunos que se desenvolvem no ensino.

Colaborando com a discussão Libâneo (2004, p. 303) destaca que o conselho de classe:

É a instância que permite acompanhamento dos alunos, visando a um conhecimento mais minucioso da turma e de cada um e análise do desempenho do professor com base nos resultados alcançados. Tem a responsabilidade de formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as relações mútuas entre os professores, pais e alunos, e incentivar projetos de investigação.

Dalben (2004) considera que a reflexão da avaliação na prática pedagógica expressa os resultados da avaliação do desempenho do aluno por diferentes óticas, identificando diversos referenciais, clarificando significados e sentidos pedagógicos, uma dimensão qualitativa à medida do desempenho do educando, do educador e da escola, um processo avaliativo formativo. Dessa forma, quando todos são avaliados sistematicamente, abre-se espaço para que haja transformações significativas na prática educativa valendo-se da criticidade, pois como preconizava Freire (1996), é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.

Nesse contexto, a função pedagógica do conselho de classe tem como objetivo essas criticidades, buscando a melhoria da prática pedagógica, valorizando as experiências vividas em sala de aula, não refletindo apenas para avaliar, mas para pensar em novas atitudes e novos posicionamentos. Nessas reflexões Guerra (2010, p. 10) destaca que:

A participação ajuda a construir uma avaliação colaborativa, a diminuir ansiedades e angustias e a construir bases democráticas dentro da instituição escolar. A participação de todos com equidade de valores durante o Conselho de Classe orienta a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, construindo, assim, uma avaliação crítica no contexto escolar.

Ainda segundo o autor, ao nos referirmos à avaliação, temos claro que uma das tarefas da educação é construir um processo reflexivo de ensino e de aprendizagem, presente em todos os aspectos do cotidiano escolar com um posicionamento afirmativo sobre o ato de ensinar. Nessa concepção avaliativa da ação educativa, Severino (2006, p. 312) reforça que: “O exercício da prática educativa exige, da parte dos educadores, uma atenta e constante vigilância diante dos riscos da ideologização de sua atividade, seja ela desenvolvida na sala de aula, seja em qualquer outra instância do plano macrossocial do sistema de educação e da sociedade”. Contudo, o autor nos alerta acerca da importância de estarmos atentos com o nosso fazer educativo, de modo que o conselho de classe não seja um espaço empobrecedor de nossa prática educativa, e sim um processo vigilante para construirmos uma educação mais humana, repudiando os objetivos de uma educação tradicional excludente.

Portanto, durante o conselho de classe, as falas de cada participante podem ser referências na construção e reconstrução das práticas educativas. Segundo Engers e Gomes (2007, p. 524):

Os conselhos de classe são momentos importantes para que os professores compreendam a si a partir de suas falas e também da fala de seus pares, encontrando pontos de encontros e de desencontros, identificando-se como únicos e também como pertencentes a uma categoria que compartilha alegrias e tristezas, facilidades e limitações, desejos, vontades, paixões, conquistas.

O conselho de classe é um espaço pedagógico que acontece ao longo do ano letivo, momentos que proporcionam interações entre os educadores e outros profissionais da educação, são momentos que podem proporcionar análises reflexivas do processo de ensino. Nesse processo pedagógico, refletir mediante a análise da realidade do ensino, da leitura pausada, da troca de experiências, são meios que podem possibilitar a compreensão, a interpretação e a intervenção sobre a prática. (IMBERNÓN, 2010).

Sendo assim, compreende-se que a atividade do conselho de classe é um eixo articulador de todo processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se em um processo reflexivo nas práticas pedagógicas em que a reflexão crítica não seja apenas para avaliar e sim uma atividade constituída pela reflexão diante das problemáticas apontadas que, conseqüentemente, pode provocar e proporcionar mudanças na prática pedagógica.

Para tanto, Pimenta e Ghedin (2002, p. 142) abordam que o “ato reflexivo é uma atividade que implica uma mudança ativa (política) no interior da sociedade [...], a reflexão que não se torna ação política, transformadora da própria prática, não tem sentido no horizonte educativo”. A reflexão por refletir não se constituirá de mudanças, mas se estiver atrelada em ações, conseqüentemente transformará o refletido.

Diante do exposto, o conselho de classe é um espaço de reflexão e redimensionamento do fazer pedagógico, em que os profissionais são convidados a serem pesquisadores de sua prática, na busca reflexiva de ações que possam intermediar ou até mesmo superar as problemáticas apresentadas no desenvolvimento dialético de ensino. Assim, como educador e educadora é necessário assumir-se um pesquisador de sua prática. Freire (1996, p.29) já preconizava que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Ser pesquisador da própria prática educativa é ser reflexivo, questionador, é ter a capacidade de trabalhar na coletividade, ouvir o outro, descortinar e romper com práticas engessadas nas teorias tradicionais, ser capaz de desconstruir e construir novos saberes. Conforme Gadotti (2003, p. 71), para ser pesquisador é preciso:

Indagar-se constantemente sobre o sentido do que está fazendo. Se isso é fundamental para todo ser humano, como ser que busca sentido o tempo todo, para toda e qualquer profissão, para o professor é também um dever profissional. Faz parte de seus saberes profissionais continuar indagando, junto com seus colegas e alunos, sobre o sentido do que estão fazendo na escola.

Podemos aludir que a prática avaliativa do conselho de classe, deve ser pensada nessas perspectivas, pois “não se soluciona um problema descobrindo o culpado, mas agindo sobre a necessidade que teve como manifestação externa ao problema”. (CRUZ, 2005, p. 19). Assim, avaliar e discutir a prática educativa, é entender o seu fazer pedagógico, a metodologia desse processo de ensino, o tratamento dessa relação.

Diante do exposto, é evidente que o conselho de classe é um espaço de reflexão das práticas pedagógicas, uma vez que se deve analisar, discutir e propor ações interventivas de forma coletiva no processo de ensino e aprendizagem.

Para Silva (2008, p. 9), o conselho de classe constitui caminho para a análise e possível redirecionamento do projeto pedagógico da escola, para tanto, a autora pontua que:

A reflexão do professor, do pedagogo e do gestor sobre o seu próprio trabalho será o melhor instrumento de aprendizagem e é essa nova atitude desses profissionais da educação que trará um novo significado às práticas do Conselho de Classe. Na verdade, o Conselho de Classe é uma oportunidade ímpar que possuem os envolvidos com a aprendizagem, pois além da liberdade que cada um tem de expor suas impressões, ainda são encorajados pelos pares que ao longo da discussão vão apresentando argumentos para a soma do resultado ou a busca do melhor caminho. Só o que não pode faltar em cada membro desse Conselho é o comprometimento com a causa e a justiça na tomada de decisão.

O conselho de classe é, portanto, um espaço privilegiado para reflexão/avaliativa das práticas pedagógicas e conseqüentemente um espaço formativo, no momento que se propõe autoavaliar e mudar a realidade com responsabilidade e compromisso. Um processo que deve ser coletivo, desenvolvido por ações colaborativas e cooperativas entre os profissionais da educação, considerando os princípios do respeito às pessoas em seus contextos sociais para transformar a realidade.

Para tanto, compreende-se que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou a sua construção”. (FREIRE, 1996, p. 22). No entanto, tomada de novas decisões na construção de uma aprendizagem democrática, por meio de análises múltiplas de seus participantes, permitindo-se um fazer coletivo e significativo. Confirmando estas colocações Dalben (1994, p. 140) destaca que:

Educar nessa visão passa a referir-se à capacidade de releitura crítica da prática vivida e, para isso, a metodologia utilizada pelo professor deve ter como ponto de partida essa prática e, que, problematizada, retornará a ela de uma forma refletida, superando o sensu comum pela incorporação de novos conhecimentos, construídos durante o processo.

Diante disso, os educadores poderão contribuir para uma aprendizagem significativa, contextualizando-a com a vida social dos educandos.

A instituição educativa que se propõe a uma educação voltada para a aprendizagem, à melhoria e ao aperfeiçoamento do sujeito transformam a avaliação em uma aliada do processo de aprendizagem, a serviço de uma prática democrática com vistas à formação de uma sociedade mais justa. (SANTOS, 2006).

Conforme Cruz (2005), é um momento de tomada de consciência individual e coletiva, uma tentativa de construir nova configuração do processo de reflexão da prática educativa. O autor enfatiza, ainda, que os processos avaliativos dos conselhos de classes devem partir da autoavaliação dos professores da escola, da análise diagnóstica das turmas, proposta de ação individual e coletiva e análise dos casos relevantes. Nesse tocante, “a instância conselho de classe [...], deve ser vista sob a perspectiva da avaliação formativa, com vistas a auxiliar o desenvolvimento do trabalho pedagógico comprometido com a inserção social crítica dos alunos e professores”. (SANTOS, 2006, p. 68).

A avaliação formativa está pautada em um processo no qual o professor está atento aos processos e às aprendizagens de seus alunos e não com o propósito de avaliar o aluno somente por uma nota num processo classificatório, quantificar os saberes dos alunos. Outro enfoque a ser referendado, a avaliação formativa é a definição proposta por Hadji (2001), que é uma avaliação que tem por finalidade informar os atores do processo educativo, educador e educando, dar ciência do desenvolvimento da prática educativa para as ações e tomadas de decisões, na direção do objetivo que é a aprendizagem, contribuindo com o êxito do ensino para a construção de saberes e competências dos alunos. Entendemos que é o ponto de partida a qual possibilita a organização didática do docente em um processo contínuo.

Logo, a definição proposta por Gil (2006, p. 247-248) sobre a avaliação formativa: “Tem a finalidade de proporcionar informações acerca do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, para que o professor possa ajustá-lo às características dos estudantes a que se dirige. Suas funções são as de orientar, apoiar, reforçar e corrigir”.

Diante de uma concepção formativa avaliativa que o conselho de classe possa ser constituído, as pesquisadoras Fernandes e Freitas (2007, p. 36), abordam que esse espaço precisa ser mudado e a sua real função resgatada. Assim questionam:

Existiria espaço mais rico para a discussão dos avanços, progressos, necessidades dos estudantes e dos grupos? E espaço mais privilegiado de troca entre professores que trabalham com os mesmos estudantes para traçar estratégias de atuação em conjunto que favoreçam os processos de aprender? Não seria o conselho de classe, o momento no qual deveríamos estudar os desafios decorrentes da prática?

Guerra (2010, p. 75) lembra-nos que,

O conselho de Classe é um momento de fundamental importância para a finalização da avaliação dos alunos, pois é nesse espaço que os participantes podem desconstruir e reconstruir sua prática, buscando avaliar os alunos frente aos objetivos propostos, pautados em critérios estabelecidos em que a linguagem é o instrumento proporcionado da compreensão da prática, possibilitando uma transformação.

Colaborando ainda, Fernandes e Freitas (2007) pontuam que uma avaliação formativa é realizada ao longo de todo processo de ensino e aprendizagem, tendo como função planejar e replanejar os processos de ensino em suas possibilidades de intervenção junto às aprendizagens dos alunos, pois compreender a avaliação como atividade crítica de aprendizagem é ter conhecimento que ela proporciona um norte à nossa prática profissional. Nessa mesma direção (ALVAREZ MENDES, 1993, p.66 apud GUERRA, 2010, p. 74) diz que:

Avaliar é conhecer, é constatar, é dialogar, é indagar, é argumentar, é deliberar, é raciocinar, é aprender. Em termos gerais, realmente comprometimento com a racionalidade prática e crítica, quem avalia quer conhecer, valorizar, ponderar, discriminar, discernir, contrastar o valor de uma ação humana, de uma atividade, de um processo, de um resultado. Avaliar é construir o conhecimento por vias heurísticas de descobrimento.

Enfim, o objetivo da avaliação é possibilitar orientações pedagógicas aos docentes para a construção de uma aprendizagem capaz de diagnosticar as problemáticas e superá-las por meio de reflexões individuais e coletivas. É nesse contexto que o conselho de classe é uma instância deliberativa, que tem como função pedagógica direcionar o fazer pedagógico, respeitando os alunos em suas diversidades, bem como construir uma visualização diagnóstica do seu trabalho e colher elementos para seu autoaperfeiçoamento, que é fundamental no planejamento e nas ações pedagógicas, uma avaliação que envolve um compromisso de individual e coletivo.

3.3 A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO CONSELHO DE CLASSE NA LEGISLAÇÃO DO IFRO

Para compreendermos os objetivos do conselho de classe no IFRO, discutiremos primeiro as concepções pedagógicas do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO, que aborda o Projeto Pedagógico Institucional, sua missão, visão e valores da prática educativa e, posteriormente, discutiremos as legislações pertinentes sobre conselho de classe e sua função pedagógica.

A proposta pedagógica do IFRO está pautada em uma educação que prima pela missão, a formação plena do educando, para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho. Sabemos que a educação escolar, para os aspectos citados acima, deve ir ao encontro dos conhecimentos históricos, sociais e políticos, uma formação contextualizada capaz de

articular os conhecimentos epistemológicos com os conhecimentos sociais e pessoais dos educandos.

Para que possa alcançar êxito nessa missão, o Plano de Desenvolvimento Institucional, Resolução nº 55 (IFRO, 2014, p.77-78) busca desenvolver alguns valores para a formação plena dos discentes como:

Sensibilidade: para perceber a si e ao outro enquanto pessoas humanas que possuem sentimentos, respeito e ideias diferentes. O espaço escolar não pode ser apenas de construção de conhecimentos técnicos pautados no mecanismo. As relações interpessoais precisam nortear os mecanismos de toda e qualquer construção. Os estudantes, principais sujeitos-agentes no ambiente escolar, não serão capazes de estruturar uma carreira profissional digna e competente, sem o constante exercício de valores éticos alicerçados em sentimentos humanos, no respeito e na busca constante da realização de sonhos e na pluralidade de ideias e respeito às diferenças;

Autenticidade: para inter-relacionar teoria e prática na construção do momento histórico dos estudantes e dos professores, sempre visando ao novo. É importante que toda e qualquer ação dos discentes seja respaldada no aprender a aprender a se posicionar e a defender seus posicionamentos, criando conceitos de verdade que possam contribuir para a construção de suas histórias de vida pessoal e profissional, sempre visando à transformação social; considerando-se que a educação é um processo social, que representa vida.

Autonomia: construída a partir da necessidade de se formar sujeitos autônomos, que pensem por si mesmo, refletindo acerca das decisões que irão tomar e responsabilizar-se por elas. A autonomia liberta o ser humano, considera o respeito e valorização dos sujeitos numa perspectiva dialógica.

Criatividade: como fator resultante do constante exercício do conhecimento, enquanto conjunto de verdades relativas socialmente construídas. Enquanto seres humanos, os estudantes devem manter uma relação de interação com o mundo. Enquanto sujeitos, devem manter uma relação de interação como com o objeto. O que é imprescindível para que se desenvolvam tornando-se sujeitos de sua práxis, de maneira que não exista nesse processo, nada além de homens concretos situados no tempo e no espaço, inseridos no contexto sócio-econômico-cultural-político, enfim, num contexto histórico. O estímulo à criatividade possibilita aos estudantes ampliar o pensar, desenvolver ideias e pontos de vista; fazer escolhas; valorizar o que for criativo; não rechaçar o erro, mas vê-lo como etapa do processo de aprendizagem.

Solidariedade: compreendida como um conjunto de atitudes, um princípio ético e organizativo, que caminha na perspectiva de uma prática pedagógica em que o “outro” seja parte do eu e também relacionada à capacidade de manifestação de sentimentos como simpatia, ternura, conforto, respeito ao próximo, é princípio básico de todas as relações interpessoais entre todos os membros que fazem parte do processo educativo do IFRO, por ser postulado da sociedade democrática.

Nessas perspectivas, a partir desses valores, entendemos que a Proposta Pedagógica do IFRO busca desenvolver os ideais de uma educação emancipadora, em que o educando se apropria dos conhecimentos, transformando-se em seres críticos, reflexivos e mais humanizados nas relações uns com os outros. Corroborando a esses pressupostos, Gadotti (2003, p. 72) afirma, para que a educação seja transformadora, emancipadora, “precisa estar

centrada na vida, ao contrário da educação neoliberal que está centrada na competitividade sem solidariedade. Para ser emancipadora a educação precisa considerar as pessoas, suas culturas, respeitar o modo de vida das pessoas, sua identidade”. Valores que todo profissional e futuro profissional precisam ter em sua formação como cidadão capaz de desenvolver-se como sujeito do seu conhecimento e não objeto dele.

Visando ao desenvolvimento das práticas acadêmicas do IFRO, sua proposta pedagógica institucional está pautada nos princípios filosóficos, epistemológicos, e teórico-metodológicos que norteiam o fazer pedagógico e a formação discente. Para tanto, os princípios filosóficos estão pautados na educação do século XXI, abordados pela UNESCO em 1994, em torno dos quatro pilares de aprendizagem; “aprender a conhecer, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes”. (DELORS, 1999, p.90).

Assim, no contexto formativo dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO, estes princípios estão delineados da seguinte forma no Plano de Desenvolvimento Institucional Resolução nº 55 (IFRO, 2014, p. 78):

Os princípios filosóficos estão delineados no sentido de dar ao indivíduo uma instrumentalização técnica (o aprender a fazer) capaz de vencer os desafios do mundo do trabalho, caracterizado pelo elevado avanço tecnológico, pela exigência de dinamismo nas relações interpessoais e disposição para efetuar mudanças consistentes, visando o interesse da coletividade. Também será reforçado pelo estímulo à interdependência desse indivíduo com seus pares (o aprender a viver juntos), suscitando sua valorização pessoal, no convívio com as diversidades culturais a partir dos interesses comuns e do respeito com as diferenças. Tudo isso será conduzido para alcançar a meta principal, que é o desenvolvimento integral do indivíduo (o aprender a ser) enquanto pessoa, a partir da prática de sua cidadania, com vistas ao contínuo conhecimento de si mesmo, para que ele possa aprender a aprender.

Nesse contexto, percebe-se a preocupação da formação integral do cidadão e não somente a formação técnica do futuro profissional. Já os princípios epistemológicos, sustentam o processo de construção do conhecimento, a articulação entre teoria e prática, como também, a organização coletiva no espaço escolar e suas relações interpessoais, constituindo assim, fatores fundamentais no trabalho pedagógico. Para tanto, o Plano de Desenvolvimento Institucional Resolução nº 55 (IFRO, 2014, p 79), em sua proposta pedagógica busca desenvolver:

Espaços significativos de aprendizagem a partir de uma pedagogia dinâmica e inovadora, tendo como pressuposto fundamental, a ideia de que “aprender é construir significados e ensinar é oportunizar essa construção”. O IFRO tem como função, dentre outras, possibilitar que o discente desenvolva habilidades cognitivas e adquira conhecimentos específicos, optando por uma concepção crítico-progressista, baseada nos fundamentos da psicologia humanista-sócio-interacionista.

Dessa forma, entende-se que o conhecimento é a relação do sujeito-objeto-realidade, na interação educando e educador. De acordo com os pressupostos da referida resolução, o conhecimento se dá pela ação do educando sobre o objeto de estudo. Respeitam-se os conhecimentos prévios do aluno, seja, cultural, social, ou político, assim, o novo conhecimento não se dá, senão, a partir do anterior. Portanto, o novo conhecimento será construído a partir do seu contato, de sua interação com a realidade. (IFRO, 2014).

Assim, enquanto instituição educacional devemos reconhecer e respeitar os saberes dos nossos educandos e, a partir deles, transformá-los em conhecimentos epistemológicos. Nas colocações de Freire (1996, p. 81):

Como educador preciso de ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho faz de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra”.

Nessa concepção, os princípios epistemológicos do projeto pedagógico institucional visam ao ideal de uma educação progressista, libertadora, emancipadora na construção do conhecimento científico.

Quanto aos princípios teórico-metodológicos da resolução citada acima, a aprendizagem é entendida como a incorporação de novas formas de relacionar-se com a realidade. Portanto, “é um processo de educação que tem como intenção oferecer a possibilidade de desenvolver um conjunto determinado de novos conhecimentos e aptidões orientadas a transformar a realidade que os rodeia”. (IFRO, 2014, p.79). Considera o educador, sujeito fundamental na mediação do conhecimento com o educando, conscientizado de que o conhecimento não é algo pronto e acabado, que enquanto sujeitos somos seres inacabados, estamos em constantes aprendizagens. Nesse tocante Freire (1996, p. 53-55), nos traz a importância de nos reconhecermos como seres inacabados diante dos conhecimentos: “[...] consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. [...] a inconclusão que se

reconhece a si mesmo implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca [...]”.

Conforme esse enfoque, os princípios teórico-metodológicos dessa resolução em discussão, considera a relação que o professor estabelece com o conhecimento, “[...] não se reduz a dados objetivos pré-elaborados, pelo contrário, faz com que ação docente seja entendida como mediadora entre os significados do saber e a história da ciência e da tecnologia”. (IFRO, 2014, p.80).

Nessa perspectiva, na relação entre educando e educador, o aluno é considerado sujeito-agente que constrói conhecimento, que interage, não é um depósito de conteúdos, pois, “*formar é muito mais do que puramente treinar o educando*”. (FREIRE 1996, p. 14). Busca-se uma aprendizagem significativa e contextualizada com as funções sociais desses conhecimentos na vida do aluno.

Na construção da aprendizagem significativa, o projeto pedagógico institucional explicita que é por meios dos instrumentos avaliativos que se poderá diagnosticar e propor ações na construção desse saber. Assim, a avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional (IFRO, 2014, p.80) está definida da seguinte forma:

Um processo contínuo e concomitante às atividades do cotidiano do aluno, é um recurso metodológico de reorientação do processo ensino-aprendizagem, conquanto sirva para diagnosticar as facilidades e as dificuldades dos alunos, como também servir de instrumento para o educador aperfeiçoar seu trabalho pedagógico, objetivando garantir a qualidade de ensino. Deve permitir ao professor oportunizar ao aluno a reelaboração e ressignificação de um conhecimento com vistas à construção de outros, ajudando-o a identificar suas falhas, seus pontos fortes e fracos, transformando-se num diagnóstico da aprendizagem por ele realizada, cuja função precípua não é a atribuição de nota, mas apontar para progressos e auxiliar na superação dessas dificuldades. Nessa perspectiva, a avaliação significa encaminhar-se para um processo dialógico, cooperativo, interativo, onde professor e aluno aprendam juntos, o que, possibilitará a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos.

Analisando as características avaliativas que concernem aos princípios teórico-metodológicos da proposta pedagógica do IFRO, percebemos que tem por objetivo contribuir significativamente para o desenvolvimento do educando, como também para com as práticas pedagógicas dos educadores, que estarão num processo de construção, desconstrução e reconstrução no ato do ensinar e do aprender.

Nesse contexto, práticas avaliativas que possam incluir os educandos no processo educacional e não excluí-los dos seus direitos de uma formação cidadã por meio das práticas. Portanto, tem como concepções de currículo na formação do aluno, a concepção de ser humano, de sociedade, de cultura, de ciência, de tecnologia, de educação e de trabalho, para

que verdadeiramente estejam incluídos a uma sociedade composta pelas diversidades sociais, culturais e políticas.

Assim, a integração curricular exige mais do que iniciativas de cooperação entre os componentes curriculares, “requer a real articulação entre os saberes gerais e específicos e destes com o mundo do trabalho, visando à formação integral dos educandos, tornando-os aptos a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico em diferentes níveis e com a construção de uma sociedade democrática e solidária”. (IFRO, 2014, p.82).

Por outro lado, a concepção avaliativa do IFRO, “transcende a concepção tradicional de avaliação como processo de mensuração, comparação e classificação, a avaliação deve ser entendida como um processo de análise, diagnóstico e correções de percurso diante dos resultados encontrados”. (IFRO, 2014, p.82).

Nesta visão, a avaliação no processo de ensino e aprendizagem ressignifica os saberes entre educando e educador, por meio da autoavaliação, um processo mediador na construção dos conhecimentos curriculares e pedagógicos.

Sendo assim, foi necessário conhecermos a proposta pedagógica institucional do IFRO, para que pudéssemos adentrar nas funções pedagógicas avaliativas do conselho de classe. O referido Plano de Desenvolvimento Institucional não aborda a função pedagógica do conselho de classe. Como vimos, apresenta de forma geral a função pedagógica, enquanto instituição formativa na sociedade do século XXI. Ainda assim, apresentar a função pedagógica da instituição não significa que a pratique totalmente. São muitas as dificuldades pelas quais passam as instituições e nem sempre todas as variáveis caminham em mesma direção, ou, pelo menos, na direção do mesmo objetivo.

Aspectos como formação docente, seus saberes, possibilidade de acompanhamento pedagógico efetivo por parte da instituição, questões econômicas e sociais a que estão expostos os alunos e professores, seus dilemas existenciais, as questões políticas e econômicas do país e as políticas de financiamento, para citar alguns exemplos, implicam diretamente as intenções pedagógicas e modo como de fato se efetivam. Não foi objeto desse estudo tratar de todos esses aspectos, mas somente a dimensão pedagógica do conselho de classe que não se faz isolada dos demais de modo que os implica e por eles é implicada.

Encontramos as funções legais do Conselho de Classe no IFRO, definidas na Resolução Nº 65/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Regimento Geral do IFRO, Sessão III - Da Composição e Competências dos Órgãos Colegiados Consultivos de Apoio à Administração de Cada *Campus*. Para tanto, no Art. 46. (IFRO, 2015, p. 25) não traz ainda sua função pedagógica e sim uma descrição desse órgão colegiado:

Art. O Conselho de Classe é um órgão consultivo e deliberativo composto por todos os professores dos cursos técnicos, pedagogos, Diretor-Geral de *Campus*, diretor de ensino, coordenador de apoio ao ensino, coordenador de registros acadêmicos e demais servidores que atuam diretamente com atendimento pedagógico ao aluno, além de alunos líderes de turma.

§ 1º Quem preside o Conselho de Classe é o diretor de ensino, e, na sua ausência, o chefe de departamento de ensino ou o coordenador de apoio ao ensino, conforme estrutura organizacional do *Campus*.

As funções legais e pedagógicas do Conselho de Classe no IFRO – *Campus* Cacoal podem ser localizadas na Resolução nº 52, de 12 de Julho de 2016, que dispõe sobre o Regimento Interno do Campus de Cacoal do IFRO. Para tanto, no Art. 07. (IFRO, 2016, p. 12) enfatiza que o:

Art. 7º. O Conselho de Classe é órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo em qualquer instância e deliberativo, no limite de suas competências, responsável por acompanhar a vida acadêmica dos alunos e por avaliar o desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio.

§ 1º O Conselho de Classe será presidido pelo(a) Diretor(a) de Ensino, ou por profissional sob sua designação, com a participação efetiva dos docentes das respectivas turmas, tendo a seguinte composição:

- I. Diretor(a) de Ensino;
- II. Coordenador do Curso Técnico de Nível Médio;
- III. Todos os docentes da turma em análise;
- IV. Chefe de Departamento de Apoio ao Ensino;
- V. Coordenador de Registros Acadêmicos;
- VI. Chefe do Departamento de Assistência ao Educando ou Coordenador de Assistência ao Educando, conforme o caso;
- VII. Técnico em Assuntos Educacionais, Pedagogo (área supervisão e/ou coordenação);
- VIII. Um discente representante da turma em análise;
- IX. Outros profissionais que atuam no Campus com apoio pedagógico.

§ 2º A constituição, as competências, as formas de atuação e as orientações de funcionamento estão disciplinadas em regimento próprio.

§ 3º O Conselho de Classe é obrigatório para os Cursos Técnicos de Nível Médio.

Verificamos, assim, que a referida resolução aborda alguns aspectos de gestão dessa instância deliberativa no processo avaliativo da vida acadêmica do aluno e do desenvolvimento dessa atividade de forma limitada aos objetivos da proposta pedagógica institucional. Mas, é no parágrafo 2º que deixa claro que o conselho de classe e seu desenvolvimento pedagógico no IFRO, estão direcionados em regimento próprio.

O documento próprio citado pelo Regimento Interno do *Campus* de Cacoal é a Resolução nº 08/CONSUP/IFRO, de 09 de Abril de 2013, que Dispõe sobre o Regulamento

dos Conselhos de Classe e Colegiados⁷ de Curso do IFRO. É uma Resolução com propósito de auxiliar os interesses de alunos e professores no âmbito pedagógico e administrativo no contexto escolar. Tem como objetivo a gestão democrática no processo de ensino e aprendizagem, caracterizado pelo trabalho coletivo.

Em se tratando de um processo democrático que visa, também, os interesses de alunos, podemos verificar no Art. 16 da composição dos sujeitos nas reuniões dos Conselhos de Classe inciso VIII, a participação de um aluno representante de cada turma de cursos no Conselho respectivo, para participar das reuniões dos conselhos de classes. É muito importante que os alunos tenham voz nos conselhos de classe, pois o representante é o porta-voz da turma, os quais podem fazer reivindicações necessárias para contribuir com o processo pedagógico. Caracteriza-se em um processo participativo e democrático contribuindo com o processo de ensino e aprendizagem.

O Art. 04 da Resolução nº 08 (IFRO, 2013, p. 3) apresenta os princípios do Conselho de Classe:

- I - acompanhar o processo de ensino e aprendizagem em todas as dimensões abrangidas pelos cursos correspondentes;
- II - auxiliar gestores, professores e representações de turma, nas tomadas de decisão referentes ao ensino e aprendizagem;
- III - orientar complementarmente os processos de formação nos cursos que representam, com vistas à regulação destes processos, à superação de falhas e ao aproveitamento de oportunidades de enriquecimento educacional;
- IV - apoiar a administração dos Campi e as equipes de intervenção pedagógica nas decisões relativas ao atendimento ao educando em seu processo de formação escolar.

Observamos que são princípios pedagógicos, que por meio deliberativo tem a função de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, seja ele de intervenção pedagógica ou deliberativa diante de situações que necessitam serem avaliadas no atendimento aos educandos. Contudo, no Art. 07 da Resolução nº 08 (IFRO, 2013, p. 4) pontua suas competências em:

- I - analisar fatos relativos ao desenvolvimento de planos de ensino, às inter-relações durante as aulas e aos interesses e necessidades dos alunos e professores quanto ao processo de aplicação e estudo das disciplinas;

⁷ Esta Resolução aborda as funções pedagógicas do Conselho de Classe e Colegiados de Curso, portanto, nos atemos somente o que compete ao conselho de classe.

II - realizar diálogos interativos e democráticos para a compreensão das problemáticas educacionais e a apresentação de propostas de superação ou de aperfeiçoamento de processos, no âmbito de cada turma de alunos;

III - avaliar formativamente os rendimentos e frequência dos alunos, relativos a períodos parciais e avaliações finais, conforme os casos submetidos à deliberação;

VIII - discutir e propor alternativas para a superação de problemáticas relativas a tudo o que consiste em interferência negativa nos processos de ensino e aprendizagem;

XI - tratar de outras questões correspondentes a ensino e aprendizagem.

Pelo que vimos, no que se refere à parte regulamentar, já há um bom aparato no IFRO. Nossa questão é como fazer isso existir na prática. De acordo com as funções pedagógicas do conselho de classe atribuídas pela Resolução, podemos observar a importância do diálogo interativo e democrático nas discussões das problemáticas encontradas no contexto escolar, a qual tem por objetivo analisar e propor ações para superá-las. Como destaca Freire (1996, p. 135), “ensinar exige disponibilidade para o diálogo” e, deste modo, precisamos estar abertos a essa dinâmica, conseqüentemente saber ouvir o outro. Portanto, “escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro”. (FREIRE, 1996, p. 119).

Ter essa possibilidade dialógica no conselho de classe é dar a oportunidade de discutir as experiências de cada um, de compartilhar alegrias, descontentamento, incertezas, como também respeitar as diferenças, que democraticamente poderão ser discutidas ao encontro de ações para tentar resolver os problemas que dificultam o processo pedagógico no desenvolvimento do ensinar e do aprender. Para tanto, o espaço do conselho de classe precisa ser democrático, pois a “democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática”. (FREIRE, 1996, p. 91). E, com isso, intervindo e transformando a realidade.

Outro aspecto relevante a ser discutido, apresentado na função pedagógica do conselho de classe, é o da avaliação ser vista constituída no processo formativo, como instrumento para o educador aperfeiçoar seu trabalho pedagógico, objetivando garantir a aprendizagem do aluno. Como educadores e educadoras, faz-se necessário ter em nossas ações uma avaliação que contemple todo o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, capazes de compreender e contextualizar todo o histórico que precede o saber.

Assim, podemos verificar no Art. 26 ainda da Resolução nº 08 (IFRO, 2013, p.8) o que trata sobre a avaliação formativa:

§ 2º Os Conselhos de Classe no exercício de deliberação, não devem se ater apenas a resultados, e sim analisar os processos de formação transcorridos em todo o período letivo correspondente e as relações inter e intrapessoais que atuaram como moduladoras das ações.

§ 3º [...] deve realizar uma avaliação formativa, que considere o ensino e a aprendizagem como processos de construção do conhecimento e os sujeitos envolvidos em sua globalidade, fazendo prevalecer, nas análises, a estrutura e o histórico da formação sobre fatos isolados.

É uma avaliação com pressupostos qualitativos no processo de ensino e aprendizagem, não está focado na avaliação quantitativa, um processo neutro, que tem por objetivo quantificar por meio de notas o saber do educando, que não admite reflexões na construção do conhecimento. Portanto, avaliar qualitativamente é ser agente do conhecimento, um processo crítico e reflexivo na formação do educando.

Até o momento compreendemos que as ações pedagógicas instituídas nessa Resolução estão em acordo com o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito a sua missão formativa, mas ao analisarmos o Art. 27 da Resolução (IFRO, 2013, p. 8) que dispõe sobre a avaliação, devemos repensar até que ponto está inserida a uma avaliação formativa:

Art. 27. Admite-se a decisão excepcionalmente, em Conselhos de Classe, pela promoção de alunos com nota inferior à estabelecida nos Regulamentos e Projetos Pedagógicos em até 10% das disciplinas por período letivo ou módulo, desde que tenham atingido pelo menos 80% da pontuação mínima admitida no componente ou componentes em questão após Exame Final.

Nesse contexto, cabe salientar, novamente, que o conselho de classe é uma atividade que permeia todas as atividades escolares, um processo avaliativo contínuo, realizado em todos os bimestres de acordo com o calendário acadêmico da instituição educativa. Mas o que podemos verificar no referido artigo, que no último conselho do ano letivo Conselho de Classe Final, momento de avaliarmos a aprovação ou retenção do aluno, a avaliação é quantitativa, contrária ao que foi dito na sua função pedagógica, portanto, não procede quando diz que no exercício de deliberação, não devemos nos ater aos resultados numéricos.

Como os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio nos 1º Anos são constituídos aproximadamente de vinte disciplinas, de acordo com o artigo, podemos avaliar alunos que ficaram reprovados em até duas disciplinas com média após o exame final de quarenta a quarenta e nove pontos anuais. Caso o aluno fique somente em uma das 18 disciplinas e não tenha alcançado a pontuação mínima para ser avaliado, automaticamente estará reprovado sem direito a ser avaliado no Conselho de Classe Final.

Nessa concepção, só é analisado a quantidade de matérias em que o aluno não alcançou à média, pois a Resolução não especifica no Conselho de Classe Final uma avaliação que considere o processo de ensino e aprendizagem do ano letivo, o que o aluno fez ou deixou de fazer, o que o professor não fez e o que a instituição poderia ter feito, ou seja, não se tem uma relação que dialoga entre a quantidade e a qualidade do processo pedagógico desenvolvido.

Ainda nessa visão quantitativa da avaliação, o Art. 29, (IFRO, 2013, p. 9) reforça que: “O aluno promovido em assembleia do Conselho de Classe do período letivo anterior não poderá ser novamente promovido pelo mesmo órgão no período subsequente àquele, no contexto das mesmas circunstâncias apresentadas neste Regulamento”.

Portanto, a avaliação final do conselho de classe de acordo com a Resolução está baseada nas concepções de uma educação tradicional, autoritária, o aluno é aprovado ou reprovado pelo processo quantitativo e não qualitativo em seu desenvolvimento.

De acordo com esses pressupostos, Dalben (1994, p. 118) pontua que dessa forma:

Existe uma relação compartimentada e individualista de trabalho de cada professor, que se atém ao aspecto “sem média ou não” em sua disciplina e, ainda, a visão compartimentada do aluno, que entra como objeto de discussão apenas quanto ao seu rendimento em uma ou mais disciplinas, isoladamente do processo coletivo de análise da relação professor x aluno x conhecimento.

Verifica-se que não se discute os significados e consequências desses resultados, não se tem uma relação dialética do trabalho desenvolvido, classifica-se o conhecimento do aluno. Ao analisarmos a referida Resolução, podemos perceber que ela não está em consonância com o que diz a Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), quando trata da avaliação na Educação Básica, no Artigo 24, inciso V, diz que a verificação do rendimento escolar observará o seguinte item: “Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre o de eventuais provas finais”.

Diante dessas contradições, entendemos que é necessário discutir e analisar a nível institucional esta Resolução, para propor novos encaminhamentos a sua função pedagógica avaliativa no Conselho de Classe Final no âmbito do IFRO.

4 CONSELHO DE CLASSE DO IFRO COMO UM ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: COMPREENSÕES POSSÍVEIS

Nesta seção apresentamos os caminhos trilhados durante a pesquisa-ação como a sensibilização para adesão do Grupo de Estudo, as experiências vivenciadas sobre a temática de estudo, os encontros do grupo, as ações propostas e realizadas, os anseios dos colaboradores e dificuldades para que pudéssemos problematizar a prática dos conselhos de classe em espaço de reflexão e tomadas de decisão da prática pedagógica. Assim, discorreremos abaixo o caminho percorrido para a realização da pesquisa-ação colaborativa. Organizamos as discussões desta seção em temáticas, que foram definidas *a posteriori*, a partir das análises e organização dos dados coletados nas e a partir das ações desenvolvidas.

Quadro3: Síntese dos caminhos trilhados na pesquisa-ação colaborativa

<p>a) Formação do Grupo de Estudo</p>	<p>Esta análise evidencia, a caracterização da pesquisa-ação colaborativa em que a pesquisadora apresenta a temática da pesquisa para a sensibilização da formação do Grupo do Grupo de Estudo.</p>
<p>b) Encontros do Grupo de Estudo: esta temática de análise é composta por oito subtemáticas denominadas círculos reflexivos.</p>	<p>Primeiro encontro do Grupo de Estudo: apresentação da pesquisa aos colaboradores, diagnóstico a partir de discussões sobre os conhecimentos e experiências com a temática pesquisada; planejamento de ações para o 1º Conselho de Classe do ano letivo de 2016.</p> <p>Segundo encontro do Grupo de Estudo: abordamos as análises dos relatos dos colaboradores a partir das ações realizadas e não realizadas no conselho de classe do 1º bimestre e discussões para o planejamento do conselho de classe do 2º bimestre.</p> <p>Terceiro encontro do Grupo de Estudo: discussões e análises na construção do Plano de Ação sobre Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas, que nortearam ações pedagógicas a partir das problemáticas apontadas no conselho de classe, trabalho colaborativo, intervenção na realidade pesquisada.</p> <p>Quarto encontro do Grupo de Estudo: continuação na elaboração do Plano de Ação.</p> <p>Quinto encontro do Grupo de Estudo: nesse encontro terminamos o Plano de Ação e o planejamento de ações a partir da reflexão-ação-reflexão de nossas discussões, sobre conselho de classe e práticas pedagógicas.</p> <p>Sexto encontro do Grupo de Estudo: apresentação do Plano de Ação ao Diretor de Ensino e as ações propostas.</p> <p>Sétimo encontro do Grupo de Estudo: trabalho colaborativo, planejamento do Conselho de Classe do 2º bimestre.</p> <p>Oitavo encontro do Grupo de Estudo: esta análise evidencia a sessão reflexiva, estudos teóricos, propiciado pela relação entre teoria e prática.</p>

<p>c) Ações realizadas: esta temática de análise apresenta ações realizadas juntamente com o Grupo de Estudo durante a pesquisa-ação colaborativa.</p>	<p>Análise diagnóstica das turmas sobre a função pedagógica avaliativa do conselho de classe.</p> <p>Observação colaborativa e avaliativa nos pré-conselhos com as turmas e reunião de conselho de classe com professores.</p> <p>Análise diagnóstica das turmas pré-conselho do 2º bimestre.</p> <p>Observação e análise do conselho de classe do 2º bimestre.</p> <p>Observação e análise do conselho de classe final 4º bimestre. (Durante o ano letivo, houve alguns problemas administrativos pedagógicos, o que ocasionou a não realização do pré-conselho de classe com alunos e nem conselho de classe com professores do 3º bimestre.</p> <p>Análise da Ação: Roda de Conversa com alunos retidos.</p> <p>Análise da Ação de Formação: reflexão sobre a prática pedagógica.</p>
---	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A seguir detalharemos os caminhos trilhados na pesquisa-ação que realizamos.

4.1 FORMAÇÃO DE UM GRUPO: SENSIBILIZAÇÃO, POR QUE, PARA QUE E COMO?

Convocar os docentes para participar de projetos de pesquisa que visam a co-construção de determinado objeto de conhecimento é, também, fazê-lo vivenciar processo de formação sobre aspecto da prática profissional que eles consideram como problemático.
(IBIAPINA, 2008, p. 20)

Para realizar a Pesquisa-Ação: Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Integrados ao Ensino Médio – IFRO, *Campus Cacoal/RO*, realizamos um momento de formação e conscientização da importância de refletir sobre a prática pedagógica diante de situações apontadas durante os conselhos de classes.

Imaginamos que discutir com os educadores sobre uma nova postura do novo olhar do conselho de classe para com o processo avaliativo do ensino e aprendizagem seria um dos desafios para a realização da pesquisa-ação, por isso, optamos pela sensibilização de apontarmos para os saberes necessários à prática pedagógica, discutindo-os com as problemáticas que estão relacionadas no cotidiano escolar, que muitas vezes estão diretamente ou indiretamente em nosso fazer pedagógico.

Formar um grupo de estudos era nosso objetivo. Porém, por mais que a pesquisadora já observasse o problema, seria necessário fazê-lo ocupar o lugar de problema para os demais sujeitos do processo. Pensando na sensibilização para termos adesão de colaboradores,

preparamos no início do ano letivo de 2016, para o encontro pedagógico realizado no dia 03/02/2016, um seminário no período matutino, em que discutimos sobre os “Saberes Necessários à Prática Educativa: uma formação permanente”, ação embasada na obra de Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia*. Realizamos essas discussões para fomentar o interesse de colaboradores para a pesquisa, sendo a temática apresentada no período vespertino.

Como metodologia para o estudo, dividimos os professores em quatro grupos, entregamos um texto de Paulo Freire para cada grupo, sendo eles: ensinar exige comprometimento, ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando, ensinar exige rigorosidade metódica, e ensinar exige respeito aos saberes dos educandos.

Imagem 1: Discussões sobre os Saberes Necessários a Prática Educativa



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 03/02/2016.

Foram abertos trinta minutos para os grupos lerem e discutirem os referidos textos. Em seguida, fizemos uma roda de discussões em que os grupos apresentaram seus textos contextualizando teoria e prática pedagógica no dia a dia em sala de aula.

Nesse sentido Ibiapina (2008, p. 18) destaca que:

A relevância da reflexão crítica co-partilhada sobre as práticas docentes está em refutar a oposição entre conhecimento prático e o teórico, especialmente no contexto de pesquisa, em que essa oposição não deve ocorrer, uma vez que a teoria e prática não se excluem, complementam-se. O conhecimento prático deve se articular ao teórico envolve tanto a necessidade de rever a teoria quanto desvelar vicissitudes da ação docente.

Freire nos mostra essa oportunidade reflexiva e avaliativa no âmbito de nossas práticas pedagógicas. Com essa dinâmica, percebemos que foi uma ação produtiva, todos participaram com comentários e sugestões e pediram que esses momentos de discutir a educação acontecessem mais vezes durante o ano letivo.

Após as discussões apresentamos, no período vespertino, o projeto de pesquisa-ação que, além de ser uma pesquisa para o mestrado, seria um trabalho pedagógico para a instituição na construção de conhecimento entre pesquisador e colaboradores, conseqüentemente ocasionando um processo de formação na proposta da pesquisa-ação colaborativa, que iríamos construir juntos novas ações para conduzir o conselho de classe em um espaço pedagógico significativo ao processo avaliativo.

Assim, apresentamos a temática “Conselho de Classe: que espaço é esse”, em que abordamos as características e em quais aspectos ele é avaliado, ou que devemos realizar, mostramos que esse espaço pedagógico deve ser espaço de reflexão-ação sobre as práticas a partir das problemáticas apontadas durante as reuniões dos conselhos de classe, como diz Cruz (2005) começando com análise diagnóstica da turma, análise dos casos mais relevantes de cada turma e a autoavaliação dos profissionais.

Imagem 2: Apresentação da temática da pesquisa.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 03/02/2016.

Foram apresentadas somente as características desse espaço pedagógico, pois os estudos teóricos da temática seriam discutidos assim que formássemos o Grupo de Estudo. Nessa direção, “o pesquisador necessita informar aos parceiros quais são os elementos conceituais que fazem parte do quadro teórico da pesquisa”. (IBIAPINA, 2008, p.35).

Durante a fala, foi possível perceber, nas expressões dos docentes, a atenção de todos para o que seria uma pesquisa que poderia contribuir com os questionamentos das dificuldades encontradas em sala de aula, uma vez que sempre foram momentos de rotular alunos, de apresentar as problemáticas e não de discussões sobre as práticas educativas e como poderíamos trilhar os caminhos para superar as dificuldades encontradas e não só apresentá-las.

Após a apresentação da temática da pesquisa, chegou o grande momento, a pesquisadora comentou que esse trabalho pedagógico seria direcionado aos professores e

turmas dos 1º anos dos Cursos Integrados ao Ensino Médio, e fiz o convite quem gostaria de participar da pesquisa, foi um momento apreensivo, pois estava lançado o convite.

Surpreendentemente, seis docentes levantaram a mão para participar, os outros colaboradores formados pelos coordenadores de curso e equipe multidisciplinar já haviam estendido o convite e aceitaram, mas faltava o convite aos docentes. Momento muito feliz pelo apoio, pois a proposta de sensibilizá-los sobre a reflexão e ação da prática pedagógica a partir dos conselhos de classe nunca fora realizado nesta instituição e a proposta de trabalhar esse tema no encontro pedagógico com os textos de Paulo Freire foram fundamentais para alcançar o objetivo de ter participantes na pesquisa-ação.

A pesquisadora agradeceu a todos os presentes e disse que marcaria uma data para o primeiro encontro, sendo titulado “Grupo de Estudo”. Enquanto isso o objetivo era melhorar o projeto de pesquisa para submissão ao CEP, o que posteriormente foi realizado, fazendo várias leituras sobre o tema Conselho de Classe.

4.2 ENCONTROS DO GRUPO DE ESTUDO: REFLEXÃO-AÇÃO-REFLEXÃO E INTERVENÇÃO NA REALIDADE

Nas subseções que seguem apresentaremos os encontros realizados do Grupo de Estudo rumo à construção dos objetivos da pesquisa-ação colaborativa, momento de reflexão-ação-reflexão ao objeto de estudo. Nos encontros não foi possível a presença de 100% dos colaboradores em todas as reuniões devido aos compromissos individuais, mas cada reunião teve seu êxito.

4.2.1 Primeiro Encontro do Grupo de Estudo: conhecer, discutir e analisar para intervir

A pesquisa colaborativa envolve a seleção de ações de pesquisa voltadas para a formação contínua de professores. Assim, é necessário organizar ciclos reflexivos que motive o professor a exteriorizar pensamentos e práticas docentes. (IBIAPINA, 2008, p. 37).

O primeiro encontro do Grupo de Estudo, denominado metodologicamente círculo reflexivo, aconteceu no dia 13 de abril no horário vespertino a partir das 13h 30min. O objetivo foi apresentar o papel dos colaboradores e os objetivos do projeto de pesquisa-ação, para que pudéssemos compreender o contexto da pesquisa e a importância do conselho de classe na relação ensino e aprendizagem em um processo de reflexão, bem como, realizar um diagnóstico dos conhecimentos prévios sobre a temática pesquisada e planejar ações para o primeiro conselho de classe do ano letivo.

Nesta reunião não foi possível a participação de todos os integrantes da pesquisa. Foi um encontro que teve que ser realizado em um momento em que vários participantes estavam em eventos institucionais e outros, por motivo de licença médica, estavam ausentes. Sabíamos que não poderíamos contar com a presença de todos, mas tínhamos que fazer esse primeiro encontro para que pudéssemos planejar o conselho de classe do 1º bimestre. Dos quatorze participantes quatro puderam participar. Nesse primeiro encontro fiquei muito preocupada no início, estava ansiosa, contudo, avaliamos que foi um início inibidor, porém aproveitado pelos participantes.

Imagem 3: 1º Encontro do Grupo de Estudo



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 13/04/2016.

Assim, iniciamos com a apresentação dos nossos objetivos e falamos sobre a importância dos participantes na pesquisa como também o papel de colaborador durante a pesquisa. Destacamos que a participação de todos seria fundamental e que eles iriam construir juntamente com o pesquisador as ações da pesquisa proposta. Conforme Ibiapina (2008, p. 19-20):

No âmbito da pesquisa colaborativa é comum a compreensão de que os docentes, em interação com o pesquisador, constroem teorias sobre as suas práticas profissionais quando negociam crenças e valores e interpretam reflexiva e dialeticamente com os pares suas compreensões a respeito da questão de investigação proposta pelo pesquisador, que remete ao projeto teórico do estudo também proposto por ele. O cruzamento dessas compreensões produz a prática colaborativa de pesquisa mantida entre pesquisador e professores. Nesse processo, a compreensão dos professores sobre o seu trabalho é susceptível de influenciar as escolhas realizadas pelo pesquisador no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, e vice-versa.

Em seguida, apresentamos o projeto de pesquisa-ação com ênfase aos objetivos geral e específicos para que fossem já pensando em suas experiências com conselho de classe e irmos estabelecendo o vínculo de parceria entre pesquisador e colaboradores. Com base em Pimenta

(2005, p. 529), não iniciamos a pesquisa levando textos para os participantes lerem, “o que poderia reforçar o velho lema de que na prática a teoria é outra”.

No ensejo, priorizamos o diálogo com discussões acerca da Resolução 08/2013 que dispõe sobre conselho de classe, com a abordagem dos principais pontos que a resolução trata sobre a função pedagógica do conselho de classe sobre a prática educativa no processo avaliativo. Dos presentes, nenhum professor havia lido essa resolução e outros até desconheciam, o que considero um processo de aprendizagem pedagógica. Com base nos princípios da resolução observamos que nossas práticas em relação ao conselho de classe precisavam ser repensadas, de modo que os que ali estavam já puderam pensar em planejar ações que visassem à função pedagógica do mesmo.

Destacamos aos participantes do encontro que seria um processo propositivo e interventivo, na tentativa de mudar a realidade. Como destaca Thiollent (2007, p.18), “com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados”. De início já ficou evidente entre os presentes que teríamos que traçar um plano. Assim, para realizar essa intervenção, precisaríamos ser propositivos, sairmos do descritivo e contemplativo. Foi aí que já foi pensado em construir um plano de ação para tentar tornar o conselho de classe significativo.

Após a apresentação do projeto de pesquisa e da resolução, o Grupo de Estudo discutiu ações para a realização do 1º conselho de classe referente ao 1º bimestre. Mas, primeiramente, discutimos e avaliamos como são realizados os conselhos de classe. Os colaboradores que estavam presentes apresentaram o que já sabiam a partir de suas experiências sobre como são realizadas as reuniões:

Fala-se sobre os problemas dos alunos. Em minha opinião, os encaminhamentos não são feitos, ou seja, não existe continuidade dos objetivos do conselho. (Profª Julia).

As reuniões acontecem em uma sala com os docentes e orientadores educacionais apontando os pontos negativos dos alunos. (Profª Coord. Nilce).

Cada turma faz uma análise do ensino e da relação entre eles, depois é discutido em reunião com os professores e equipe pedagógica. (Profª Maísa).

Os professores expõem sobre baixo rendimento de nota e sobre indisciplinas. Pouco ou nada é discutido sobre os problemas até o momento. (Prof. Jonas).

Verifica-se a importância das opiniões de cada colaborador, pois a partir delas podemos refletir sobre nossas práticas. Destarte, percebemos que a prática de avaliação dos conselhos está focada somente aos problemas e dificuldades dos alunos, sendo o foco a indisciplina, notas, baixo rendimento. De modo geral, não se discutem as práticas educativas para apontar possíveis soluções aos problemas levantados.

Diante dos apontamentos e do que acreditamos sobre o que deveria ser uma reunião de conselho de classe, enfatizamos que as discussões e reflexões possibilitadas pelo encontro nos fizeram ver a importância da pesquisa e, principalmente, a contribuição que esse Grupo de Estudo poderia dar, o quanto poderíamos contribuir e, quiçá, alterar a realidade descrita. Ibiapina (2008, p. 27) aponta que o potencial da investigação colaborativa “em dar conta da compreensão do microssocial sem perder de vista o macrossocial dá mais poder aos indivíduos para que eles compreendam, analisem e mudem essas realidades, desvelando as ideologias existentes nas relações mantidas no cotidiano escolar e na sociedade.”

Assim, prosseguimos nossas discussões e compartilhamos experiências de participação em conselhos de classes de outras instituições antes do IFRO. Dentre os presentes, destacamos a experiência da Prof^a Maísa que compartilhou com o grupo uma sugestão de como poderíamos realizar o primeiro conselho de classe no ano 2016 com as turmas dos 1º anos:

Quando trabalhava na rede estadual era feito um diagnóstico autoavaliativo da turma sob orientação da equipe pedagógica, e outro feito pelo professor conselheiro da turma. O primeiro instrumento seria um pré-conselho, e o segundo uma avaliação diagnóstica feita pelo professor conselheiro. Ali discutíamos os problemas para os devidos encaminhamentos, e também éramos avaliados por nossos alunos, e aqui ainda não vi isso acontecer, acho importante saber o que ele falam de nós.

As experiências compartilhadas proporcionaram maior conhecimento e reflexão sobre a função pedagógica do conselho de classe como também contribuiu com nossa formação docente. Portanto, envolver pesquisadores e professores em processos reflexivos permite a partilha de experiências e ideias que possibilitam a aprendizagem da profissão docente. (IBIAPINA, 2008).

Assim, definimos uma ficha⁸ para o pré-conselho referente ao 1º bimestre e foi sugerida nas discussões a realização de uma análise diagnóstica das turmas realizadas juntamente com o professor conselheiro da turma, sendo os registros das avaliações realizados pelos representantes das turmas para serem apresentadas por eles na reunião do conselho de classe do 1º bimestre. O Prof^o Jonas destacou:

Sugiro que quando fossem fazer a análise diagnóstica das turmas que pudéssemos aproveitar o momento para explicar a importância do objetivo que tem o conselho de classe sobre os processos avaliativos do processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que não sabem da função pedagógica e avaliativa do conselho de classe.

⁸ Ver ficha pré-conselho do 1º bimestre no Apêndice D. (Esta ficha foi elaborada com sugestões de experiências vivenciadas em outras instituições pelos colaboradores da pesquisa e foi preenchida pelos representantes de turma sob acompanhamento dos professores conselheiros de turma.)

A pesquisadora comentou que esse também seria um dos objetivos da pesquisa, que antes do pré-conselho do 1º bimestre a pesquisadora, coordenadores dos cursos e orientação escolar, aqui também colaboradores da pesquisa iriam realizar esse momento com os alunos com discussões sobre a função pedagógica do conselho de classe. Todos concordaram com as ações propostas. Estávamos dando o primeiro passo da reflexão-ação-reflexão em relação aos objetivos da pesquisa-ação e que seriam realizados com a colaboração dos participantes da pesquisa. Não foi um momento só de ouvir, mas também de agir.

Nesse primeiro encontro, não foi possível começar a construir o plano de ação que tem como objetivo o planejamento das ações antes, durante e depois das reuniões dos conselhos de classes. Isso ficou para os próximos encontros, mas consideramos que o planejamento da ficha do pré-conselho e a participação dos representantes de turma durante o conselho de classe com os professores, e a apresentação da função pedagógica do conselho aos alunos, realizadas pela Supervisão, Orientação e Coordenação de Curso já seriam umas das ações para direcionarmos as mudanças aos objetivos propostos da pesquisa.

Ao final do encontro compartilhamos um texto reflexivo de Vasconcellos (2009, p. 124)⁹ sobre a prática pedagógica que teve como objetivo concluir o nosso primeiro círculo reflexivo.

Após a leitura do texto ficou decidido que para o próximo encontro um dos presentes traria outro texto reflexivo para a abertura do 2º Encontro do Grupo de Estudo. O Prof. Jonas ficou responsável.

Os colaboradores disseram não terem vivenciado ou visto nas instituições trabalhadas o ocorrido, em que professores e equipe de ensino pudessem planejar ações para a realização do conselho de classe. Em seus comentários gostaram e disseram que foi produtivo.

Foi compartilhado por *email* aos outros participantes da pesquisa o material analisado e discutido, como também, as ações planejadas.

4.2.2 Segundo Encontro do Grupo de Estudo: desafios ao objeto de estudo, como mudar a realidade?

O processo dialógico, vivenciado com o outro, faz a mediação entre o mundo objetivo e o subjetivo, fazendo-o apreender a realidade objetiva e transformá-la. (IBIAPINA, 2008, p.69).

O segundo encontro do Grupo de Estudo aconteceu no dia 10 de maio no período matutino. Neste, foi possível contar com a presença de maior número de colaboradores. Isso

⁹ Ver texto “Construção da Práxis” no Anexo A.

fez com que, de fato, se concretizasse o início de um trabalho colaborativo. Em agradecimento e recepção aos participantes, iniciamos com um café da manhã, com pães, frutas, sucos e café, mas antes do café iniciamos com a mensagem reflexiva: “O animal satisfeito dorme”¹⁰, texto de Mário Sérgio Cortella que foi compartilhado pelo Profº Jonas, conforme combinado no último encontro.

Imagem 4: Leitura do texto e discussões.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 10/05/2016.

O texto aponta que, se estamos satisfeitos com que fazemos, corremos o risco de cairmos na monotonia existencial, na redundância afetiva e na indigência intelectual. A satisfação não deixa margem para a continuidade para o prosseguimento, para a persistência. A satisfação acalma, limita, amortece, e esse não é o objetivo do Grupo de Estudo. A turma estava animada e refletia que o que queríamos era contribuir, produzir, ir além de nossas expectativas e, coletivamente, em busca de soluções. O texto apresentava a seguinte ideia: “quando dois homens vêm andando na estrada, cada um carregando um pão, e trocam os pães, cada um vai embora com um pão, mas quando dois homens vêm andando na estrada, cada um com uma ideia, e ao se cruzarem trocam ideias, cada um vai embora com duas ideias”.

Portanto, o texto e o café da manhã foram fundamentais para iniciarmos a reunião que teve como objetivos: realizar um levantamento das concepções atribuídas pelos colaboradores sobre o papel do conselho de classe no processo de ensino e aprendizagem e, em seguida, fazer a avaliação do 1º conselho de classe. Além disso, refletir sobre quais ações seriam planejadas para as problemáticas apontadas e, posteriormente, planejar ações para a condução do 2º conselho de classe.

Assim, iniciamos com o diagnóstico a partir do questionamento sobre as concepções atribuídas por eles sobre a função pedagógica do conselho de classe:

¹⁰Disponível em: <<https://pt.linkedin.com/pulse/o-animal-satisfeito-dorme-por-m%C3%A1rio-s%C3%A9rgio-cortella-k%C3%A1lya-elpydio>>. Acesso em: 08 de maio.

Trocar informações com outros docentes e orientadores educacionais sobre determinados alunos, a fim de buscar soluções para possíveis situações que prejudiquem o aprendizado dos alunos. (Profª Coord. Nilce).

Apresentação das dificuldades dos alunos. Buscar solucionar tais dificuldades. (Profª Juliana).

Diagnosticar problemas da turma em geral. Propor soluções e discutir ações que contribuam para solucionar o problema. (Profª Coord. Verônica).

Revisão das estratégias dos docentes, avaliar as práticas didáticas, troca de experiências entre docentes. (Prof. Jonas).

Identificar as falhas no processo, propor e executar ações para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. (Profª Maísa).

Diagnosticar problemas individuais e coletivos de alunos e propor soluções e ações. (Prof. Clóves).

Favorecer uma avaliação mais global do aluno e da turma podendo colaborar com um novo fazer pedagógico. (Prof. Alan).

O principal objetivo é trabalhar com soluções para melhor rendimento. (Prof. Júlio).

Apontar as dificuldades dos alunos, propor soluções para os déficits de aprendizagem, elencar os melhores alunos. (Profª Coord. Amanda).

Podemos observar nas concepções dos mesmos que o conselho de classe é espaço pedagógico avaliativo, em que a reflexão-ação-reflexão andam juntas, mas sabemos que isso não tem ocorrido no *Campus*, mesmo com esses conhecimentos. Por isso, justifica-se o círculo reflexivo sobre a temática. Sabemos o que é preciso, mas não agimos. Para o pesquisador, o diagnóstico dos conhecimentos prévios dos colaboradores é fundamental para se trabalhar as necessidades formativas. De acordo com Ibiapina (2008, p. 47): “O ponto de partida para o estudo são os conhecimentos prévios, pois [...] não se pode colaborar, sem recorrer, efetivamente, à base material em que a intervenção pode inferir, no caso, os conhecimentos já construídos pelos professores”.

Nesse contexto, a partir do levantamento, centramos as discussões em nossas ações. Para isso, nos autoavaliamos de acordo com as observações realizadas durante a reunião do conselho de classe e as ações planejadas entre pesquisadora e colaboradores para a realização do conselho no 1º bimestre. Nessa direção, a observação reflexiva foi realizada por meio de processos cíclicos e sistemáticos de reflexão na e sobre a ação, seguindo as orientações de (IBIAPINA, 2008).

Imagem 5: Reflexão e avaliação das práticas pedagógicas do 1º conselho de classe.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora 10/05/2016.

Assim, iniciamos com a avaliação do conselho de classe com a Prof^a Maísa:

A dinâmica usada, colocando os alunos representantes de turmas no conselho, não foi uma ação positiva, foi cruel para os alunos, muitos não ficaram a vontade de expor a análise diagnóstica da turma. Minha experiência em outras instituições os alunos tinham voz sim, mas esse diagnóstico era feito com a equipe pedagógica, era ela quem apresentava nas reuniões, acho que não ficou bem definida essa situação nas primeiras discussões que tivemos. A forma como ocorreu senti que não foi legal, houve momento de constrangimentos entre aluno e professor. Sugiro que no próximo conselho que esse diagnóstico seja feito pela Caed (Coordenação de Assistência ao Educando) e Ensino, assim a própria equipe passaria na reunião do conselho de classe as avaliações feitas pelos alunos. Mesmo assim, percebi o quanto esses alunos são críticos, principalmente a minha turma que sou conselheira, vejo que estamos dando liberdade aos alunos para se expressarem.

Em seguida o Prof. Jonas apresentou suas considerações:

É basicamente o que a Prof^a Maísa, disse: quando o aluno está ali na frente tanto o aluno e o professor ficam constrangidos, mesmo aluno representando a turma ele fica pensando “eita, o professor agora vai pegar pesado, vai passar prova pesada”. Não gostei muito de como aconteceu, como é uma coisa nova vamos ver se dá certo. Sempre sento no fundo da sala durante os conselhos, mas durante esses dois dias procurei sentar mais a frente para dar apoio aos alunos. O professor conselheiro da turma poderia ser o porta voz, acho que ficaria menos constrangedor.

Na sequência outra participante a Prof^a Coord. Nilce comentou:

Como nunca foi feito conselho de classe com alunos aqui, fiquei super preocupada, pensava que eles iriam ficar o tempo todo, pois eles ainda não têm maturidade, acho que ficaria ainda melhor uma reunião à parte com os alunos depois levar para a reunião do conselho de classe.

A Prof^a Coord. Amanda relatou: “Já vivi experiência como essa em outra instituição que trabalhava, também concordo que poderíamos fazer conforme sugestões dos amigos, fazer um conselho de aluno”.

Durante a reunião também tivemos a participação do Diretor Geral, que fez várias contribuições, parabenizando o Grupo de Estudo e a Caed e comentou: “Eu acho que uma

coisa legal que eu vi, foi colocar as fotos dos alunos, pois falava muito dos alunos e muitos nem se lembravam dos rostos, principalmente no primeiro bimestre, foi muito importante para as nossas avaliações”(sic).

As análises avaliativas continuaram e o Prof. Jonas, levantou a seguinte questão:

Uma coisa que achei bem interessante, com relação a nós os profissionais da educação, é que tudo que foi dito ali, todos os problemas que surgiram naquele momento, a gente saiu mais uma vez daquele conselho de classe sem nenhuma solução, não discutimos soluções, a gente saiu assim; escutou, passou para a direção de ensino, para o diretor, para a Caed, e nós, professores, o que a gente vai fazer? Nada? Precisamos fazer alguma coisa em relação as nossas práticas pedagógicas.

A autoavaliação levou-nos ao questionamento, como transformar o conselho de classe em espaço de reflexão de nossas práticas? Não conseguimos realizar esta ação durante a reunião do conselho de classe. Portanto, enquanto pesquisadora almejava esse propósito de refletir sobre as práticas educativas, de nos autoavaliarmos durante a reunião, mas não foi tão simples assim. Primeiro, o tempo não foi suficiente para todas as discussões. E, assim, mais uma vez o conselho ficou nos relatos das problemáticas. Mas não podemos desistir do nosso objetivo, pois a autoavaliação docente de acordo com Cruz (2005, p. 16) nos ajuda:

Na tomada de consciência de nossa própria ação e o sentido educativo que ela tem no contexto pedagógico; a quebrar um poder discricionário herdado culturalmente pelos professores; a criar a consciência da força da ação coletiva pela revelação da fragilidade da ação individual; a tornar o professor mais humilde, aberto às mudanças e possibilita uma interação mais sincera, franca e amorosa com os alunos, pois a partir da compreensão de suas próprias limitações se compreende melhor as limitações dos alunos e se relativiza o rigor do julgamento; relativizar o erro, vendo-o como etapa de crescimento e não como fracasso ou culpa, e isso é fundamental num processo de construção conjunta do saber.

Contudo, mesmo na autoavaliação sobre a participação dos representantes de turma na reunião do conselho de classe, apontada como negativa, percebemos também algo não comum, que foi a fala de alguns professores, ao menos se propondo a pensar sobre algumas situações. O que percebemos é que a presença dos alunos abriu margem para que pudéssemos repensar nossas práticas especificamente quando estes apontaram dificuldades de compreender certas metodologias. A esse respeito tivemos o seguinte depoimento durante a reunião do conselho de classe: “Vou sentar com os alunos para ver as dificuldades que têm sobre minha disciplina e, se for o caso, mudar minha metodologia”. (Professor do 1º Ano). Complementando as concepções da autoavaliação durante o conselho, Cruz (2005, p. 17) enfatiza que esse momento nos possibilita conhecer:

Em que aspectos está avançando; que dificuldades tem enfrentado e como as tem enfrentado; que inovações na metodologia ou no processo de avaliação conseguiu pôr em prática; em que aspectos da metodologia e da avaliação ainda não está conseguindo avançar e por quê; a que causas, relativas à sua ação pessoal, atribui o sucesso ou a falha nas tentativas que fez.

Mesmo não tendo conseguido o objetivo de avaliar nossas práticas pedagógicas, esse encontro da pesquisa-ação colaborativa nos possibilitou pensar e planejar ações a partir das dificuldades de trabalhar com a indisciplina, situação preocupante nas práticas pedagógicas apresentadas pelos docentes, acentuada mais especificamente em uma turma, em que propomos um encontro formativo com os docentes para discutirmos essa problemática e buscarmos soluções em forma de oficina.

Outra situação apresentada pelos docentes na reunião do conselho de classe foi em relação aos alunos reprovados. Os docentes consideraram que estes não estavam com um bom desenvolvimento, mas estavam desmotivados e que precisávamos resgatá-los, caso contrário, teríamos novamente esses alunos reprovados ou evadidos ao final do ano letivo. No entanto, durante a reunião simplesmente foi apresentada a situação, não conseguimos discutir e refletir o porquê dessa problemática, se estaria implicada ao nosso fazer pedagógico. Assim, planejamos a ação “Roda de Conversa” para esses alunos no intuito de motivá-los.

Imagem 6: Planejamento de ações.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 10/05/2016.

Nesse segundo encontro do Grupo de Estudo, a partir das análises acima, planejamos o conselho de classe do 2º bimestre definindo quais ações seriam realizadas considerando as problemáticas apresentadas. Foi sugerido que, ao término de cada avaliação das turmas, apresentadas pela equipe pedagógica fizéssemos, coletivamente, as propostas autoavaliativas e as ações para tentar superar as dificuldades.

O Prof. Jonas apontou:

Seria necessário repensarmos na questão da não exposição de professores, como foi a questão de algumas disciplinas, buscarem fazer um trabalho individual depois com o professor. Sabemos que muitos ainda estão iniciando, não podemos comparar os professores, pois as críticas veementes acerca de uma disciplina causa muito constrangimento e devem ser filtradas antes de chegar ao grande grupo.

Ao final, enfatizamos que as discussões ora realizadas durante o encontro, caracterizavam-se em um processo de formação, pois foram momentos reflexivos do nosso fazer pedagógico.

Assim, avaliamos que esse segundo encontro foi produtivo com as discussões realizadas e acreditamos que os estudos sobre a função pedagógica do conselho de classe precisam ainda ser aprofundados por todos.

4.2.3 Terceiro Encontro do Grupo de Estudo: trabalho em equipe, início da construção do Plano de Ação

A formação de professores deve valorizar o trabalho em equipe e o exercício coletivo da profissão, reforçando a importância dos projetos educativos de escola. (NÓVOA, 1995).

Imagem 7: Construção do Plano de Ação.



Fonte: Arquivos de imagem da pesquisadora, 09/06/2016.

O terceiro encontro do Grupo de Estudo aconteceu no dia 09 de junho de 2016 no período matutino, teve como objetivo discutir a construção do Plano de Ação que norteou as ações pedagógicas do ensino a partir das problemáticas apresentadas no conselho de classe em relação ao desenvolvimento de nossas práticas pedagógicas, que permitisse a reflexão-ação-reflexão, um processo formativo e reflexivo propiciando a qualidade de ensino.

Portanto, seria um instrumento de trabalho dinâmico com o objetivo de propiciar ações a partir das problemáticas apontadas sobre processo de ensino e aprendizagem nos conselhos de classes. Assim os participantes da pesquisa-ação teriam papel fundamental na construção

do plano, como também estariam realizando as ações coletivamente com o Grupo de Estudo, partindo das análises dos conselhos de classe. Conforme Ibiapina (2008, p. 23):

A pesquisa colaborativa é uma prática alternativa de indagar a realidade educativa em que investigadores e educadores trabalham conjuntamente na implementação de mudanças e na análise de problemas, compartilhando a responsabilidade na tomada de decisões e na realização das tarefas de investigação.

A partir da justificativa do referido plano de ação, construímos o objetivo geral e alguns específicos, foi um momento de muita reflexão, sabíamos que esse plano de ação seria instrumento metodológico da equipe de ensino, com o objetivo de nortear as ações envolvendo educadores e educandos, e que seria futuramente um documento institucional a partir das reflexões realizadas nas reuniões dos conselhos de classe.

Esta reunião foi o primeiro passo do processo da construção e sistematização do Plano de Ação, foi possível perceber a motivação dos participantes da pesquisa, acreditando na importância desse espaço reflexivo e democrático, envolvendo ações democráticas capazes de observar e construir ações, coletivamente, na busca da qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Sabíamos o quanto era importante a construção desse plano de ação para a pesquisadora em sua prática profissional. Sempre foi a preocupação de que o conselho de classe precisava de outros direcionamentos, principalmente na autoavaliação dos profissionais envolvidos no processo de ensino. Como parte integrante do conselho de classe desta instituição escolar, percebemos a relevância desses momentos realizados com o Grupo de Estudo, na construção da identidade profissional, em construção de uma prática educativa em que as experiências coletivas fossem fundamentais nesse processo.

As trocas de experiências vivenciadas pelos participantes nos deram forças em busca da concretização de ações educativas, sendo sujeitos históricos de nossa prática profissional e não objeto dela, a reafirmar o que preconizava Freire que ensinar exige a convicção de que a mudança é possível. Ainda conforme Freire (1996, p. 76-77):

É o saber da História como possibilidade e não como *determinação*. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *História*, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar*, mas para *mudar*.

As experiências compartilhadas pelos participantes foram fundamentais para trilhar os objetivos da pesquisa-ação acreditando nas possíveis mudanças

Ao final da reunião, foi proposto por uma participante do Grupo de Estudo, que compartilhássemos o plano de ação no *google drive*, para adiantar nossos trabalhos contribuindo com sugestões, uma vez que muitos tinham seus compromissos e precisávamos terminar o plano de ação.

Avaliamos que esse encontro suscitou muitas dúvidas na construção de um plano de ação que pudesse envolver docentes e discentes, para tanto, não é comum nas escolas a construção de um plano de ação que tem por objetivo a reflexão-ação-reflexão das práticas pedagógicas.

4.2.4 Quarto Encontro do Grupo de Estudo: o caminho se faz caminhando

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar. (FREIE, 1996).

No dia 15 de junho, novamente o Grupo de Estudo se reuniu, para dar continuidade ao Plano de Ação. Iniciamos com a avaliação da sugestão de compartilhar o Plano de Ação no *Google Drive*, que não foi bem produtivo, pelo fato de estarmos no encerramento do 2º bimestre.

Em seguida, continuamos a elaboração dos objetivos específicos e a elaboração das ações para cada objetivo. Direccionamos ações a serem previamente planejadas denominando de “Pré-Conselho” realizado com alunos, análise avaliativa da turma. A partir desse diagnóstico, a equipe de ensino sentaria para o planejamento da apresentação das avaliações feitas pelos alunos aos docentes durante o conselho de classe.

Imagem 8: Construção do Plano de Ação.



Fonte: Arquivos de imagem da pesquisadora, 15/06/2016.

Ao refletirmos nossa prática pedagógica, achamos conveniente que a equipe deveria se reunir antes para o planejamento da dinâmica do conselho de classe e, pedagogicamente, saber conduzir as problemáticas apresentadas pelos alunos, evitando a possível exposição de

docentes e discentes como foi avaliado no 1º conselho. E em situações delicadas envolvendo alunos e professores, optamos por realizar momentos individuais com os docentes para as orientações necessárias, discutindo juntamente o fazer pedagógico, a fim de contribuir com o trabalho docente.

Como o trabalho tem foco nas observações das avaliações realizadas pelos docentes durante o conselho de classe, construímos ações formativas que pudessem contribuir para as dificuldades da prática docente diagnosticada durante o conselho e ações formativas para os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, que são a equipe de apoio ao ensino.

Além disso, construímos objetivos e ações para as dificuldades dos alunos, apontadas pelos docentes, ações que envolveram o trabalho educativo não só da equipe de ensino e equipe multidisciplinar, e sim a partir de um trabalho coletivo com a participação de docentes que é o mediador do conhecimento.

Nesse encontro, não foi possível concluir o Plano de Ação, marcamos outra reunião para a continuidade dos trabalhos. Tínhamos o objetivo de colocar esse plano em ação, assim que retornássemos do período de férias.

Mesmo sem a presença de muitos participantes, avaliamos mais uma vez que foi um momento reflexivo de desconstrução e construção, quanto às práticas de conselhos de classe já realizadas nesta instituição.

4.2.5 Quinto Encontro do Grupo de Estudo: plano de ação, planejar é preciso e a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca

O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher. (CORA CORALINA).

Imagem 9: Construção do Plano de Ação.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 27/06/2016.

Esse encontro foi a continuação da construção do Plano de Ação, em que planejamos ações aos objetivos específicos sobre a problemática da evasão e reprovação escolar nas turmas dos 1º anos, acreditamos que o Conselho de Classe pode ser um meio em que discutindo as dificuldades desses alunos e refletindo sobre nossas práticas, poderemos realizar ações e contribuir para que essas problemáticas diminuam no *Campus* de Cacoal.

Assim, discutimos os motivos prováveis que levam esses alunos a evadirem ou reprovarem, foi abordado pelo participante da pesquisa Prof. Alan, que temos alguns alunos que tem dificuldade de se comunicar, e esses alunos são fortes candidatos a evadir ou reprovar, e nas reuniões dos conselhos não discutimos isso. Portanto ao refletir nossa prática pedagógica ele reforçou: “Temos que estar atentos a esses alunos, passei por uma experiência em que dois alunos eram sempre excluídos na formação de grupos em sala, vendo essa situação, tomei a atitude de trabalhar com dinâmicas que pudessem fazer essa socialização entre os alunos”. Em nossas discussões sugerimos que no início do ano letivo no encontro pedagógico levantássemos essa questão e orientar os docentes para logo no início já possam diagnosticar esses casos para os devidos trabalhos.

A Orientação Educacional apresentou ao Grupo de Estudo dados da evasão no primeiro semestre de 2016 e os motivos das transferências, no entanto discutimos as problemáticas dos 1º anos e construímos as seguintes ações: identificar os alunos potencialmente propensos a evasão; realizar ações de sensibilização e conscientização que possibilite interações aluno/aluno no ambiente escolar; promover atendimento entre pais e alunos com dificuldades de aprendizagem, ações que contribuirão para que esses alunos não se evadam.

Em seguida, discutimos as problemáticas da reprovação que são a grande preocupação da instituição; muitos alunos têm muitas dificuldades de aprendizagem. Assim, discutimos ações para diminuir o percentual de retenção nos 1º anos como: realizar atendimentos individuais com alunos que estão em situação crítica no desenvolvimento da aprendizagem; realizar “Rodas de Conversas” com alunos retidos, motivando-os na superação das dificuldades encontradas; realizar “Rodas de Conversas” com alunos indisciplinados; realizar atividades de nivelamento para os alunos, e convocar os alunos com dificuldades de aprendizagem para auxiliá-los no horário de atendimento individual.

Planejamos uma ação formativa para trabalhar com os docentes durante o Encontro Pedagógico do 2º semestre, sobre a problemática da “indisciplina escolar”, que foi apontada no Conselho de Classe como um obstáculo para o desenvolvimento da prática educativa e que também estaria implicada a algumas reprovações de alunos futuramente.

Nesse encontro terminamos o Plano de Ação e o planejamento de ações a partir da reflexão-ação-reflexão de nossas discussões e decidimos que, no próximo encontro, iríamos apresentar o plano a Diretoria de Ensino com nossas ações e propostas para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

4.2.6 Sexto Encontro do Grupo de Estudo: plano de ação pronto, rumo ao caminho dos objetivos propostos

“O planejamento é um processo ininterrupto, processual, organizador da conquista prazerosa dos nossos desejos onde o esforço, a perseverança, a disciplina são armas de luta cotidiana para a mudança pedagógica”.

Imagem 10: Apresentação do Plano de Ação a Diretoria de Ensino.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 05/07/2016.

Esse encontro foi realizado no dia 05/07/2016 no período matutino, o objetivo dessa reunião foi apresentar o Plano de Ação¹¹ para a Diretoria de Ensino do Campus, com o propósito de futuramente institucionalizar o Plano de Ação como ferramenta metodológica de intervenção pedagógica sobre as práticas educativas,

Tivemos apoio da Direção de Ensino, o qual afirmou que seria relevante para a instituição, e que apoiaria nossas ações, principalmente no que tange nas ações formativas com docentes, uma vez, que estamos em uma instituição educativa com diversas formações, e muitos não tiveram a oportunidade formativa de discutir a prática pedagógica, formação fundamental para o desenvolvimento do profissional educador.

Assim, com o apoio da gestão de ensino, continuamos as discussões, motivados para o desenvolvimento dos objetivos do Plano de Ação. Portanto, durante a construção do plano o Grupo de Estudo teve oportunidade de discutir situações pedagógicas, momentos que ainda não haviam ocorridos no *Campus*.

¹¹ Ver o Plano de Ação no Apêndice A.

Após a apresentação do Plano de Ação, foi sugerido pelo Grupo para colocarmos em prática a partir do segundo semestre de 2016, começando pela apresentação do Plano de Ação aos docentes e outros profissionais da educação no encontro pedagógico, como também, as ações que já podemos realizar, diante das problemáticas apontadas nos Conselhos anteriores, sendo uma delas a dificuldade da prática docente com a indisciplina escolar, especificamente com uma turma do 1º ano, e dificuldades pontuais de aprendizagem de alguns alunos.

O Grupo de Estudo apresentou a ação sobre a indisciplina escolar, que seria uma ação reflexiva e não uma palestra, e sim trabalharíamos com situações-problemas de indisciplina, para cada situação o grupo teria que: identificar comportamentos incorretos, esclarecer as consequências dos comportamentos incorretos; e indicar atitudes pedagógicas que o professor poderia assumir. Dessa forma, uma ação que envolve reflexão-ação-reflexão da prática pedagógica, como também identificar nesta problemática a relação professor-aluno.

Foi um trabalho de muita aprendizagem ao ouvir os colegas, ali não tinha só a visão do pedagogo, e sim, de profissionais com distintas formações, os quais contribuíram na formação de cada componente do Grupo de Estudo. As experiências vivenciadas e compartilhadas foram fundamentais, além do compromisso de cada participante.

Acreditamos que o Plano de Ação possibilitará momentos formativos e reflexivos sobre nossa prática pedagógica em busca de um ensino significativo, propiciando a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Mais uma vez afirmamos que os encontros do Grupo de Estudo contribuíram para a formação da identidade profissional da que vos fala, quebrando a visão que historicamente tem o Supervisor Escolar, de fiscalizador, burocrático. Portanto, conseguimos mostrar que o trabalho educativo precisa ser coletivo, discutido e não autoritário, que em uma gestão precisamos ser democráticos. O Grupo de Estudo foi muito interativo e comunicativo, aprendemos juntos com nossas experiências educativas.

Terminamos a reunião com o Plano de Ação pronto para iniciamos as ações pedagógicas, um trabalho colaborativo. Vale registrar aqui, a importância do processo formativo por meio das reflexões e discussões possibilitadas durante a construção do Plano de Ação.

4.2.7 Sétimo Encontro do Grupo de Estudo: formalização do 2º conselho de classe bimestral

Colaborar significa criar novos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais para o entendimento compartilhado e para a efetivação das parcerias (IBIAPINA, 2008, p.51).

Imagem 11: Planejamento do Conselho de Classe do 2º bimestre.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 26/08/2016.

No dia 26 de agosto no período vespertino o Grupo Estudo novamente se reuniu para o planejamento da dinâmica metodológica do conselho de classe do 2º bimestre, conforme ação do Plano de Ação. Tínhamos sempre a preocupação de não expor os professores, mas era necessário levar a voz dos alunos, saber como eles nos avaliaram nesse bimestre.

Assim, reelaboramos a ficha diagnóstica do Pré-Conselho¹², decidimos não indicar turmas e nem disciplinas, fazer uma apresentação geral em slides, sem a presença dos alunos. Categorizamos as falas dos educandos em: maiores dificuldades apresentadas pelas turmas em relação aos alunos; maiores dificuldades apresentadas pelas turmas em relação aos docentes; fatores que contribuíram para o desenvolvimento dos alunos; o que mudou na relação pedagógica entre docentes e discentes e avaliação dos demais setores da instituição.

O nosso objetivo foi planejar o conselho de classe em um momento produtivo, reflexivo e participativo e não momentos só de relatórios, fundados nas dificuldades discentes. E como foco principal decidi discutir a situação dos alunos propensos a reprovação ou a evasão com dificuldades no desenvolvimento de aprendizagem, alunos que ficaram com mais de quatro disciplinas sem média semestral no 1º semestre. Dessa forma, na coletividade seria mais fácil discutirmos as problemáticas que estão impedindo o desenvolvimento desses educandos, e de construir e planejar ações interventivas com docentes e discentes.

Além dos casos mais relevantes, também seria feita uma análise geral de cada turma, feita pelos educadores. Para o caso crítico, relacionados ao desenvolvimento metodológico de docentes seria feito atendimento individual com a equipe de ensino após o conselho de classe.

Durante o planejamento, avaliamos o quanto estava realizada com aquele momento, pois não estava só a supervisão pedagógica planejando uma reunião de conselho, e sim houve

¹² Ver ficha diagnóstica do Pré-Conselho do 2º bimestre em Apêndice E (Esta ficha foi preenchida durante o Pré-Conselho pela equipe pedagógica Coordenador de Curso, Orientador Educacional e Supervisão/Pedagógica.)

um compromisso e responsabilidade por parte da equipe, convicção de que nosso trabalho seria significativo para nossas práticas pedagógicas.

Ressaltamos que no decorrer do ano letivo de 2016 do *Campus* de Cacoal, tivemos muitos imprevistos, o que procedeu a não realização do Conselho de Classe do 3º bimestre.

4.2.8 Oitavo Encontro do Grupo de Estudo: Teoria, qual sua relação com a pesquisa científica e prática da ação educativa?

O papel da teoria consiste em gerar hipóteses ou diretrizes para orientar a pesquisa e as interpretações (THIOLLENT, 2007, p.60).

Imagem 12: Sessão reflexiva, estudo teórico.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 14/12/2016.

No dia 14/12/2016 às 13h30min. realizamos o oitavo encontro do Grupo de Estudo, iniciamos agradecendo a presença de todos, em seguida compartilhamos a leitura do texto de Luíz Fernando Veríssimo “Diálogos Impossíveis: A Tática da Bolsa”, leitura divertida humorística para recepcionar os participantes. Durante a leitura percebemos que ela foi divertida, os participantes riam, ficavam atentos para saber o final, foi apresentado o texto em forma de suspense, assim, acreditamos que essas leituras podem motivar um trabalho descontraído.

Portanto, o objetivo desse encontro foi proporcionar aos participantes um trabalho mais teórico com reflexões a partir dos encontros e ações realizadas durante a pesquisa-ação colaborativa, fazendo-os a pensarem sobre a função pedagógica da instância Conselho de Classe no processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, denominamos esse encontro como sessão reflexiva por aprofundarmos mais em recortes teóricos, para Ibiapina (2008, p.96) as sessões reflexivas são:

Procedimentos que motivam os professores a focalizar a atenção na prática docente e nas intenções de ensino e incentiva a criação de espaços de reflexão crítica que

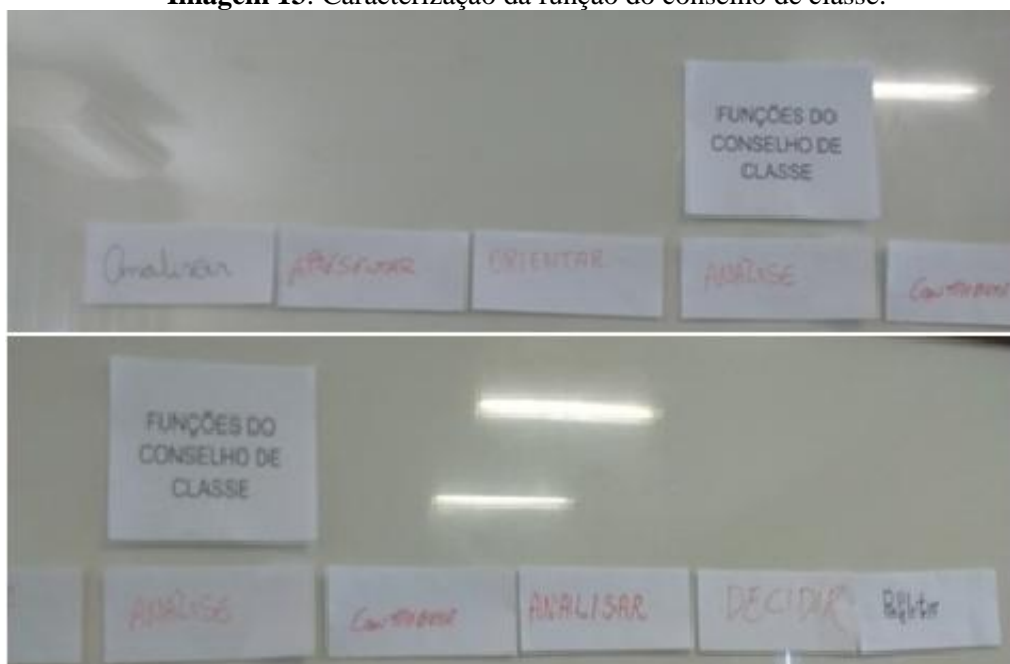
auxiliem no desenvolvimento da consciência do trabalho docente, levando os professores a desenvolver sua profissionalidade à medida que compartilham problemas, discutem e contrastam pontos de vistas teóricos, analisam os fatores que condicionam sua atividade, observam os significados e os sentidos emitidos pelos pares. Assim, reconstroem a gênese do próprio significar a partir da linguagem discursiva do outro.

Compreendemos então, que as sessões reflexivas, são momentos de estudos teóricos, propiciado pela relação entre teoria e prática, permite ao educador a compreender o que, como e o porquê de suas ações, propiciando assim condições do docente perceber que as opções teóricas afetam as práticas. (IBIAPINA, 2008).

Então, iniciamos as discussões com a dinâmica em que a pesquisadora entregou aos membros do Grupo de Estudo tarjas de sulfite e canetão e solicitou para caracterizar a função pedagógica do conselho de classe somente em uma palavra e que ao final da reunião iríamos discuti-las. Foi um momento de silêncio de reflexão, em que todos pensavam que palavra registrar. Questionaram: - Só uma palavra? Afirmamos que sim. Percebemos que a dinâmica não foi tão fácil, pois o desafio de definir a função do conselho de classe em uma palavra demandou reflexões.

Enquanto isso foi colado no centro do quadro de escrever, uma folha de sulfite em letras grandes “FUNÇÕES DO CONSELHO DE CLASSE”. Assim que os participantes registravam suas palavras colavam abaixo a caracterizando. Como podemos observar nas imagens abaixo, cada participante colou sua palavra.

Imagem 13: Caracterização da função do conselho de classe.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 14/12/2016.

Em seguida, realizamos outra dinâmica, distribuímos quatro perguntas em que os colaboradores deveriam pensar e registrar em dupla no papel sulfite suas respostas. Foi um momento de interação entre eles. Os questionários foram formulados a partir de texto e vídeo que posteriormente seria compartilhados para discussões propostas, assim os participantes tiveram a oportunidade de pensar e registrar.

Imagem 14: Discussões entre os colaboradores.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 14/12/2016.

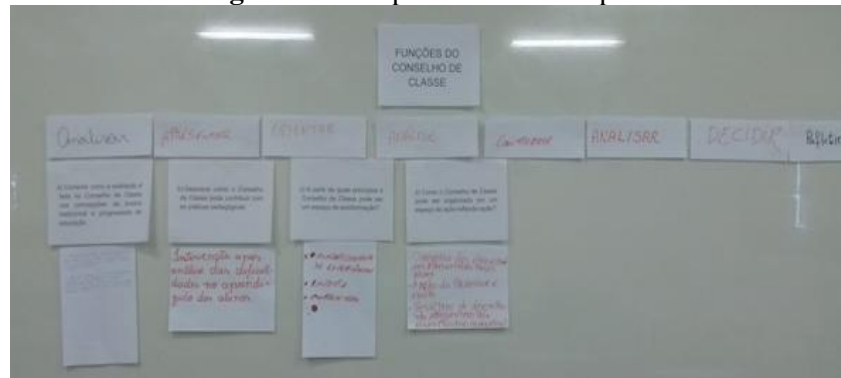
As questões foram: Comente como a avaliação é feita no Conselho de Classe nas concepções de ensino tradicional e progressista de educação. Descreva como o Conselho de Classe pode contribuir com as práticas pedagógicas. A partir de quais princípios o Conselho de Classe pode ser um espaço de autoformação? Como o Conselho de Classe pode ser organizado em um espaço de reflexão da prática pedagógica? Esta dinâmica teve um tempo de quinze minutos, que também demandou reflexões, a partir dos conhecimentos prévios da temática discutida. A ansiedade para saber o que escreveriam era grande! Estas atividades iriam ser produtivas para os registros da pesquisa. Assim que as duplas terminavam também colavam no quadro suas respostas. Como podemos verificar nos registros abaixo.

Imagem 15: Compartilhando as respostas.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 14/12/2016.

Imagem 16: Compartilhando as respostas.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 14/12/2016.

De acordo com a dinâmica, as respostas também seriam discutidas posteriormente. Na sequência, ainda em duplas, foi entregue aos participantes cópias de leituras de capítulos da obra de Dalben (1994) “Trabalho Escolar e Conselho de Classe” para que lessem e anotassem as ideias principais para serem apresentadas aos grupos. Conforme Ibiapina (2008, p. 98):

Os textos representam dispositivos motivadores de estudos e de reflexões e tem o objetivo de auxiliar os professores a ampliar os conhecimentos teóricos e a construir novos fundamentos que ajudem na reestruturação dos conceitos trabalhados na pesquisa e na compreensão da prática docente como atividade profissional. O exercício reflexivo, realizado com base nesses dispositivos teóricos, transcende os conhecimentos imediatos apresentados pelos textos, gerando aprendizados com maior nível de complexidade.

Os textos foram: 1- Capítulo I: Referências históricas e formais de constituição dos Conselhos de Classe (1- A experiência francesa como referência); 2- Capítulo IV: O destaque da instância avaliativa (1- O papel do Conselho de Classe no processo avaliativo); 3- Capítulo IV: O destaque da instância avaliativa (6- Novos paradigmas para o processo avaliativo); 4- Capítulo VI: As expectativas favoráveis às transformações da escola pela via do Conselho de Classe (1- O Conselho de Classe como espaço de geração de ideias).

Para complementar os registros, assistimos ao vídeo¹³ em que fora apresentada a obra citada acima, reforçando a compreensão dos textos estudados, o qual foi dado ênfase na função pedagógica do conselho de classe, o vídeo apresenta um recorte dos principais conteúdos que autora aborda na obra. Os participantes assistiram atentamente ao vídeo, senti que havíamos acertado na escolha, o mesmo nos possibilitou lembrar nossas discussões durante a pesquisa-ação colaborativa, de avaliarmos o que poderíamos ter feito o que agora

¹³Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZMYXDhOC7AU>> Acesso em 3 dez 2016.

podemos fazer, para que alcançássemos um trabalho significativo no fazer pedagógico e avaliativo nos planejamentos de nossas ações referentes aos Conselhos de Classe. Antes de iniciarmos o vídeo foi solicitado para que fizessem anotações e assim poderiam complementar os registros já realizados. Observamos abaixo a atenção dos participantes.

Imagem 17: Momento vídeo.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 14/12/2016.

A partir da exibição do vídeo, iniciamos as discussões das questões propostas anteriormente. Foi solicitado que voltassem às respostas das questões para ver o que mudariam o que acrescentariam. Esse momento do encontro foi grandioso, foi possível ouvir dos participantes suas convicções, seus anseios sobre a temática conselho de classe.

Na sequência apresentaram a parte do texto que aborda o recorte histórico do Conselho Classe, quando e como surgiu na França e depois a experiência no Brasil. Nesse contexto relembramos as propostas da Lei 5692/71 momento que o Brasil vivia na educação uma concepção capitalista e autoritária de educação surgindo, assim, a divisão de classes, que o conselho de classe tinha a função de apenas quantificar o saber do aluno, era uma avaliação estritamente objetiva e pouco importavam os aspectos subjetivos implicados no processo de ensino e aprendizagem ou mesmo aspectos também objetivos, mas relacionados à vida de alunos e professores: os alunos envolvidos nas questões sociais e econômicas, uma sucessão de faltas; os docentes geralmente reproduzindo um modelo objetivo de escola em que bastava transmitir o conhecimento e se o aluno não aprendia o problema era explicitamente dele, pois pouco importavam as questões acima apontadas e estava aí a justificativa do modelo de conselho de classe e seus procedimentos.

Observou-se ainda que, a partir da década de 90 do século XX novas discussões no campo da educação começaram a emergir e em 1996 é promulgada a LDB 9394/96 com a proposta de conselho de classe na perspectiva de educação democrática, a avaliação passa a ser discutida qualitativamente, busca-se uma avaliação que considere os aspectos objetivos e

subjetivos em que considera todo o contexto que envolve o processo de ensino e aprendizagem é conteúdo de análise e reflexão.

Dando continuidade, os colaboradores Prof^a Maísa, Prof. Alan e Prof. Jonas apresentaram a questão: Descreva como o Conselho de Classe pode contribuir com as práticas pedagógicas. Estes enfatizaram que seria “por meio de intervenção após análise das dificuldades no aprendizado do aluno e por meio das análises da metodologia do professor devemos fazer reflexão e ação da prática pedagógica. Em seguida compartilharam o texto “O papel do Conselho de Classe no Processo Avaliativo” as partes que mais os interessaram. Nas discussões a professora Prof^a Maísa fez um desabafo sobre as práticas avaliativas, mais precisamente sobre o que os colegas e os estudos apontam como sendo prática do professor de matemática:

Um ponto colocado para refenciar a avaliação em conselho de classe que me incomoda é que sempre colocam o professor de matemática como referência. Isso aqui no texto, que dão sugestão de um professor de matemática e até mesmo no vídeo é enfatizado o matemático como exemplo para as discussões. Sempre se coloca de modo negativo sem diálogo. Eu me pergunto: e as outras disciplinas que também reprovam? Acho errado olhar somente por um lado, pois há um pré-conceito que todo professor de matemática detona o aluno, mas eu não sou assim, penso diferente e faço diferente, busco sempre avaliar meus alunos, não só pela nota mas pelo todo, pelo contexto durante seu desenvolvimento.

As considerações da professora estão atreladas a uma imagem em que algumas disciplinas curriculares há muito tempo são identificadas as “mais importantes na formação do aluno” e o foco avaliativo em matemática gera muitas discussões nos conselhos de classe, às vezes sobrepondo sobre a decisão reprova ou não o aluno. De fato, podemos avaliar que não podemos fazer esse tipo de julgamento, por isso, muitas vezes usam a matemática como exemplo, devido seus altos índices de reprovação em muitas realidades escolares.

Prosseguindo, o Prof. Alan comentou que: “É muito importante discutirmos os modelos inquisitivos, quantitativos, as imposições avaliativas de um conselho de classe de forma tradicional, esse momento nos faz questionar nossas práticas avaliativas”. Ainda nas contribuições ao grupo, o Prof. Jonas comentou:

O meu texto depois do vídeo ao meu ver o conselho de classe da gente votar em aprovar ou reprovar aluno, por exemplo, vou citar a Prof^a Júlia ela tem várias formas de avaliar o aluno dentre dessas formas ela deu várias oportunidades desse aluno ter êxito no trabalho, só que não teve, aí como é que eu de outra disciplina não estava presente na sala dela no trabalho individual, tenho a capacidade aprovar, eu posso ter a capacidade de avaliar de acordo com que presenciei em minha sala de aula e não a dela. E aí o que acontece meu modo de ver esse conselho de classe na hora que a gente aprova e reprova aluno, tem alunos que já se acostumou, diz: - A professor me ajuda lá no conselho. Isso, sem mesmo ter saído as notas. Então eu acho errado,

porque assim, isso é uma forma de autoritar o professor e concerteza não foi o professor que reprovou o aluno mediante resultados das diversas avaliações, diversas atividades que ele passou e o aluno não teve êxito. A gente não está avaliando o que o trabalho está de acordo, o trabalho desenvolvido, a gente sempre está avaliando o erro, e isso não deve ser assim a gente não pode caçar só os erros mas também os acertos do trabalho docente. (sic)

As discussões ficaram mais acirradas quando a Profª Silvia pediu a palavra para fazer as considerações a respeito ao comentário acima, de reprovar ou aprovar o aluno sem conhecer como foi desenvolvida o processo de ensino dos outros professores:

Eu posso discordar? Discordar no sentido assim, estou muito tempo na educação, já passei por muitos conselhos de classes. Vejo que é necessário o conselho de classe final, infelizmente ainda temos profissionais que não estão preparados metodologicamente ou até mesmo, não permitem uma autoavaliação, cansei de ver casos de professores que simplesmente são tão relapsos em sua profissão que a nota é de acordo com a cara do aluno, então nesses casos só o conselho para resolver. Muitas vezes tem muita gente vai para o conselho, até que todo mundo já sabe das dificuldades que já trabalhou dificilmente as pessoas votam contra a decisão do professor, geralmente as alunas saem contra a decisão do professor, mas temos situações de professores reprovarem aluno porque não vai com a cara do aluno ou da mãe ou porque brigou com a mãe do aluno. Pare e pensa, tem situações que o professor reprova o aluno com 59 de média, será que não dá para esse aluno passar levando em consideração sei que hora reprovar sei que hora aprovar simplesmente reprova. Então vejo a necessidade do conselho de classe acontecer sim, pelas situações que já vivenciei não pelo aluno mas infelizmente por colegas, há profissionais e profissionais, hoje talvez tenhamos professores mais maduros até mesmo pela formação. (sic)

Nesse momento o Prof. Cloves aponta que:

Se nós partíssemos deste princípio não precisaria de Conselho de Classe Final em que reprova ou aprova aluno, nossas práticas avaliativas elas são práticas inquisitórias: olha você tem que saber o que te falei se você não sabe você reprova, é nesse sentido que devemos partir do princípio de um conselho que venha discutir o processo de ensino e aprendizagem durante o ano e não discutir isso no último em que o sistema coloca todos nessa mesma condição de avaliação final. E tem mais um problema, o aluno é aprovado pelas suas dificuldades e não por merecimento dele eu acho errado. (sic)

E o Professor enfatizou mais uma vez: “Nosso grande problema é que não discutimos o processo ao longo do período e deixa tudo para o final”. Nesse momento a pesquisadora enfatiza sua preocupação em que o grupo discutisse isso. Comenta o quanto é importante terem essa visão e que não é fácil transformar esse espaço com novas proposições reflexivas e que o Grupo de Estudo seria o ponto de partida para essa nova construção avaliativa nos conselhos do IFRO. Assim, nos apoiamos em que Ibiapina (2008, p. 97) afirma:

As sessões reflexivas são sistematizadas com a finalidade de auxiliar os professores a reconstruir conceitos e práticas, desenvolvendo um processo reflexivo que inicia pelas construções já existentes e pela identificação dos componentes básicos dos eixos teóricos da ação e as tendências que estão mais próximas do fazer didático. Essa reflexão promove a reelaboração de conceito e práticas pedagógicas e a avaliação das possibilidades de mudança da atividade docente.

Dialogando sobre o processo das práticas avaliativas, o Prof. Clóves ainda comentou :

Provavelmente todos nós já ouvimos expressões do tipo: Olha dei dei dei oportunidade nos trabalho fiz isso, fiz aquilo e, o aluno não passou não foi e, agora vou dar uma prova de lascar a recuperação vai ser de lascar e se ele ficar no exame vai ser pior ainda, ou seja, é uma concepção que o professor tem de como ele deve avaliar de como ele deve trabalhar e isso é de cada, e a gente se prende a essas situações e depois vão se desencahar no Conselho de Classe Final, e eu vou pesar fazer um discurso a partir de todas as falas dos outros professores e vou tomar minha decisão é isso que acontece no conselho. (sic)

A Profª Silvia complementou:

E nesse ponto o conselho não se avalia só aluno se valaia o processo, se avalia o colega de certa forma, naquele momento de discussões você avalia também o colega, e vejo que o erro é uma forma de diagnóstico de nossa prática pedagógica uma nova retomada para reflexão-ação. Uma outra coisa que devemos mudar é quando se pensa em avaliar que o único instrumento que aparece em nossa cabeça é a prova, mas existe outros instrumentos avaliativos. Temos que mudar nossas práticas avaliativas, nós estudamos dessa forma, nós nos formamos dessa forma e ainda, muitas vezes reproduzimos esse pensamento. Mas ainda é muito difícil sairmos das raízes tradicionais. (sic)

Ao considerar os argumentos acima, verificamos que, se o espaço conselho de classe realizado nas características da avaliação formativa e diagnóstica no processo ensino e aprendizagem, ao longo do ano letivo, ao final possivelmente teremos avaliações mais “justas” e conscientes, que devemos considerar todo o processo de ensino.

No ensejo, aproveitamos a fala do vídeo, que afirmava que essas práticas avaliativas só serão superadas por meio de discussões como essas, que o conselho de classe pode ser o caminho de novas posturas avaliativas se discutidas na perspectiva da avaliação formativa.

Após essas discussões, outro grupo composto pela Profª Silvia e o Prof. João, apresentaram a questão: "Comente como a avaliação é feita no Conselho de Classe nas concepções de ensino tradicional e progressista de educação":

Dentro do conselho de classe na visão de ensino tradicional, se houver o conselho de classe não será avaliado o histórico escolar e pessoal do aluno. A avaliação é feita como já discutimos inclusive como é feita no Instituto Federal onde se estabelece um documento dizendo quais os critérios, então os critérios são objetivos, a nossa concepção pelo ROA é objetiva, até comentei o critério de média anual 40 para ser avaliado se não ter essa média, não vai para o Conselho Final, assim descaracteriza

completamente a função do Conselho de Classe essa é a avaliação tradicional puramente objetiva não é qualitativa. Dentro dessa visão progressista de educação busca-se verificar quem é esse aluno, como foi trabalhado esse aluno, ele poderia ter ficado em mais disciplinas e poderia ir para o conselho, exemplo um aluno como o Douglas, como Bruno que tem necessidades especiais e muitas vezes não tomamos ciência disso durante o ano, eles devem ir para o Conselho e lá nós vamos avaliar o que nós fizemos como profissionais, o que a escola fez, quais foram as falhas, o que é mais vantagem para esse aluno passar ou não passar? Então nessa visão progressista de educação é isso que o conselho deve avaliar, todo histórico escolar desse aluno levando em consideração o lado cognitivo, afetivo, psicológico e também o lado da prática profissional como toda a instituição como um todo, da equipe do próprio sistema. E ao meu ver nossa instituição tem uma visão tradicional de conselho de classe quando se estabelece critérios objetivos e não subjetivos para avaliação. (sic)

Nesse momento, os participantes questionaram se quando esses critérios foram elaborados na resolução, se a avaliação subjetiva formativa foi questionada. A Prof^a Silvia que faz parte da equipe pedagógica e fez parte da comissão que discutiu alguns critérios da resolução que trata das funções avaliativas do conselho de classe comentou: “Até fiz alguns questionamentos, mas como pedagoga infelizmente muitos não consideraram minha fala e assim, temos critérios avaliativos puramente quantitativos sem levar em conta as considerações já citadas”.

Em seguida os colaboradores acima, Prof^a Silvia e o Prof. João, fizeram as considerações sobre o texto “Novos Paradgmas para o Processo Avaliativo”:

Achamos bem interessante o segundo parágrafo que fala que há muito tempo a escola vem discutindo evasão e repetência, em visão bem classificatória, mas não devemos ter essa visão, penso que os conteúdos trabalhados devem ser contextualizados com a vida social do aluno, como poderá usar esse conteúdo em sua vida, são os novos paradgmas da avaliação da aprendizagem.

A pesquisadora enfatizou que, atualmente, as políticas educacionais e muitos pesquisadores buscam novos direcionamentos avaliativos quanto à questão da evasão e reprovação, sendo uma delas discutirem também as problemáticas a partir da visão de como estão nossas práticas pedagógicas, se as instituições oferecem condições para um bom ensino, e não só relacionam o não desenvolvimento acadêmico do alunos em suas condições, familiares, sociais e culturais, mas que possamos contextualizar o processo avaliativo.

Após as discussões, fomos para outro grupo composto pelos professores Prof. Edgar e Prof. Clóves apresentaram a pergunta: "A partir de quais princípios o Conselho de Classe pode ser um espaço de autoformação"?

Descrevemos três coisas que achamos principais: a questão do compartilhamento de experiências, empatia e contraditório. Então vou começar pelo último, a questão do contraditório é que temos uma avaliação micro de nossos alunos, por exemplo, falta um choque de opiniões, por que ele foi ruim na minha disciplina, mas foi bom em matemática? Então é importante compartilhar as experiências, e eu vou frisar uma coisa importante: nós temos vários encontros pedagógicos durante o ano acho que

devemos apresentar essas ações, como os pré-conselhos vêm ocorrendo, devemos apresentar as memórias no conselho durante o ano e no final, mostrar esse processo de forma subjetiva, nós estamos focados na média semestral nas recuperações e exame, temos que fazer um resumo de tudo que foi realizado e alcançado nas ações e intervenções de cada bimestre.

Aglutinando as conversas, o Prof. Jonas disse: “Deveríamos discutir o assunto Conselho de Classe em reuniões pedagógicas com o grupão, não adianta esses conhecimentos ficarem só aqui”. A partir dessa reflexão, o Grupo de Estudo pensou em realizar um encontro não como encontro pedagógico e sim um encontro denominado formativo, para que pudéssemos alcançar o máximo de presença. Não seria no encontro pedagógico, especificamente, porque muitos não gostam dessas reuniões, mesmo necessárias, acham maçantes e esse não é o nosso objetivo. Para o Grupo de Estudo, estava explícito que seria importante deixar claro e motivar todos de que é necessário ter esse conhecimento e discutir com todos os docentes sobre a função, o papel do conselho de classe, pois somos professores e nosso objeto é ensinar e contribuir, de fato, para a aprendizagem do aluno.

De acordo com a fala da Profª Silvia, tem saberes que só vamos aprender no chão da escola, nas experiências e, a partir delas, poder-se-ão detectar suas deficiências na prática docente; o professor tem que conhecer as mais diversas metodologias para tentar superar as dificuldades na hora que aparecerem. Assim, discutimos uma ação para ser realizada em 2017, em grupo. Este momento foi muito gratificante para a pesquisadora, pois sentia ter alcançando o objetivo da pesquisa-ação colaborativa envolvendo as práticas pedagógicas.

Dando continuidade o Prof. Clóves comentou sobre o texto “O Conselho de Classe como Espaço de Geração de Ideias”:

Queremos abordar a passagem que autora comenta da necessidade da superação das relações sociais majoritária, é essa a questão às vezes nós encontramos em uma relação limitada no meu eu, minha disciplina, minha prática, minha avaliação, mas temos que buscar a unidade, melhorar essa relação, mas não é fácil, envolve uma questão de egos, e acaba não aceitando mudanças. Uma outra questão, nós vamos conseguir de dar conta de resolver os nossos problemas se tudo pra gente é número, quando tudo pra gente é quantificado? O aluno não merece ser aprovado porque não atingiu a média mais e aí será que só a nota avalia, o que é a nota? Como podemos quantificar o saber do outro?

Podemos observar que esses questionamentos nos direcionam a profundas reflexões de que é, realmente, composto o processo avaliativo, de como devemos nos autoavaliar, e de como devemos avaliar a prática pedagógica em sua diversidade.

Para complementar as discussões do texto acima, a pesquisadora apresentou alguns teóricos que falam da autoformação, como a construímos, como nos constituímos profissionalmente, a que nos leva a ela. Assim tivemos a contribuição de Loss (2015, p.3-5):

A autoformação é um processo significativo para despertar os sujeitos à ampliação da consciência, ou seja, à tomada de decisões frente a maneira de ser e de se relacionar consigo mesmo e com o outro. Ela possibilita o autoconhecimento das subjetividades humanas para a constituição da sensibilização e da autotransformação do eu individual e coletivo.

A autoformação é a construção de sentido aos nossos sentidos, é a busca do significado de quem somos e para onde queremos ir. Assim, autoformar-se é construir sentido aos fazeres cotidianos às aprendizagens, às experiências e aos conhecimentos.

Na dinâmica, cada participante leu uma citação e explicou o que entendeu aos colegas. Complementamos que a autorfomação constitui o ser com seus valores atitudes, o respeito de si, a autoformação nos direciona ao profissional que queremos ser. E fomos questionados a partir de quando que ela vai nos direcionar? Assim, afirmamos que seria por meio desses momentos coletivos de discussões, pois quando me permito ser avaliado, permito ter mudanças; tudo isso faz parte de nossas práticas pedagógicas. Em seguida, para iluminar todas as discussões realizadas, fizemos leituras de outras citações que definem a função pedagógica do conselho de classe, cada participante leu. Foram citações que complementaram e resumiram todas as nossas discussões nesse encontro.

Nesse momento, o Prof. Edgar pediu para compartilhar uma experiência vivenciada sobre avaliação no Conselho de Classe:

Tem certas decisões da vida que marcam o aluno, eu sou fruto do Conselho de Classe, na sétima série eu fui empurrado na disciplina de matemática, e assim hoje começo a pensar, se eu tivesse reprovado na sétima série, o que teria acontecido comigo, será que estaria aqui hoje? É essa questão que hoje amadurece a gente. Só que eu tinha objetivos de estudar me serviu de lição para melhorar. Se eu não tivesse esse pensamento?

Como foi importante o professor compartilhar a experiência vivida, foi possível analisar em sua narrativa que realmente é necessário discutir em nossas práticas pedagógicas a função do conselho de classe. Podemos marcar vidas positivamente ou negativamente. A partir da narrativa reflexiva podemos atribuir o que Ibiapina (2008, p. 110) nos fala:

A explícita presença de várias vozes indica que a interpretação nunca chega ao ponto final, pois as narrativas selecionadas representam apenas a expressão de determinado momento de aprendizagem e de movimento constante em busca de novas interpretações. Nesse tipo de narrativa, a multiplicidade de vozes se manifesta sobre o fenômeno estudado pelo pesquisador. Nesse sentido, o texto é o veículo de comunicação marcado pela subjetividade e modos de interpretação e compreensão de todos os partícipes envolvidos em sua produção.

Dando sequência, retomamos a primeira dinâmica, foi solicitado que cada participante comentasse sobre a caracterização da palavra definida por eles sobre funções do conselho de classe, se as manteria, tiraria ou complementararia:

Caracterizei com a palavra “orientar”. Bom, funções do conselho de classe, pensei em orientação porque também se enquadra, a gente se orienta ouvindo outras experiências, ouvindo outras opiniões e melhorar. (Prof^a. Júlia).

Bom, minha palavra foi “análise” de analisar, não tiraria, acrescentaria outras, mas analisaria alunos, me altoanalisaria, analisaria os colegas é isso. (Prof^a. Coord. Nilce).

Minha palavra foi contribuir, e com a explicação das colegas ela encaixa perfeitamente, porque o conselho de classe contribui com tudo isso aqui, para que o aprendizado ocorra, para o entendimento e a troca de experiência de cada profissional, melhorar nossas práticas. (Prof. Clóves).

Usei a palavra apresentar, porque podemos apresentar em uma visão macro de um aluno específico de uma situação específica, porque nosso foco só fica ali na nossa disciplina e o conselho nos apresenta esse conhecimento mais amplo para se conhecer e avaliar. (Prof. Edgar).

Eu usei a palavra decidir e eu acrescentaria mais coisas como detectar o problema por exemplo o problema na nossa própria disciplina, socializar, somente acrescentaria. (Prof. Alan).

Minha palavra foi analisar, acho pouco para definir conselho de classe, mas primeiramente acho que devemos partir dela e depois irmos para as outras. (Prof^a. Máisa).

Minha palavra é tudo isso, vou falar em uma frase; Apresentado situações analisamos os casos para poder decidir e contribuir nas orientações do aluno. (Prof. Jonas).

Eu também sugeri a palavra analisar manteria a palavra, depois de tudo que foi comentado colocaria a palavra reflexão, pois refletir significa no conselho de classe, uma avaliação contextualizada no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. (Prof. João).

Bom achei muito complicado definir conselho de classe em uma palavra só e acabei colocando a palavra refletir, eu acho que uma das principais ações do conselho seria reflexão, voltar para si, voltar para o outro, é fazer a análise de tudo isso para tomar as decisões corretas e realizar ações corretas. (Prof^a. Silvia).

Ao final, foi solicitado que fizessem avaliação do nosso encontro e da nossa pesquisa, o que acrescentou, o que foi bom, o que poderíamos melhorar.

Avalio que é sempre bom retomar, fazer análises dessas situações que ocorrem no Conselho de Classe. E como sugestão que isso não fique só entre nós, é um pedido para compartilharmos esse estudos com os outros colegas continuarmos discutindo que seja uma prática constante. (Prof^a. Coord. Nilce).

Pra mim é muito bom participar, acrescenta muito na minha prática, uma vez, que nunca tive oportunidade de participar desse tipo de formação, até então, não tive essas discussões em minha formação por ser zootecnista. Também concordo com a Nilce que devemos estender essas discussões com os outros colegas acredito que poderá acrescentar nas práticas pedagógicas. (Prof^a. Júlia).

Falar sobre educação pra mim é sempre um privilégio mesmo estando há muito tempo na educação, cada vez que participo de discussões assim, eu aprendo mais, tenho consciência que sou uma profissional ainda em formação, que tenho muitos erros, costumo dizer que a partir dessa consciência que posso melhorar um pouco minha prática, pra mim foi muito bom. (Profª. Silvia).

Foi muito bom, acredito que vou poder refletir mais sobre minhas práticas e eu acho muito válido fazer esse tipo de discussões. (Prof. João).

Isso é bom porque a gente reflete em grupo, constrói, desconstrói e constrói muitas práticas a partir da troca de experiência. Penso que precisamos estar o tempo todo refletindo sobre educação e também concordo que devemos levar para o grupo de professores essas discussões. (Prof. Alan).

Foi válido pra mim, como já disse aqui podemos construir por meio de uma visão macro de nossas práticas pedagógicas, precisamos pensar no coletivo. Então foi válido gosto muito de trocar ideias, hoje não vejo fazendo outra coisa se não ser professor. E como sugestão traz as memórias das ações durante os conselhos. (Prof. Edgar).

Uma coisa que acho legal aqui é prever ações e fico realmente com expectativa que possamos transformar o espaço Conselho de Classe em algo significativo que possamos alcançar os objetivos no processo de ensino e aprendizagem. (Profª. Maísa).

Bom tive que interromper as férias, mas quero dizer que foi bom estar nessa reunião, não tive oportunidade de participar de todas devido a minha participação em comissão da instituição. Gosto muito de participar de momentos assim, a gente consegue crescer, a cada momento percebo algo na fala do outro que pode servir pra mim. (Prof. Clóves).

Só queria dizer aqui, que foi muito bom. (Prof. Jonas).

Após os comentários avaliativos, apresentamos um vídeo de Lino Macedo: “O Jogo da Vida”, um vídeo que não fizemos comentários, só foi para refletirmos tudo que foi dito, uma conclusão das discussões realizadas. A seguir, solicitamos que pudessem contextualizar a tudo o que comentamos, rever nossas práticas pedagógicas com outro olhar, ver nossos alunos, pensar no conselho de classe como um espaço pedagógico, pensar sobre as necessidades pedagógicas, saber acolher todos com necessidades especiais, com diferenças culturais, diferenças sociais, que têm dificuldades nos conteúdos, que não gosta da escola. Vídeo que nos leva a refletir nossas práticas pedagógicas, sejam elas em sala de aula ou durante os conselhos de classe.

Posso concluir que foi uma das melhores reuniões do Grupo de Estudo, momentos reflexivos que acrescentaram em nossas práticas, foi motivante a reunião, foram quatro horas de reunião participativa.

A pesquisadora, realizada com as discussões propostas, finalizou externando os agradecimentos com uma pequena lembrança e afirmou o quanto a colaboração de todos foi fundamental para pesquisa-ação e para o seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Foi riquíssimo para o planejamento desse encontro, tivemos muitas sugestões da minha orientadora, que contribuiu intensamente durante a pesquisa.

Assim, finalizamos os encontros do Grupo de Estudo, com muita aprendizagem, e sobre tudo a importância da coletividade entre os profissionais para o desenvolvimento de ações no processo de ensino e aprendizagem. Os dados evidenciam que houve um bom envolvimento dos colaboradores para a realização desse sonho.

4.3 AÇÕES REALIZADAS

Descrevemos aqui as ações realizadas juntamente com o Grupo de Estudo durante a pesquisa-ação colaborativa, ações que também estão no plano de ação, que posteriormente serão institucionalizadas no *Campus* de Cacoal.

4.3.1 Pré-Conselho 1º Bimestre: análise diagnóstica das turmas, concepções de alunos acerca do conselho de classe um olhar para as concepções presentes nas narrativas

Apresentamos, neste item, os resultados da análise diagnóstica realizada com alunos e das turmas dos 1º Anos dos Cursos Integrados ao Ensino Médio IFRO – *Campus* Cacoal/RO, apontamentos de alunos e alunas, a partir de reuniões norteadas por um roteiro¹⁴ de questionamentos e discussões. Esta ação foi realizada em parceria com a Orientação Educacional, Coordenador de Curso e Supervisão Pedagógica, integrantes do Grupo de Estudo, nos dias 19 e 24 de abril de 2016 e os resultados foram apresentados aos docentes na reunião do conselho de classe para compartilhamento, reflexão coletiva e discussão.

As questões foram levantadas antes da realização do conselho de classe do primeiro bimestre do ano letivo em curso (2016), com o objetivo de identificar se os alunos compreendiam qual a relação entre conselho de classe e avaliação e em quais disciplinas as turmas estavam apresentando maiores dificuldades, no entanto, não explicitaremos todo o roteiro norteador dessa reunião e sim pontos que estão inseridos na pesquisa-ação.

Lembramos que a ficha diagnóstica sugerida pelo Grupo de Estudo no primeiro bimestre foi realizada com os professores conselheiros da turma, assim apresentaremos abaixo algumas concepções discutidas com os alunos referente a função avaliativa do conselho e dificuldades apontadas no 1º bimestre.

¹⁴ Ver roteiro Apêndice B

Após coleta dos dados, passamos a analisá-los e a destacar os sentidos para eles atribuídos ao conselho de classe. Dos sentidos atribuídos emergiram claramente, duas perspectivas avaliativas: a tradicional e a progressista, que apresentaremos na sequência.

4.3.1.1 Sentidos atribuídos pelos alunos ao Conselho de Classe

Em análise diagnóstica da prática avaliativa, realizada no conselho classe com os alunos, foi possível identificar, a partir das respostas às questões elaboradas, a presença de duas concepções teóricas que fundamentam suas próprias ideias sobre esse espaço, o conselho de classe, considerado importante para o processo educativo. As respostas obtidas foram elaboradas a partir das seguintes questões: Qual relação há entre Conselho de Classe e a avaliação no processo de ensino e de aprendizagem? Em qual (ou quais) disciplina (ou disciplinas) a turma está sentindo maior dificuldade de aprendizagem e a que atribuem essas dificuldades?

Das cinco turmas que responderam, alguns alunos apresentaram as seguintes concepções:

É uma reunião em que os professores se reúnem para falar dos alunos sobre as notas. (ALUNO DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO, 2016).

Os alunos são avaliados pelo comportamento, rendimento escolar e participação. (ALUNO DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO, 2016).

Analisar a participação de cada aluno na classe, bom aluno ou ruim. (ALUNO DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO, 2016).

Diante das falas, nota-se que alguns alunos compreendem que a função avaliativa do conselho de classe está voltada somente para os alunos, com ênfase no seu rendimento quantitativo, classificatório. Nessa perspectiva, entendemos que o processo avaliativo vivenciado por esses alunos ainda se fundamenta numa concepção tradicional de educação, em que somente os alunos são avaliados. É evidente que este grupo de alunos considera a conselho como um instrumento disciplinador e autoritário.

Alguns alunos, contrariamente às afirmativas anteriores, colocaram que a função avaliativa do conselho de classe é:

Para avaliar alunos e professores. (ALUNO DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO, 2016).

Avaliar método de ensino do professor com o aluno. (ALUNO DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO, 2016).

Mudar as coisas que estão ruins. (ALUNO DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO, 2016).

Apontar pontos positivos e negativos.(ALUNO DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO, 2016).

É momento de expor as dificuldades para encontrar soluções.(ALUNO DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO, 2016).

É uma reunião entre alunos líderes e professores para discutir dificuldades e melhorias.(ALUNO DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO, 2016).

Podemos verificar que o conhecimento desses alunos a respeito do conselho de classe está voltado para uma avaliação mais contextualizada no âmbito do processo de ensino e aprendizagem. Como afirma Dalben (1994, p. 198), em uma perspectiva progressista, “é um processo que exige também a revisão da relação entre os professores e o conteúdo e do eixo metodológico que os orienta no processo de ensino, e obviamente, das relações que poderão estabelecer na instância diante do novo processo de avaliação”.

A segunda questão, "em qual (ou quais) disciplina (ou disciplinas) a turma está sentindo maior dificuldade de aprendizagem e a que atribuem essa dificuldade", algumas turmas responderam que as dificuldades encontradas no 1º bimestre em relação às disciplinas concentram-se na metodologia de ensino de alguns professores e informaram: “professora não aceita métodos diferentes de respostas” e “não temos liberdade para conversar com alguns professores”.

A partir desse diagnóstico, percebemos que muitas práticas pedagógicas ainda estão ancoradas em uma pedagogia tradicional. Libâneo (1985, p. 22) enfatiza que: “Nessa tendência tradicional os conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-aluno não têm nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais, é a predominância da palavra do professor”.

Observa-se que as narrativas de alguns alunos sobre seus professores apresentam uma postura pedagógica ainda imersa em práticas autoritárias e tradicionais, que desembocam no conselho de classe e, nele, pouco se caminha em direção à transformação da realidade vigente em suas salas de aulas. Muitos conselhos de classes não cumprem com uma função avaliativa que possa ser construtiva na formação do aluno e da prática docente. Porém, entendemos e comungamos com alguns dos alunos no sentido de que o objeto de trabalho do conselho de classe é a avaliação da aprendizagem, um processo dialético, que deve ser discutido criticamente no trabalho educativo.

Foi analisado o quanto foi importante ouvir os alunos nessa reunião, dar voz aos alunos possibilita uma gestão capaz de saber avaliar o que precisa melhorar. Houve turmas tímidas para comentar as questões levantadas, com medo que isso pudesse ser instrumento

para alguns professores agirem de forma autoritária e prejudicassem-nos; também tivemos turmas que fizeram suas colocações sem se preocupar se professores poderiam prejudicá-los, percebemos a autonomia crítica de alguns alunos, que é fundamental para a sua formação enquanto sujeitos do seu próprio saber.

Avaliamos, por meio desse diagnóstico, que foi possível conhecer as ansiedades, as angústias, dificuldades e alegrias desses alunos durante o 1º bimestre. Sabemos que o processo de adaptação ao Instituto Federal, dos alunos dos 1º anos é muito desafiador, pois os alunos não estudavam em período integral e nem eram acostumados com tantas disciplinas, as quais exigem muitos estudos, principalmente nos termos científicos das disciplinas relacionadas ao curso de formação.

Diante das dificuldades apresentadas, aproveitamos para motivá-los, que todos teriam a capacidade de vencer as dificuldades durante o curso. Enfim, conseguimos ter uma relação de confiança entre educandos e equipe de ensino.

4.3.2 Análise do Conselho de Classe 1º Bimestre

O Conselho de Classe do 1º bimestre aconteceu em dois dias, 27 e 29 de abril, no período vespertino, dividimos para o primeiro dia quatro turmas de 1º ano e a outra ficou para o segundo dia, juntamente com os 2º e 3º anos. E para as análises dos dados, usamos a dinâmica da observação e registros em diário de campo durante a reunião.

Conforme foi discutido no 1º encontro do Grupo de Estudo, realizamos o conselho de classe a partir do pré-conselho, com alunos orientados pelos professores conselheiro das turmas, pois os representantes de turma, pela primeira vez, participaram e tiveram voz nas reuniões dos conselhos de classes. Cada representante de turma apresentou a análise diagnóstica da turma no início do conselho e não ficaram na reunião, para que pudessemos deixar os professores mais à vontade para suas análises.

Durante as falas dos representantes de turmas, foi apontado por eles que os alunos têm muitas dificuldades nas disciplinas que envolvem cálculos, dificuldades de relacionamento com alguns professores e sua metodologia, necessidade de mais aulas práticas; uma crítica devido aos cursos técnicos, as turmas têm um bom relacionamento, mas quanto a dificuldades de aprendizagem precisam ter mais iniciativas na busca do conhecimento; e outras necessidades apontadas, que não estão relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem e no final pedimos para os alunos se retirarem.

Em seguida, iniciamos com a análise diagnóstica da turma feita pelo professor conselheiro com as seguintes questões: Quais são os pontos positivos e negativos da turma? Você já tomou alguma atitude na intenção de melhorar os pontos negativos citados? Dê sugestões para melhorar o desempenho da turma.

Na sequência, foi analisada uma turma de cada vez e pudemos verificar, nas análises dos professores conselheiros, que temos nas turmas muitos pontos positivos como “participação dos alunos durante as aulas, interesse, união, são críticos, nível de conhecimento bom”. Quanto aos pontos negativos colocaram a indisciplina em nível altíssimo em especial em uma turma, falta de organização quanto ao planejamento para os estudos, alunos reprovados desmotivados, dificuldades em matemática básica, física, língua portuguesa e química. Em relação à intenção de melhorar, os pontos negativos, foram apontados para que tomassem algumas providências, como conversas com a turma, revisões de conteúdos, dinâmica diferenciada de grupos.

Feitas as avaliações das turmas, foram apresentadas as dificuldades dos casos mais relevantes. Para facilitar a identificação dos alunos, juntamente com a equipe da Caed, foi feito o ‘carômetro’ de identificação por fotos, separadas por turmas, o que favoreceu as discussões; foi à primeira vez que utilizamos fotos para facilitar a identificação dos alunos, tendo em vista que são muitos alunos.

Foi um momento de exposição de dificuldades de alunos e professores, sendo muitos casos atribuídos fora do contexto escolar como a questão da família, situação financeira, traumas justificando as dificuldades de aprendizagem, desinteresse e indisciplina dos alunos, uma análise diagnóstica pela equipe multidisciplinar.

O trabalho dessa equipe possibilitou conhecer o contexto de vivência social de educandos que tem apresentado muitas dificuldades de aprendizagem e indisciplina escolar. A equipe multidisciplinar comentou que já havia feito atendimentos individuais com alunos e pais no caso da indisciplina. E, durante a reunião, foram apresentados muitos casos de alunos que dormem em sala, dispersos, matando aula, preguiça, desmotivados, alunos reprovados que não estão conseguindo acompanhar, dificuldades de leitura e cálculos, *déficits* cognitivos. Durante os relatos dos docentes, parecia que toda essa responsabilidade seria somente da equipe multidisciplinar, para resolver todas as problemáticas apontadas.

Não foi feita nenhuma reflexão coletiva para a construção de ações em tentar resolver os problemas apontados. Foi possível analisar que somente dois professores iriam conversar com os alunos para saber o porquê estavam com dificuldades em suas disciplinas. Quanto à reflexão das práticas pedagógicas, momento algum foi discutido se as causas da indisciplina,

as faltas de motivação, as dificuldades de aprendizagens estariam sendo influenciadas pelas práticas educativas, que precisariam ser analisadas para o bom desenvolvimento desses alunos, uma autoavaliação dos profissionais com o processo de ensino e aprendizagem.

Concluimos que precisamos direcionar nossas ações durante o Conselho de Classe para o processo avaliativo com reflexão-ação, que não seja um momento de transferir a culpa, ou buscar culpados das dificuldades dos alunos em fatores somente externos à escola.

4.3.3 Pré-Conselho 2º Bimestre: análise diagnóstica das turmas

Essa ação foi realizada em parceria com a Orientação Educacional, Psicóloga, Coordenador de Curso e Supervisão Pedagógica, integrantes do Grupo de Estudo, nos dias 20 e 23 de agosto de 2016, nos períodos matutino e vespertino, com horários disponíveis durante a semana dos respectivos dias citados.

Para a realização do conselho de classe do 2º bimestre, o Grupo de Estudo reformulou a ficha avaliativa usada no pré-conselho do 1º bimestre. Essa ficha avaliativa teve como objetivo levar a voz dos educandos para a reunião de conselho de professores. Dessa vez, a equipe de ensino, representantes do Grupo de Estudo realizaram, juntamente com os alunos, o preenchimento da respectiva ficha. Ressaltamos que o conselho de classe do 2º bimestre foi realizado no mês de agosto pelo fato do início do ano letivo não termos professores em algumas disciplinas.

Esses momentos foram fundamentais para o processo avaliativo, percebemos mais maturidade nos alunos, muitas das dificuldades apresentadas no 1º bimestre foram melhoradas, como adaptação do período integral e com a quantidade de disciplinas, uma fase mais consolidada. As turmas avaliaram o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, como também a instituição. Percebemos que as turmas que estavam tímidas no início, foram expressivas nas respostas das dificuldades e facilidades durante o segundo bimestre.

Ainda durante a ação foi possível avaliar, nas falas dos alunos, práticas pedagógicas em pontos positivos e negativos que posteriormente, iriam ser apresentadas aos docentes pela equipe pedagógica. Durante esses momentos, o Grupo de Estudo percebeu a importância do nosso trabalho no auxílio com as práticas pedagógicas, a necessidade de se fazer um trabalho interventivo para o bom desenvolvimento do ensino, sendo o conselho de classe o espaço para as discussões e sugestões de ações para tentarmos resolver as problemáticas levantadas pelos educandos.

Percebemos que as ações realizadas com discentes e docentes, referentes ao diagnóstico do 1º bimestre, consideravelmente provocou algumas mudanças tanto na metodologia dos docentes, como o comportamento de alguns alunos.

4.3.4 Análise do Conselho de Classe 2º Bimestre

No dia 30 de agosto no período vespertino, foi realizado o Conselho de Classe do 2º bimestre com as cinco turmas de 1º ano, presidido pelo Diretor de Ensino presidente do Conselho de Classe. Iniciou com a apresentação da dinâmica que seria realizada na reunião e a informação de que os representantes de turmas não estariam participando da reunião devido ao 1º Conselho, em que avaliamos situações de constrangimentos de discentes e docentes e a voz dos alunos estariam representadas pelo pré-conselho realizado pela equipe de ensino e participantes do Grupo de Estudo.

O Diretor de Ensino reforçou a importância desse momento coletivo e que o nosso objetivo, além de discutir as problemáticas, que pudéssemos sugerir ações para as possíveis soluções.

Assim, iniciamos com a apresentação do pré-conselho, apresentada pela Prof^ª. Verônica; foi um momento de autoconsciência, acreditamos que as avaliações feitas pelos alunos refletiram internamente, como não direcionamos nomes de turmas, nomes de professores, coube cada docente se avaliar a partir das falas dos alunos ali apresentadas. Enfatizamos a importância de ouvirmos os alunos, as concepções atribuídas ao nosso fazer pedagógico, para a reflexão e ação da prática pedagógica.

Dessa forma, iniciamos a apresentação da análise do pré-conselho com a citação de Dalben (1994), de que o conselho de classe é um processo coletivo em que existem diferentes óticas dos diversos profissionais, conseguir-se-á através da soma dessas óticas, o maior conhecimento do objeto que se avalia, conseqüentemente tomadas de decisões mais acertadas. Refletimos que o nosso objetivo estaria em consonância com a mensagem citada, portanto na soma das diversas concepções para se chegar a decisões que pudessem contribuir com o desenvolvimento do ensino.

Portanto, iniciamos com a apresentação da avaliação da turma, as quais relataram falta de união, desinteresse, conversas, desrespeito ao colega, alunos dormem na aula, falta de participação nas aulas. Em seguida, apresentamos as maiores dificuldades apresentadas pelas turmas em relação à prática pedagógica dos docentes, sendo um momento reflexivo: desrespeito ao professor/aluno e aluno/professor, falta de aula prática, falta de domínio de

conteúdos, falta de domínio da sala, avaliação incoerente, didática inadequada, relação professor/aluno, receio de dialogar, aula expositiva com muitos slides, professor divagando durante a explicação, atraso para devolver as atividades avaliativas, não definir a forma de avaliação no início do bimestre, falta de repasse das informações importantes aos líderes das turmas.

Durante a apresentação avaliativa dos alunos percebemos no olhar a autoreflexão dos professores, sobre suas práticas pedagógicas. Acreditamos que conseguimos com essa dinâmica envolver um processo avaliativo democrático, mesmo os alunos não estando presentes na reunião, os professores puderam ouvir seus anseios.

Além das avaliações das dificuldades dos alunos apresentamos, também, os fatores que contribuíram para o seu bom desenvolvimento: mudança de metodologia do 1º bimestre para o 2º bimestre, percebemos resultados positivos quanto a avaliação pedagógica de docentes, professores interativos, a linguagem do professor, professor extremamente organizado, professor é o mediador do conteúdo, relaciona teoria e prática, muitos exemplos, professor que utiliza vários tipos de mídia, professores que colocam alunos para resolver atividades no quadro, domínio de conteúdo e aulas lúdicas.

Durante a apresentação avaliativa feita pelos alunos das turmas, percebemos no semblante de vários docentes a alegria de saber que seu trabalho estava sendo reconhecido, reflexão da prática com ações que direcionaram um bom ensino.

Após a apresentação da análise diagnóstica das turmas iniciamos as avaliações dos docentes, que apresentaram primeiramente uma análise geral da turma e depois os casos relevantes com mais ênfase nos alunos que ficaram no 1º semestre abaixo da média, a partir de quatro disciplinas. O foco não foi a nota e, sim, as dificuldades que impossibilitam o desenvolvimento desses alunos e as possíveis soluções.

Na análise de alguns professores em relação à primeira turma, avaliaram que a turma é apática, tem muita dificuldade de aprendizagem, desinteresse, não apresentam atividades regulares, falta de comprometimento.

A sugestão apontada pelos docentes, que fosse feita roda de conversa com alguns alunos e pais e apresentassem essa situação. Também foi avaliado um aluno que havia reprovado no ano anterior e não estava conseguindo se desenvolver, mas um aluno esforçado, assíduo, mas com muita dificuldade de aprender. Foi sugerido pela Equipe de Ensino para que os professores acompanhassem mais de perto esse aluno, rever o método de avaliação, o aluno tem laudo médico caracterizado aluno especial. Analisamos que a sugestão foi relevante, para tanto, os docentes puderam avaliar que seria necessário rever suas práticas avaliativas com

esses alunos, para não deixar que o Conselho de Classe Final dê seu veredito: “aprova ou reprova”.

Quanto à segunda turma, muitos relataram que é uma turma com muitos alunos desinteressados, precisam melhorar a participação nas atividades. A sugestão a essa problemática foi a roda de conversa pela Equipe de Ensino com os alunos desinteressados e pais.

Na terceira turma, foi apresentada uma melhora quanto à indisciplina, turma problemática apresentada no 1º bimestre, em que foram realizadas ações com alunos e professores sobre a temática indisciplina escolar. Foi relatado que a turma melhorou um pouco sobre o comportamento, e que o trabalho roda de conversa ajudou melhorar o comportamento de alguns alunos.

Outro relato foi que a indisciplina melhorou, mas a turma tem problema de base de aprendizagem, tem aluno que vem para a escola e não está em sala, que alguns professores marcaram horário de atendimento e eles não estão comparecendo. Durante as falas, a Equipe Multidisciplinar fazia suas anotações para que posteriormente pudessem agir.

Outro problema apontado é que a turma é lotada, difícil de fazer um trabalho mais próximo com os alunos com muita dificuldade. Ao final, foi sugerida roda de conversa com os alunos que apresentam indisciplina durante as aulas, focando em alunos e pais.

Na quarta turma, foi relatado que a turma atende as perspectivas, poucas dificuldades, algumas dificuldades de base do ensino fundamental que nos primeiros meses parecia uma turma organizada, mas tem um grupinho de alunos que tenta impor autoridade, uma questão social, rompendo a organização da sala, surgindo atritos com a problemática social. A Orientação disse que é perceptível isso, tem o cantinho dos mais pobres e dos mais ricos.

Como ação, foi sugerido fazer um trabalho de socialização, mapeamento da sala e os professores sugeriram a indicação na formação de grupos de trabalho para dar oportunidades desses alunos a se relacionarem.

Quanto à última turma, sobraram elogios dos docentes. Relataram que é uma turma unida, criativa e boa de trabalhar, não são indisciplinados, são críticos, têm maturidade de cobrar seus direitos e cumprir deveres. Foram enfatizados dois alunos: um, que segundo os professores, é bom em tudo, e o outro que, também segundo os professores, apresenta problema grave de aprendizagem, e, além disso, não participa dos atendimentos individuais.

Foi solicitado que os professores informassem a Caed para entrar em contato com os responsáveis desse aluno.

Podemos avaliar que o conselho de classe do 2º bimestre foi produtivo. Apresentamos as dificuldades e propomos algumas ações na busca das melhorias para o ensino e aprendizagem a partir da reflexão sobre a prática pedagógica. Não tivemos muitas sugestões para as problemáticas apontadas, mas acreditamos que estamos a caminho na direção de um conselho de classe significativo para as práticas pedagógicas.

4.3.5 Análise do Conselho de Classe Final 4º Bimestre

Na segunda-feira, 19/12/2016, a partir das 8h foi realizado o Conselho de Classe Final. Para realizar a avaliação dos alunos o Presidente do Conselho de Classe Diretor de Ensino lembrou os critérios avaliativos da Resolução nº08 (IFRO, 2013, p. 9) a qual iríamos direcionar a avaliação final, em que dispõe nos artigos:

Art. 27: Admite-se a decisão excepcionalmente em Conselhos de Classes ou Colegiados de Curso, pela promoção de alunos com nota inferior à estabelecida nos Regulamentos e Projetos Pedagógicos em até 10% das disciplinas por período letivo ou módulo, desde que tenham atingido pelo menos 80% da pontuação mínima admitindo no componente ou componente em questão após Exame Final.

Art. 29: “O aluno promovido em assembleia do Conselho de Classe ou Colegiado de Curso do período letivo anterior, não poderá ser novamente promovido pelo mesmo órgão período subsequente aquele, no contexto das mesmas circunstâncias apresentadas neste Regulamento.”

Após apresentar esses critérios o Presidente do Conselho de Classe foi questionado: "No ano passado usamos os critérios dessa lei?". O presidente do Conselho responde: "Sim, usamos, mas teve situações que deliberamos sem seguir esses critérios, fizemos um Conselho de Classe Final com avaliações qualitativas todos os alunos foram avaliados, mas esse ano, os critérios de avaliação dessa resolução estão no sistema do diário de classe, estamos engessados a um sistema."

Na tabela abaixo podemos verificar a quantidade de alunos avaliados no ano de 2015 e no ano de 2016 nas turmas dos 1º anos.

Quadro 4: Alunos avaliados no Conselho de Classe Final/2015.

Turma	Av CC	%Av CC	Ap CC	Rp CC	%Ap CC	% Rt CC
1º Agroecologia	11	28%	6	5	55%	45%
1º A Agropecuária	18	51%	9	9	50%	50%
1º B Agropecuária	19	51%	10	9	53%	47%

Fonte: Controle de Registros Acadêmicos (CRA), 2016.

Quadro 5: Alunos avaliados no Conselho de Classe Final/2016

Turma	Av CC	% Av CC	Ap CC	Rp CC	% Ap CC	% Rt CC
1º Agroecologia	5	14%	3	2	60%	40%
1º A Agropecuária	6	18%	4	2	67%	33%
1º B Agropecuária	3	8%	2	1	67%	33%
1º A Informática	6	19%	4	2	67%	33%
1º B Informática	1	3%	1	0	100%	0%

Fonte: Controle de Registros Acadêmicos (CRA), 2016.

Legenda quadros 4 e 5:

Av CC – Avaliados Conselho de Classe

% Av CC – Avaliados Conselho de Classe

Ap CC – Aprovados Conselho de Classe

Rt CC – Retidos Conselho de Classe

% Ap CC- Aprovação Conselho de Classe

% Rt CC Retenção Conselho de Classe

Podemos avaliar o quanto estamos engessados ao processo avaliativo dessa resolução. Como ainda ela não estava vinculada ao sistema de diário no ano de 2015, foi possível avaliar todos os alunos, já em 2016, só avaliamos os alunos que correspondiam aos critérios avaliativos da resolução.

Em seguida, tivemos o seguinte comentário de um docente participante: “Não podemos deixar uma lei decidir a vida do aluno, devemos rever esses critérios, temos que avaliar de modo subjetivo, compreender e analisar todo o processo de desenvolvimento dos alunos durante o ano letivo, e não avaliá-los objetivamente sem levar em conta essas considerações.”

Após as discussões, o Presidente prosseguiu a reunião. Foi possível verificar em muitas falas de docentes uma avaliação formativa e quantitativa ao desenvolvimento do aluno, uma análise do contexto do processo de ensino e aprendizagem mesmo em momentos de recomendação de aprovação ou retenção, como os que seguem:

O aluno foi mediano durante o ano todo, faltou nas aulas de recuperação, não sei qual o motivo, mas após o exame alcançou a média para ser avaliado. Vejo que o aluno teve uma evolução. Voto para passar.

Ele tem muita dificuldade na minha disciplina, só no 4º bimestre melhorou um pouco. Tirou 20 pontos na recuperação, acredito se for para o 2º ano teria muita dificuldade no ano que vem, votaria pela retenção.

Eu conheço o aluno ele é extremamente esforçado só fez recuperação comigo para não ficar com nota vermelha.

Não vi esforço dele, brincou muito, só pensava em namorar, mas como ficou somente na minha disciplina vou mudar a nota dele para ser avaliado no Conselho, pois teve uma média anual acima de cinquenta pontos.

O aluno não se esforça, o caso dele é complicado, recomendo a reprovação.

Ela teve uma evolução, fez exame e não conseguiu, assim, se foi só na minha disciplina, voto pela aprovação, mas assim, é uma aluna com muita dificuldade.

A aluna é do grupinho bagunceiro, mas teve avanço, se esforçou. Pela dedicação e progresso voto favorável.

Esse aluno teve muitas ocorrências e reincidências, teve suspensão, não levava a sério, não se esforçava. Não aprovo.

Devemos verificar o progresso desse aluno durante o ano, ele é um aluno especial e devemos avaliar diferente, ele se esforçava, mas tinha suas limitações. Não podemos reter mais esse aluno.

Então, a aluna, não veio nas aulas de recuperação, se não teria passado na recuperação, como ficou somente na minha disciplina e tem potencial recomendo a aprovação.

Faltou nas minhas duas disciplinas nas aulas de recuperação, não fez a parte dele, então não aprovo

Podemos avaliar que o Conselho de Classe Final é um dos momentos avaliativos que pode decidir uma vida acadêmica, positiva ou negativamente; contudo, mesmo diante dos critérios avaliativos impostos pela resolução conseguiram, ainda, pela autoavaliação nas falas dos docentes, uma avaliação contextualizada no processo educativo e não no seu rendimento quantitativo.

Terminamos o Conselho de Classe Final com uma missão institucional: reformular a Resolução que Dispõe Sobre o Conselho de Classe, para que realmente o processo avaliativo final seja na perspectiva da avaliação formativa.

4.3.6 Análise da Ação: roda de conversa com alunos retidos, “ensinar exige querer bem aos educandos”

Uma das ações discutidas com o Grupo de Estudo, foi a “Roda de Conversa” realizada No dia 20 de maio período vespertino com os alunos retidos. Conforme apresentado pelos docentes, os referidos alunos no 1º bimestre não estavam apresentando um bom rendimento de aprendizagem, dispersos e desmotivados.

Diante dessa problemática o Grupo de Estudo planejou esta ação no intuito de resgatar e ajudar esses alunos, na tentativa de não deixar acontecer outra reprovação ou até mesmo a evasão desses alunos por meio de momento reflexivo e motivador.

Esta ação foi dirigida por três colaboradores da pesquisa, iniciou-se com vídeo motivacional: “O que quero ser quando crescer?”. Após o vídeo, foi realizado um momento reflexivo, sobre o que a mensagem poderia contribuir com o nosso desenvolvimento pessoal e acadêmico, a superar dificuldades no percurso de nossas vidas. Com os exemplos do vídeo os

professores fizeram relatos pessoais sobre suas dificuldades de aprendizagem e como tentava superá-las, no ensejo, relataram sobre as dificuldades financeiras que suas famílias também vivenciaram, mas acreditavam que poderiam vencer e souberam aproveitar as oportunidades, pois a vida era difícil.

Os objetivos desses relatos foram tentar sensibilizar esses alunos, que as pessoas só conseguem realizar seus sonhos com muitos esforços e que depende de cada um a querer melhorar.

Percebemos que alguns alunos em suas expressões se comoveram ao ouvir os relatos dos docentes, algumas daquelas vivências apresentadas pelos professores não estavam muito aquém da realidade vivida ali por alguns daqueles alunos. Foi abordado que todos os problemas sejam eles, financeiros, dificuldades de aprendizagem, são possíveis de superar.

Na sequência, entregamos uma folha com perguntas reflexivas sobre os reais motivos que causaram e levou-os a reprovarem no ano de 2015: O que fiz ou deixei de fazer para influenciar em minha reprovação? O que estou disposto a fazer para ter sucesso nos estudos este ano? Quais foram minhas maiores dificuldades no ano passado? E esse ano quais são? Quais são meus sonhos e como pretendo realizá-los?

Para a realização da dinâmica, foram dados 15 minutos aos alunos para responderem. Em seguida, foram compartilhadas entre eles suas respostas; durante as falas, os participantes do Grupo de Estudo questionaram algumas respostas, colocando-os a pensarem o que precisa mudar para ter sucesso no ano de 2016.

Foi um momento significativo e rico, acreditamos que essa ação contribuiu na motivação da aprendizagem desses alunos para a superação das problemáticas que influenciam no desenvolvimento de suas aprendizagens.

Identificamos, em nossas práticas educativas, que precisamos incentivar mais nossos alunos, ter mais diálogo, analisar e compreender que muitos desses alunos, às vezes, são carentes de uma palavra de confiança, amiga, que poderá fazer a diferença na vida desses educandos. Como diz Freire (1996, p.141):

Ensinar exige querer bem aos educandos, mas, sobretudo que esperar de mim, se, como professor, não me acho tomado por este outro saber, o de que preciso estar aberto ao gosto de querer bem, às vezes, à coragem de querer bem os educandos e à própria prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que porque professor me obrigo a querer bem a todos de maneira igual. Significa, de fato, que a afetividade não me assusta que não tenho medo de expressá-la. Significa esta abertura ao querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano.

Enfim, querer bem os educandos é fazer de minha prática educativa o caminho de muitas mudanças, a ser mais humanos, ser democrático, saber que a prática da profissão docente pode fazer diferença na vida de muitos educandos.

4.3.7 Análise da Ação de Formação: reflexão sobre a prática pedagógica, questões da indisciplina escolar

Realizamos essa ação formativa nos dias 27 e 28 de julho de 2016, a partir da problemática apontada no 1º conselho de classe do ano letivo por vários educadores da dificuldade de trabalhar com a indisciplina escolar.

Primeiramente, é imprescindível registrar a importância dessa ação, pois a atuação dos colaboradores desde o planejamento com sugestões e empenho ao desenvolvimento da ação foi intensa, não só pensaram, “agiram”, o que realmente propõe a pesquisa-ação colaborativa. Ressalto que a coordenação dessa ação foi realizada pela professora (Profª. Coord. Verônica), a mesma já atuou em cursos de formação docente, contribuindo assim com suas experiências.

Imagem 18: Reflexão sobre a prática pedagógica, questões da indisciplina escolar.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 27/07/2016.

Portanto, destacamos o que Ibiapina (2008, p. 26) afirma:

A pesquisa colaborativa se diferencia de outras, sobretudo pela valorização das atitudes de colaboração e reflexão crítica, visto que os pares, calcados em decisões e análises construídas por meio de negociações coletivas, tornam-se co-parceiros, co-usuários e co-autores de processos investigativos delineados a partir da participação ativa, consciente e deliberada.

Assim, destacamos que foram momentos de colaboração e aprendizagem, transformando e constituindo novos saberes da prática educativa.

Então, para a realização dessa formação, relembramos que durante o conselho de classe, os apontamentos da culpabilidade da indisciplina estava direcionada aos alunos, aos seus problemas pessoais, sociais e familiares. Conforme a fala da Orientação na reunião, já havia feito várias convocações aos pais de alguns alunos para informar o comportamento de seus filhos, mas a situação não mudava.

Foi quando o Grupo de Estudo planejou essa ação reflexiva, aproveitamos o encontro pedagógico e trabalhamos a temática indisciplina escolar, proporcionando um momento reflexivo nas metodologias de ensino com todos os professores da instituição.

Iniciamos com o Filme: “O Triunfo”, retrata as dificuldades de um professor diante de uma turma totalmente indisciplinada, e solicitamos aos docentes que pudessem fazer anotações durante o filme sobre a metodologia, a relação professor/aluno, a criatividade, as características desse profissional, e as questões sociais que influenciavam nesse comportamento indisciplinado. Nesse dia, só assistimos e fizemos anotações, pois a proposta reflexiva seria no dia seguinte.

No dia 28 de julho, iniciamos os trabalhos com a reflexão: O que é indisciplina? Solicitamos aos docentes para escreverem o conceito por eles atribuído sobre indisciplina, percebemos que muitos docentes sentiram a dificuldade de expressar esse conceito, o que nos revelou que a indisciplina não significa o mesmo para todos, momento bem reflexivo, alguns colocaram seus conceitos contribuindo assim com suas práticas pedagógicas.

Após as discussões, apresentamos, em slides, alguns conceitos atribuídos por autores que estudam o problema da indisciplina escolar e as possíveis causas que levam as consequências da indisciplina, um momento teórico, pois teoria e prática precisam andar juntas no processo de ensino e aprendizagem.

Para gerar mais reflexões na prática pedagógica sobre a indisciplina, realizamos uma atividade prática, dividimos os professores em cinco grupos, distribuimos para cada grupo uma situação-problema sobre indisciplina escolar, e que teriam o seguinte objetivo: identificar comportamento do aluno e do professor; apontar prováveis causas dos comportamentos incorretos; esclarecer as consequências do comportamento incorreto; indicar atitudes pedagógicas que o professor poderia assumir¹⁵. Assim, construiriam sugestões a partir de seus conhecimentos e experiências.

¹⁵Disponível em:<<http://www.prof2000.pt/users/folhalcino/formar/outros/indisciplina.htm>>. Acesso em jun. 04 de 2016.

Imagem 19: Reflexão sobre a prática pedagógica, questões da indisciplina escolar.



Fonte: Arquivo de imagem da pesquisadora, 28/07/2016.

Após as discussões em grupo, fizeram as apresentações, um momento metodológico significativo na formação dos docentes, as experiências apontadas conforme as apresentações estavam contribuindo para a prática reflexiva dos docentes, percebeu-se nas expressões corporais de uns e nas falas de outros.

Nesse momento, sentíamos que nosso objetivo formativo estava sendo alcançado, como sabemos não existe receita para trabalhar com a indisciplina escolar, cada turma ou professor tem suas especificidades, e o caminho acreditamos que é esse, compartilhar as experiências docentes e discuti-las.

Na sequência, discutimos sobre o filme em que deu suporte em toda dinâmica da proposta, a metodologia usada pelo professor, as reflexões diante de situações que dificultavam o desenvolvimento do seu trabalho em sala, o perfil docente, a relação professor-aluno e principalmente o compromisso social do verdadeiro educador.

Fomos elogiados pela escolha do filme, o qual possibilitou a compreensão das causas que podem levar a indisciplina, e bem como, profissionais dessa nova sociedade histórica devemos agir nas práticas pedagógicas.

Ao final, pedimos para fazerem oralmente avaliação dessa ação formativa: Em que contribuiu pedagogicamente?

Para mim foi excelente, gosto desses momentos, são importantes para nossa prática. (PARTICIPANTE DO DE ESTUDO, 2016).

Como professor iniciante, e da área técnica, esse momento foi fundamental para mim, não tive na minha formação disciplinas metodológicas e preciso desses momentos, vou levar para a prática. (PARTICIPANTE DO DE ESTUDO, 2016).

Muitos não quiseram falar, mas percebemos por meio das expressões faciais que gostaram e que, de alguma forma, contribuímos metodologicamente com a reflexão sobre a

prática pedagógica, de como podemos trabalhar no dia a dia com a problemática da indisciplina escolar. Os docentes foram bem participativos durante a ação, o que nos deixou felizes com o êxito da ação formativa.

Destacamos mais uma vez o compromisso e participação do Grupo de Estudo na realização dessa ação, fundamental nessa pesquisa-ação e o apoio da Direção de Ensino aos trabalhos propostos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Crescer como Profissional significa ir localizando-se no tempo e nas circunstâncias em que vivemos, para chegarmos a ser um ser verdadeiramente capaz de criar e transformar a realidade em conjunto com os nossos semelhantes para o alcance de nossos objetivos como profissionais da Educação". (FREIRE, 1996, p.58).

Mestrado, Conselho de Classe, Pesquisa-Ação, Grupo de Estudo, o que acrescentaram nessa caminhada? Primeiramente, como “ser inacabado”, essa pesquisa-ação é só o começo de muita aprendizagem, de muitos sonhos pessoais e profissionais. Para tanto apresentamos algumas considerações desse percurso trilhado, onde emoções, sentimentos e inquietações afloraram na busca de respostas e informações que pudessem intervir na realidade pesquisada.

A presente pesquisa discutiu os resultados da pesquisa-ação colaborativa Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio-IFRO Cacoal/RO. Intervir em uma realidade educacional, especificamente nas práticas pedagógicas em seus contextos avaliativos e autoavaliativos, é desafiante. Por isso, a temática conselho de classe foi um dos caminhos trilhados, tendo como questão norteadora: como tornar o Conselho de Classe das turmas dos 1º anos nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no IFRO, Campus Cacoal/RO, em espaço pedagógico que vislumbrasse a partir da gestão democrática participativa, melhorias para o processo de ensino e de aprendizagem?

Buscamos compreender a dinâmica e estrutura do Conselho de Classe dos Cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFRO, na perspectiva de torná-lo um espaço de reflexão sobre as práticas pedagógicas democráticas e participativas. Os caminhos trilhados nos autorizam dizer que o estudo realizado possibilitou a ampliação da compreensão desse espaço avaliativo que ainda precisa ser um espaço pedagógico mais bem aproveitado pelos profissionais que estão envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Possibilitou-nos compreender que é um espaço de reflexão da prática pedagógica e não somente um espaço inquisitório das práticas avaliativas e isso foi possível a partir dos encontros do grupo e das dinâmicas para a realização do conselho de classe alteradas a partir do início do estudo.

Juntamente com os colaboradores da pesquisa, buscamos tornar o conselho de classe em espaço reflexivo da prática pedagógica e foi possível discutirmos realmente a função pedagógica do conselho de classe. O plano de ação construído com e pelo grupo foi fundamental para o desenvolvimento das ações da pesquisa, colaborativamente. Buscamos nesse plano nortear ações pedagógicas, diante das problemáticas apontadas nos Conselhos de Classe, considerando a reflexão-ação das práticas pedagógicas dos cursos oferecidos no

IFRO, *Campus Cacoal/RO*. Podemos dizer, ao final deste estudo, que as ações desenvolvidas possibilitam a instauração de um ambiente democrático, interativo, reflexivo e formativo.

Consideramos interessante a institucionalização do plano de ação, pois, com isso, a instituição poderá dar continuidade aos objetivos propostos e às sugestões produzidas durante a pesquisa, pelo grupo.

Mas é preciso sinceridade ao final de um percurso. Não é e não foi tão fácil refletir sobre nossas práticas pedagógicas durante os conselhos bimestrais, uma vez que ainda temos uma cultura burocrática desse fazer pedagógico. Difícil também foi não deixar que as reuniões se tornassem somente um momento de desabafos das dificuldades encontradas nos e pelos alunos.

Mas superamos alguns obstáculos, dentre eles, sermos avaliados pelos alunos no processo de ensino e aprendizagem, o qual possibilitou refletir nossas práticas pedagógicas, discutir as dificuldades dos alunos e realizar ações a partir de problemáticas apontadas nas reuniões dos pré-conselhos com os educandos e nas reuniões do conselho com os educadores. Com isso refletimos e agimos colaborativamente.

Assim, nossos estudos evidenciam a necessidade de intervenção pedagógica nesse espaço, antes, durante e depois das reuniões dos conselhos. É urgente redirecioná-lo a uma prática que discuta e reflita as práticas pedagógicas, durante o processo de ensino e aprendizagem no âmbito avaliativo, tendo estas sido exitosas ou não e propor ações interventivas às dificuldades, sejam elas de qualquer natureza: pedagógica, administrativa, relacionadas aos processos de ensino (docentes) ou aos processos de aprendizagem (discentes).

De acordo com os estudos teóricos que realizamos, sabemos que essa transformação é um processo que demanda discussões, um processo lento. No entanto, evidenciamos que as discussões sobre e a partir dessa instância colegiada devem ser construídas por um processo qualitativo de nossas práticas avaliativas, um trabalho coletivo e democrático para se discutir e propor ações pedagógicas interventivas.

A partir desse princípio, o da gestão democrática em espaços microeducativos, teremos práticas pedagógicas mais significativas ao processo do ensinar e do aprender e, conseqüentemente, iremos ao encontro de uma educação libertadora progressista, que possibilite a construção de sujeitos que, além de aprender os conteúdos social e culturalmente construídos pela sociedade, conhecem e tem capacidade de intervir no mundo com o objetivo de transformá-lo para melhor.

Um dos resultados relevantes na execução dessa pesquisa-ação colaborativa foram os diálogos proporcionados e o compromisso entre nós, pesquisador e colaboradores, durante a pesquisa. No contexto colaborativo, foi possível realizar um trabalho democrático e participativo, estabeleceu-se um vínculo de confiança e respeito. O Grupo de Estudo foi muito interativo e comunicativo, aprendemos juntos com nossas experiências educativas e essas aprendizagens acrescentaram aspectos significativos à função de Supervisora Pedagógica da pesquisadora, que também tem como função propiciar e fomentar reflexões acerca do processo pedagógico dessa instituição. Ansiávamos por momentos como esses que tivemos durante a pesquisa, os quais foram relevantes ao desenvolvimento profissional da pesquisadora e ao processo de ensino e aprendizagem no espaço avaliativo da instância conselho de classe, sempre em busca tentar intervir nessa realidade e de torná-la processo reflexivo de nossas práticas pedagógicas.

Mas temos o conhecimento que esse trabalho foi uma semente plantada e ainda temos grandes desafios para superar práticas enraizadas na epistemologia que representa um doloroso e difícil passo, mas acreditamos que esse trabalho já é o início de possíveis mudanças. Fundamentadas em Freire, sabemos que precisamos sonhar sonhos possíveis.

O percurso metodológico da pesquisa-ação colaborativa propiciou aos envolvidos um processo de formação. Vimos com Ibiapina (2008, p. 32), que o trabalho colaborativo de “[...] co-produção de conhecimentos no âmbito da pesquisa em educação e para a educação representa a possibilidade de compreensão da prática docente, elemento essencial para o processo de pesquisa, o que supõem que o pesquisador trabalhe nos dois campos, o da pesquisa e o da formação”. Foi isso que pretendíamos e, ao final, nossa análise retrospectiva nos autoriza dizer que isso foi o que fizemos e pretendemos continuar assim, contribuindo com uma atuação coletiva no local de trabalho.

O trabalho reforçou nossa compreensão de que o Conselho de Classe é um lugar formador de sujeitos e práticas, mas que se forma e se transforma enquanto espaço coletivo e reflexivo pela reflexão e ação dos sujeitos que o compõem.

Nessa perspectiva, procurou-se durante todo o processo de estudo do presente tema possibilitar aos envolvidos momentos de discussões sobre nossas práticas educativas e, eles, nossos colaboradores, nos instigaram e nos possibilitaram um repensar constante. Foi possível perceber algumas mudanças nas práticas pedagógicas de alguns professores, principalmente na compreensão do processo autoavaliativo do lugar de docente que precisa estar, constantemente, em reflexão e ação, em um processo avaliativo que deve se retroalimentar no

cotidiano escolar, no cotidiano das práticas de avaliação dos discentes e de suas práticas pedagógicas.

Entendemos, a partir das análises, que o estudo desenvolvido provocou algumas mudanças, a iniciar pela instituição de um grupo de pessoas que pudessem discutir a função pedagógica do conselho de classe, momentos que ainda não haviam ocorridos nessa instituição. Outro aspecto foi a participação direta e indiretamente dos alunos e alunas no processo avaliativo das reuniões dos conselhos de classe, ações que foram planejadas e realizadas coletivamente a partir de problemáticas apontadas e refletidas nas reuniões dos conselhos de classe. Foram ações micro, mas entendemos que este é especialmente o papel da escola: olhar, educar e cuidar de cada membro de sua comunidade, seja ele aluno, docente, membro da gestão ou outro profissional. O conjunto precisa da colaboração de todos para que todos possam ser beneficiados.

Nosso desejo é que esse estudo possa contribuir com outras pesquisas científicas, colaborar com as discussões sobre a temática conselho de classe que ainda, no campo educacional, demanda mais discussões entre os profissionais da educação para que realmente possamos identificar e efetivar a sua real função pedagógica como espaço democrático, reflexivo e avaliativo das práticas pedagógicas, de forma qualitativa no processo de ensino e de aprendizagem. Esse foi o nosso sonho possível.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de pesquisa**, v. 113, p. 51-64, 2001.
- BODGAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Lei Ordinária 9394/96**. De 20 de dezembro 1996. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 07 out. de 2015.
- _____. **Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde**. Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Diário Oficial da União, 2016. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. > .Acesso em abr. 2016.
- _____. Presidência da República. **Decreto nº 63.914, de 26 de Dezembro de 1968**. Prevê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63914-26-dezembro-1968-405261-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jun 2016.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **Não nascemos prontos!:** Provocações filosóficas. Editora Vozes Limitada, 2016.
- CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de Classe:** espaço de diagnóstico da prática educativa escolar. São Paulo: Edições Loyola. 2005.
- CUNHA, Maria Isabel da. Conta-me agora!: as narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 23, n. 1-2, 1997.
- DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho Escolar e Conselho de Classe**. 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- _____. Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação:** perspectivas na gestão pedagógica da escola. 1ªed. Campinas. Papirus. 2004. Coleção magistério: formação e Trabalho Pedagógico.
- DAY, Christopher; FLORES, Maria Assunção. **Desenvolvimento profissional de professores:** os desafios da aprendizagem permanente. Porto: Porto editores, 2001.
- DELORS, Jacques et al. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: UNESCO, 1999. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2747/2094>> Acesso em: mai. de 2016.
- DUARTE, Newton. **Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar**. Cad. Cedes, v. 19, n. 44, p. 85-106, 1998. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR>> Acesso em: 23 de fev. de 2016.

ENGERS, Maria Emília Amaral; GOMES, Vanise dos Santos. **Conselhos de classe como espaço de educação continuada de professores**. 2007. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 517-529, set./dez.2007.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. **Brasília**: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>> Acesso em: 05 de jan. de 2016.

FERNANDES, Susana B. Conselho de classe: os micropoderes da avaliação. **Revista Diálogo**. Didática e formação de professores. Canoas, RS: Centro Universitário La Salle, n. 11, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/dialogo/2007_n11/sbfernandes.pdf>

FORMOSINHO, João (coord). *Formação de professores: aprendizagem profissional e ação docente*. Porto: Editora Porto, 2009.

FREIRE, Paulo, **Política e educação: ensaios** / Paulo Freire. – 7. ed. – São Paulo, Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 23).

_____. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Paulo. **Educação e Mudança**. 12.ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Paulo. **Política e Educação: ensaio/ Paulo Freire**. 5. ed. São Paulo: Cortez: 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 23).

GADOTT, Moacir. *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido* / Moacir Gadotti. – Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Antonio Carlos Gil. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

_____. Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GUERRA, Mônica Galante Gorini. **Formação de Professores e Coordenadores: o conselho de classe na perspectiva crítica**. 2. ed. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2010.

HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: 2001.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos** / Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina. – Brasília : Liber Livro Editora, 2008.

IFRO. **Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI**, Porto Velho, CONSUP, 2014. Disponível em: <<portal.ifro.edu.br/doc-isntitucionais/1795-pdi>>. Acesso em mar.2016.

IFRO, **Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia– IFRO**, CONSUP, 2015. Disponível em: <portal.ifro.edu.br/doc-isntitucionais/397-regimento-geral-do-ifro-res-n-65-consup-ifro>. Acesso em mar.2016

IFRO, **Regimento Interno do Campus de Cacoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO**, 2016. Disponível em: <portal.ifro.edu.br/doc.../2691-resolucao-n-52-regimento-interno-do-campus-cacoal>Acesso em mar.2016.

IFRO, **Regulamento dos Conselhos de Classe e Colegiados de Curso– IFRO**, CONSUP, 2013. Disponível em:

<www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc...gid>Acesso em mar.2016.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: **a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

_____. José Carlos. Organização e gestão da escola: **teoria e prática**. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____. José Carlos. Organização e gestão da escola: **teoria e prática**/José Carlos Libaneo. 5. ed. revista ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LORA, Áuria Aparecida. SZYMANSKI, Maria Lidia Sica. Conselho de Classe: **avaliação coletiva do trabalho ou julgamento subjetivo do aluno?**In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO XX SEMANA DE PEDAGOGIA. 11 – 12 – 13 de novembro de 2008 – Uniãoeste Cascavel/ PR. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1983-8.pdf>. Acesso em 01 dez. 2016.

LOSS, Adriana Salete. A autoformação no processo educativo e formativo do profissional da educação. 2015 Trabalho apresentado no GT 08 Formação de Professores. **Anais 37ª Reunião Científica da ANPEd – UFSC**, Florianópolis, 4 – 8 de out. 2015. Disponível em: <www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt08-3479.pdf> Acesso em: 20 dez. 2016.

LUDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. EPU, São Paulo, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida. Pesquisa-ação e Etnografia: Caminhos Cruzados. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. v. 1, n. 1, São João del-Rei, jun. 2006.

NÓVOA, António. A formação de professores e profissão docente *In*: NÓVOA, António (Coord.). **Os professores e sua formação**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 13-33.

OLIVEIRA, Vânia Kuss de; PIASSA, Zuleika C. Conselho de Classe Participativo: **espaço de possibilidades e sucesso no processo educativo**. 2008. Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2008. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2505-8.pdf>> Acessado em 15 de marc. de 2016.

PACÍFICO, Juracy Machado. A Queixa Docente. *In*: PROENÇA, Marilene; NENEVÊ, Miguel. **Psicologia e Educação na Amazônia**: pesquisa e realidade brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo, [2002].

PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E. (Org). **Professor Reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Selma Garrido. **De Professores, pesquisa e didática** / Selma Garrido Pimenta. – Campinas, SP: Papirus, 2002. – (Coleção Entre Nós Professores).

_____. Selma Garrido. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 521-539, 2005.

REZENDE, Márcia Ambrósio Rodrigues. **Conselho de Classe**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZMYXDhOC7AU>> Acesso em 3 dez.

RIOS, Terezinha Azeredo. A Ética na Pesquisa e a Epistemologia do Pesquisador. *In*: **Psicologia em revista** – Belo Horizonte – v. 12 – n. 19 – p. 80-86. jun. 2006. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR>> Acesso em: 23 de fev. de 2016.

SANTOS, Flávia Regina Vieira dos. **Conselho de Classe**: a construção de um espaço de avaliação coletiva. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UNB.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A busca do sentido da formação humana**: tarefa da Filosofia da Educação. São Paulo, v. 32, n. 3, p.619-634, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR>> Acesso em: fev. 2016.

SILVA, Marta Betanes da. Conselho de Classe: **espaço de análise, reflexão e avaliação do trabalho pedagógico**. 2008. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=SILVA%2C+Marta+Betanes+da.+Conselho+de+Classe%3A+espa%C3%A7o+de+an%C3%A1lise%2C+reflex%C3%A3o+e+avalia%C3%A7%C3%A3o+do+trabalho+pedag%C3%B3gico&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5. Acesso em: mai. de 2016.

SOARES, M. B. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. Jan /Fev /Mar /Abr 2003 n°. 25. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>. Acesso em: nov. 2016.

TAVARES, Maria do Carmo de Jesus Bernardo; SZYMANSKI, Maria Lúcia Sica. Conselho de Classe: **Uma proposta de pesquisa**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO XX SEMANA DE PEDAGOGIA. 11 – 12 – 13 de novembro de 2008 – Uniãoeste Cascavel/ PR.

Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1983-8.pdf> Acesso em 01 dez. 2016.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação / Michel Thiollent** - 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: **plano de ensino-aprendizagem e projeto Projeto Político Pedagógico – Uma Construção Possível**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

_____. Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**, 12º ed. / Celso dos Santos Vasconcelos. – São Paulo: Libertad Editora, 2009. – (Subsídios Pedagógicos do Libertad; 3).

VEIGA, Ilma Passos (org.). Projeto político-pedagógico da escola: **uma construção possível**. 13ª ed. Campinas: Papyrus, 1995.

EICHNER, Kenneth M.; PEREIRA, Julio Emilio Diniz. **A pesquisa na formação e no trabalho docente** / organizado por Júlio Emílio Diniz-Pereira e Kenneth M. Zeichner. – 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editor, 2011.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – PRODUTO FINAL DA PESQUISA-AÇÃO: PLANO DE AÇÃO
CONSELHO DE CLASSE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**



**PLANO DE AÇÃO: CONSELHO DE CLASSE COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO E
DIRECIONAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - IFRO *CAMPUS*
CACOAL/RO**

**PLANO DE AÇÃO: CONSELHO DE CLASSE COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO E
DIRECIONAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - IFRO CAMPUS
CACOAL/RO**

Equipe de Ensino:

Agmar Aparecido Felix Chaves
Andreia Maciel da Silva
Joel Martins Braga Junior
Juliana Maria Freitas de Assis Holanda
Maily Marques Pereira
Nirvani Schroeder Henrique
Vera Lucia Lopes Silveira
Juliano Alves de Deus
Ana Paula Rossaci Schneider
Sylvia Tassia Lovatto
Ingrid Letícia Menezes Barbosa
Eduardo Lucas Jorge Serapião
Sirley de Leite Freitas
José de Anchieta Almeida da Silva

*O Conselho de Classe surge embasado no pressuposto de que num processo coletivo em que existem diferentes óticas dos diversos profissionais, conseguir-se-á, através da soma dessas óticas, o maior conhecimento do objeto que se avalia, para obter, conseqüentemente tomadas de decisões mais acertadas.
(DALBEN, 1994, p. 111)*

1 PLANO DE AÇÃO

Este Plano de Ação é um instrumento metodológico de intervenção pedagógica sobre as práticas educativas, um trabalho dinâmico com o objetivo de propiciar ações a partir das problemáticas apontadas no processo de ensino e aprendizagem nos Conselhos de Classes nos 1º Anos Cursos oferecidos no IFRO - *Campus* Cacoal/RO, considerando a reflexão-ação-reflexão das práticas pedagógicas.

As discussões e reflexões acerca do Conselho de Classe a partir desse Plano de Ação proporcionarão um trabalho interativo da prática pedagógica numa direção progressista de educação, transformando o processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se num recurso de ação pedagógica. Para tanto, utilizaremos a metodologia da pesquisa-ação, a qual segundo Baldissera (2012, p.6) aponta:

A pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre os pesquisadores e pessoas envolvidas no estudo da realidade do tipo participativo/coletivo. A participação dos pesquisadores é explicitada dentro do processo do “conhecer” com os “cuidados” necessários para que haja reciprocidade/ complementaridade por parte das pessoas e grupos implicados, que têm algo a “dizer e a fazer”.

Não se trata de um simples levantamento de dados, é uma visão construtiva e (re)construtiva da realidade, de acordo com Thiollent (2007), essa metodologia, não pretende apenas compreender ou descrever o mundo da prática, mas transformá-la em algo significativo para o pleno alcance das metas e objetivos propostos, um processo qualitativo e reflexivo com a possibilidade de superar problemáticas por meio do trabalho colaborativo interferindo na realidade social, para transformá-la. Conforme Hoffmann e Szymanski (2008, p. 4): “Este recurso possibilita a mobilização do coletivo para realizar o diagnóstico, a reflexão e quais as intervenções necessárias e possíveis a desencadear diante das problemáticas identificadas no processo de ensino e aprendizagem”.

Desse modo, este Plano de Ação será instrumento metodológico pedagógico da Equipe de Ensino, Equipe Multidisciplinar e Professores do *Campus* Cacoal – IFRO/RO, com a finalidade de planejar ações visando à qualidade ao processo de ensino e aprendizagem. E para termos êxito é imprescindível um planejamento que garanta o desenvolvimento e compromisso de todos, uma vez que terá como objetivo um trabalho colaborativo, constituindo-se em momentos em que os sujeitos participantes possam expressar o que pensa, sente e deseja.

Nesta perspectiva segundo Gandin (2007, p. 136) o importante, por sua vez é definir que:

[...] para construir um processo participativo com distribuição de poder, não é suficiente pedir sugestões e aproveitar aquelas que pareçam simpáticas ou que coincidam com pensamentos ou expectativas dos que coordenam; é necessário que o plano se construa com o saber, com o querer e com o fazer de todos.

Nesta direção, desenvolveremos o Plano de Ação Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas pautado em princípios éticos, estéticos e políticos enquanto profissionais comprometidos com o desenvolvimento de ações que visam à qualidade da educação nesta instituição. Nas palavras de Hoffmann e Szymanski (2008, p. 10):

Acredita-se que as ações estruturadas num planejamento participativo contribuem para superar a visão fragmentada de um Conselho de Classe, que historicamente tem se revelado como um instrumento, atribuindo a responsabilidade das causas do não domínio do conhecimento e do fracasso escolar exclusivamente ao aluno, à família e aos aspectos sócio-econômico-culturais, para uma visão que a escola assume sua função do ensinar e do aprender. É, portanto, concebê-lo como uma possibilidade de tornar-se um instrumento a favor da aprendizagem e de avanço nas formas de avaliação numa perspectiva transformadora.

Concebemos, então, que as discussões a serem realizadas nos Conselhos de Classes durante o ano letivo serão o ponto de partida desse Plano de Ação, para a reflexão-ação-reflexão das práticas pedagógicas e para a realização de tais práticas é imprescindível que sejamos investigadores e pesquisadores da nossa própria prática educativa. Nesta perspectiva, uma prática reflexiva é um instrumento metodológico capaz de elaborar formas de conceber o mundo e suas relações sociais que estão presentes no processo ensino e aprendizagem. Como afirma Freire (1996, p. 29): “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, [...] pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

Assim, o Plano de Ação Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas tem como objetivo acompanhar o processo de ensino aprendizagem de forma significativa na construção de soluções aos problemas diagnosticados nos Conselhos de Classes, é um momento de planejar para rever a prática educativa por todo o coletivo.

2 JUSTIFICATIVA

Diante do processo educacional o Conselho de Classe, mesmo sendo órgão de instância deliberativa, cuja função principal vivenciada nas escolas é abordar situações de não aprendizagem dos alunos, também pode ser um espaço precioso para de reflexão-ação-reflexão das práticas pedagógicas, pensar em novas atitudes e novos posicionamentos,

desempenhar um papel no sentido de desenvolver maior conhecimento sobre o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola.

Portanto, a organização pedagógica das práticas dos Conselhos de Classes, pode-se configurar em um espaço que possibilita a análise do desempenho dos educandos, educadores e da própria escola de forma coletiva propondo ações e intervenções. De acordo com a Resolução nº 08/CONSUP/IFRO, de 9 de abril de 2013, compete ao Conselho de Classe no artigo 7 e incisos I, II, V e VIII:

Tomar conhecimento e analisar fatos relativos ao desenvolvimento de planos de ensino, às inter-relações durante as aulas e aos interesses e necessidades dos alunos e professores quanto ao processo de aplicação e estudo das disciplinas; realizar diálogos interativos e democráticos para a compreensão das problemáticas educacionais e a apresentação de propostas de superação ou de aperfeiçoamento de processo, no âmbito de cada turma de alunos; discutir e propor estratégias de aproveitamento de oportunidades surgidas no âmbito interno ou externo do curso, como forma de potencializar e/ou aperfeiçoar o ensino e a aprendizagem; discutir e propor alternativas para a superação de problemáticas relativas a tudo o que consiste em interferência negativa nos processos de ensino e aprendizagem.

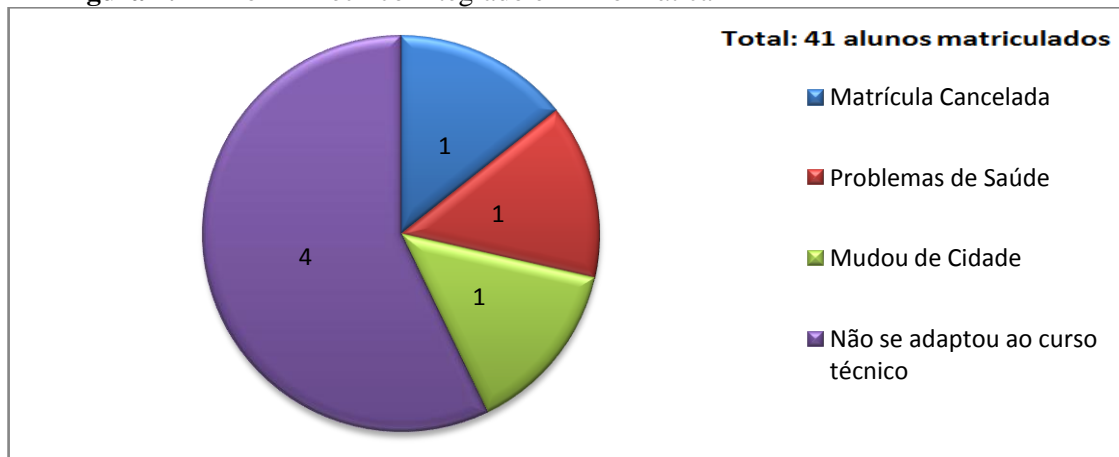
Destarte, essa não tem sido a prática dessa instância colegiada no *Campus Cacoal IFRO/RO*, percebe-se que o Conselho de Classe, na referida instituição ainda não contemplou esses momentos por parte dos coordenadores, pedagogos e docentes, como uma ação de reflexão nas práticas educativas e, desta maneira, o Conselho de Classe, tem sido tão somente o de reforçar e legitimar os resultados dos alunos, sem propor alternativas efetivas para sanar as dificuldades de aprendizagem dos discentes, como também, as dificuldades pedagógicas dos docentes.

O que temos vivenciado diante das práticas avaliativas desses colegiados é uma prática de relatórios fundados nas dificuldades dos alunos, que perpassa pelos bimestres sem demonstrar resultados positivos ao longo do ano letivo. Portanto, o objetivo, é propor um Plano de Ação que possa garantir que esse espaço avaliativo possa contribuir com resultados concretos e garanta a aprendizagem dos alunos; no entanto, a função da escola é garantir que o aluno aprenda e é no Conselho de Classe que isso deve ficar claro para todos, por isso, não podemos deixar de explorar as várias possibilidades de se alcançar os caminhos de intervenções necessárias para a superação dos resultados.

Tendo em vista essa situação, acreditamos que a falta da reflexão-ação-reflexão diante das problemáticas apontadas nos Conselhos de Classes, também são uns dos fatores que levam a evasão e reprovação de alunos na instituição. Sendo assim, podemos ver nos dados abaixo coletados, que no primeiro semestre do ano de 2016 o índice de evasão é um tanto

quanto preocupante, haja vista, que alguns alunos matriculados não conseguiram prosseguir seus estudos, por diversos motivos como podemos observar nas figuras abaixo.

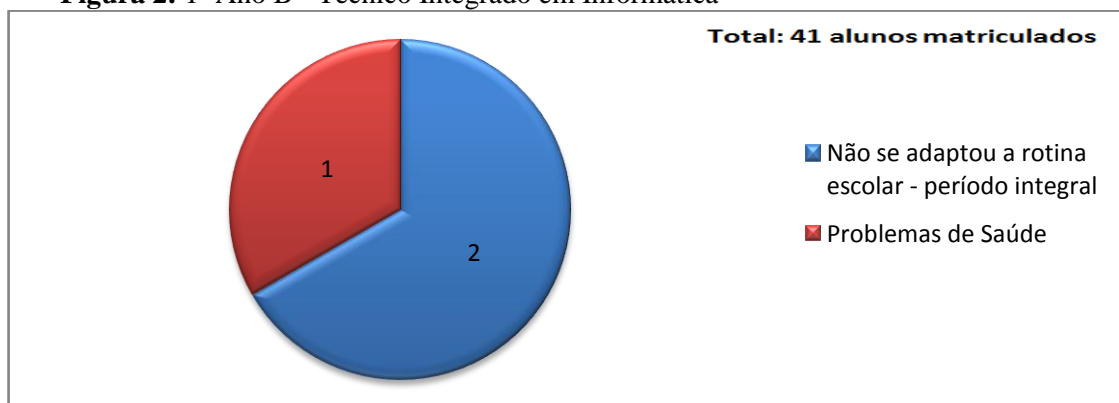
Figura 1: 1º Ano A - Técnico Integrado em Informática



Fonte: Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) e Orientação Escolar, 2016.

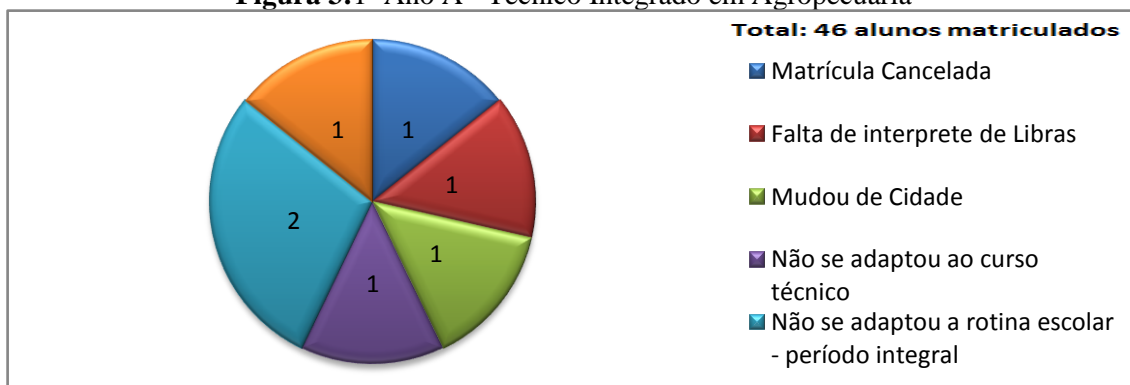
O Curso Técnico em Informática é o primeiro ano no IFRO – Campus Cacoal. Iniciou-se o ano letivo com 41 alunos, e ao final do semestre tivemos 17% de evasão no 1º Semestre.

Figura 2: 1º Ano B - Técnico Integrado em Informática



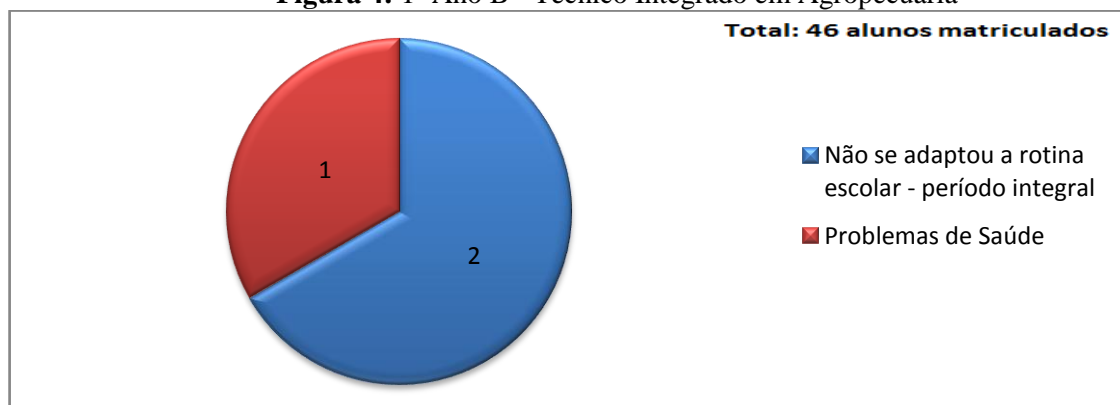
Fonte: Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) e Orientação Escolar, 2016.

Iniciamos o ano letivo com 41 alunos, e ao final do semestre tivemos 7,3% de evasão no 1º Semestre.

Figura 3: 1º Ano A - Técnico Integrado em Agropecuária

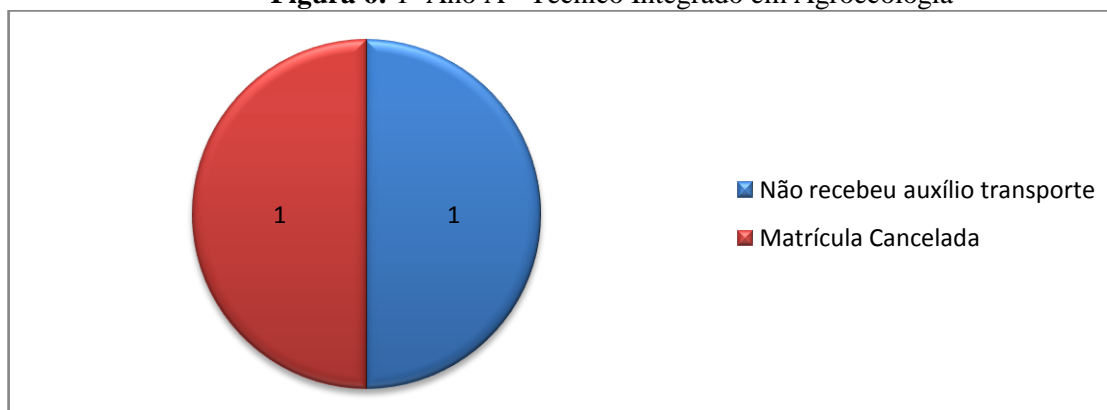
Fonte: Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) e Orientação Escolar, 2016.

Iniciamos o ano letivo com 46 alunos, dentre eles 6 alunos retidos, e ao final do semestre tivemos 15,2% de evasão no 1º Semestre.

Figura 4: 1º Ano B - Técnico Integrado em Agropecuária

Fonte: Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) e Orientação Escolar, 2016.

Iniciamos o ano letivo com 46 alunos, dentre eles 8 alunos retidos, e ao final do semestre tivemos 6,5% de evasão no 1º Semestre.

Figura 6: 1º Ano A - Técnico Integrado em Agroecologia

Fonte: Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) e Orientação Escolar, 2016.

Iniciamos o ano letivo com 32 alunos, dentre eles 4 alunos retidos, e ao final do semestre tivemos 6,2% de evasão no 1º Semestre.

Desta forma, justificamos o desenvolvimento deste plano de ação, com o intuito de colaborar com o processo de ensino e aprendizagem, realizando ações pedagógicas a partir das problemáticas apontadas nos Conselhos de Classe, para contribuir com o processo de ensino e aprendizagem significativamente, por meio de ações formativas com discentes e docentes.

A relevância do Plano de Ação consiste em propor uma intervenção pedagógica por intermédio da reflexão-ação-reflexão na prática pedagógica sensibilizar todos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, a repensar a estrutura do Conselho de Classe, contextualizá-lo com o dia a dia da prática em sala de aula. De acordo com Cruz (2005, p. 09):

O Conselho de Classe pode reforçar e valorizar as experiências praticadas pelos professores, incentivar a ousadia para mudar e ser instrumento de transformação da cultura escolar é um momento e o espaço de avaliação diagnóstica da ação educativa da escola, feita pelos professores e pelos alunos, à luz do Projeto Político Pedagógico.

Neste espaço, o trabalho em equipe entre os profissionais da educação é fundamental, pois as trocas de experiências e a partilha de saberes consolidam a prática reflexiva e ao mesmo tempo capacitam todos os envolvidos. Sendo um espaço coletivo de avaliação em que todos possam dividir as responsabilidades e assumir o papel que lhe cabe.

Nesta direção, acreditamos que poderemos contribuir com o processo de ensino e aprendizagem no *Campus* de Cacoal de forma significativa a partir das avaliações feitas nos Conselhos de Classes no ano letivo de 2016.

3 OBJETIVO GERAL

Nortear ações pedagógicas diante das problemáticas apontadas nos Conselhos de Classe, considerando a reflexão-ação-reflexão das práticas pedagógicas dos cursos oferecidos no IFRO, *Campus* Cacoal/RO, mediante ações que visem um ambiente interativo, reflexivo e formativo.

4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Tornar o Conselho de Classe um espaço de reflexão da prática pedagógica a partir de um trabalho colaborativo;
2. Diagnosticar quais são as dificuldades dos discentes no processo ensino e aprendizagem;
3. Diagnosticar as dificuldades relacionadas à prática docente;
4. Fomentar a prática da reflexão-ação-reflexão entre os profissionais do ensino a partir das avaliações nos conselhos de classe;
5. Diminuir o percentual de evasão dos 1º anos nos cursos do IFRO Campus Cacoal;
6. Diminuir o percentual de retenção dos 1º anos nos cursos do IFRO Campus Cacoal.

5 AÇÕES PEDAGÓGICAS

Para a realização dos objetivos propostos, segue abaixo um planejamento juntamente com o cronograma das ações propostas no plano de ação Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas com carga horária de 30 horas

Quadro 1 - Objetivos e Ações do Plano de Ação

Objetivo 1: Tornar o Conselho de Classe espaço de reflexão da prática pedagógica a partir de intervenções colaborativas.					
Ações	Respon sáveis	Período	Tempo	Sugestões de Procedimentos	Recursos
a) Realizar reunião antes do Conselho de Classe com a Equipe Pedagógica para planejamento do conselho;	Diretoria de ensino/ TAEs/ Professores	a)Março/Junho/Setembro/Novembro	2/h	Nessas reuniões poderá ser feito o planejamento do C.C, iniciando com texto que aborda sobre a função pedagógica do C.C, com isso, reforça teoria e prática durante as discussões. Decidir se vai ter a participação dos alunos, quais instrumentos serão utilizados, é o momento de se discutir o procedimento da reunião com os professores.	Pareceres, resoluções da instituição que apresente a função pedagógica do C.C. E artigos científicos.
b) Realizar autoavaliação do processo de ensino e aprendizagem durante as reuniões dos conselhos bimestrais;		b)Abril/Julho/Octubro/Dezembro	2h/turma	Discutir com os professores as seguintes questões com relação às turmas: Que dificuldades têm enfrentado e como as tem enfrentado? Que inovações na metodologia ou no processo de avaliação conseguiu pôr em	Slide com as questões autoavaliativas.

				prática? Em que aspectos da metodologia e da avaliação ainda não está conseguindo avançar e por quê?	
c) Analisar as informações obtidas no Conselho de Classe e propor ações interventivas;		c)Abril/Julho/Outubro/Dezembro	2/h	Durante a reunião, a partir das problemáticas levantadas solicitar sugestões de ações colaborativamente.	Cadernos para anotar as sugestões.
d) Diagnosticar os índices de evasão.		d) Maio	1/h	Esta ação poderá ser feita pela Equipe Multidisciplinar em que faria um levantamento sobre os motivos da evasão nos cursos e relacioná-los se os problemas estão atrelados as problemáticas apontadas nas reuniões dos conselhos para posteriormente realizar ações e tentar diminuir os índices de evasão.	Reuniões com docentes, equipe pedagógica e pais.

Objetivo 2: Diagnosticar quais são as dificuldades dos discentes no processo ensino e aprendizagem.

a) Diagnosticar e analisar as dificuldades dos alunos no “Pré-Conselho” e apresentar ao corpo docente no Conselho de Classe de professores.	Supervisão/Orientação/Coordenação de Cursos	a)Março/Junho/Setembro/Novembro	1/h/turma	O Pré-Conselho poderá ser realizado pela equipe: Supervisão/Pedagógica, Orientação/Escolar/Coordenador de Curso.	Ficha diagnóstica conforme modelo nos apêndices A e B
---	---	---------------------------------	-----------	--	---

Objetivo 3: Diagnosticar as dificuldades relacionadas à prática docente.

a) Registrar as dificuldades relacionadas à prática docente, diagnosticadas no Conselho de Classe.	Supervisão/Orientação/Coordenação de Cursos	Abril/Julho/Outubro	2/h	Durante a reunião do Conselho de Classe observar e anotar as dificuldades pedagógicas dos docentes no processo de ensino e aprendizagem para discussões de propostas formativas.	Cadernos para as anotações.
--	---	---------------------	-----	--	-----------------------------

Objetivo 4: Fomentar a prática de reflexão-ação-reflexão entre os profissionais do ensino.

a) Realizar encontros de formação pedagógica para os docentes;	Diretoria de ensino	a)Abril/Julho/Outubro	2/h	A partir das observações realizadas sobre as dificuldades pedagógicas dos docentes a cada conselho de classe, reunir com a equipe pedagógica e planejar oficinas, seminários e palestras sobre as temáticas conforme	Salas disponíveis.
--	---------------------	-----------------------	-----	--	--------------------

b) Realizar encontros individuais com os docentes, a partir das problemáticas apresentadas pelos alunos;		b)Março/Junho/Setembro/Novembro	1/h	demanda. Durante o Pré-Conselho pode ter situações apresentadas pelas turmas que não são viáveis discutir em grupo, assim, poderá ser realizado atendimento pedagógico individual com docentes.	Conversa pedagógica na sala da coordenação.
c) Organizar momentos interativos entre docentes e TAEs (Diretoria de Ensino)		c)Fevereiro	3/h	Poderá ser realizados momentos de socialização entre os profissionais da educação que atuam na instituição, caracterizá-los em momentos formativos, seja pessoal ou profissional.	Dinâmicas, palestras sobre inteligência emocional, oficinas, vídeos, debates.

Objetivo 5: Diminuir o percentual de evasão nos cursos do IFRO Campus Cacoal.

a) Identificar os alunos potencialmente propensos a evasão para as intervenções possíveis;	Professor/CAED/Coord. de Cursos	a) Abril	1/h	Nesta ação solicitar aos docentes para observarem, informar e discutir com a equipe pedagógica no primeiro mês de aula do ano letivo, alunos que possivelmente poderão evadir.	Reunião com alunos, pais e professores.
b) Realizar ações de sensibilização e conscientização que possibilite interações aluno/aluno no ambiente escolar;	CAED/Coord. de Cursos	b)Fevereiro/Agosto	4/h	Poderá ser feito gincanas, torneios de jogos.	Quadra poliesportiva, bolas, jogos.
c) Promover atendimento entre pais e alunos com dificuldades de aprendizagem;	CAED/Professor/Coord. de Cursos	c)Abril/Agosto	1/h	Informar e conscientizar os pais sobre as dificuldades de aprendizagem de seus filhos.	Bilhete de convocação.

Objetivo 6: Diminuir o percentual de retenção nos cursos do IFRO Campus Cacoal.

a) Realizar atendimentos individuais com os alunos que estão em situação crítica no desenvolvimento da aprendizagem.	CAED/Professores	Março à Novembro	1/h por semana	Nesta ação professores podem convocar alunos e fazerem atendimentos individuais.	Horário de atendimento individual aos discentes.
b) Realizar “Roda de Conversas” com alunos retidos.	Professor/Conselheiro/Supervisão/	Março	2/h	Convocar os alunos e fazer um trabalho de automotivação para tentar superar as dificuldades encontradas na aprendizagem.	Plano de gerenciamento do tempo para os estudos.

	Orientaç ão/ Coord. de Cursos				
c) Realizar “Roda de Conversas com alunos indisciplinados;	Orientaç ão/ Coord. de Cursos/ Supervis ão	Abril	2h	Convocar os alunos, discutir com eles o processo de ensino e aprendizagem, orientá-los sobre o respeito que se deve ter com o outro, mostrar a importância dos estudos na vida pessoal e profissional.	Reunião, bilhete de convocação.
d) Realizar atividades de nivelamento para os alunos.	Profess ores	Fevereiro/ Março/Abri l	2/h	Poderá fazer parcerias com instituições para colaborar com projeto de nivelamento.	Salas disponíveis para o nivelamento.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

6 RESULTADOS ESPERADOS

O Plano de Ação: Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas - IFRO *Campus* Cacoal/RO, visa uma intervenção colaborativa por intermédio da reflexão-ação-reflexão na prática pedagógica a partir das avaliações feitas no processo do Conselho de Classe, assim o objetivo é institucionalizá-lo para colaborar com a prática pedagógica de forma dinâmica, interativa e formativa, construindo e (re) construindo novos saberes.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2012.

<<http://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR>> Acesso em: 25 de mai. de 2016.

IFRO, **Regulamento dos Conselhos de Classe e Colegiados de Curso**– IFRO, CONSUP, 2013. Disponível em:

<www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc...gid> Acesso em mar.2016.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de Classe e Colegiados de Cursos**: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar. São Paulo: Edições Loyola. 2005.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho Escolar e Conselho de Classe e Colegiados de Cursos**. 2. ed.Campinas, SP: Papyrus, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo:** na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos, cultural, social, político, religioso e governamental. 14^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HOFFMANN, Dianete Maria Ragazzan; SZYMANSKI, Maria Lídia Sica. Conselho de Classe: da intenção às ações do pedagogo. Disponível em:

<<http://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR>> Acesso em: 25 de mai. de 2016.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação / Michel Thiollent** - 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

APÊNDICES

SUGESTOES DE PFORMULÁRIOS FICHA DIAGNÓSTICA/PRÉ-CONSELHOS MODELO DA FICHA DIAGNÓSTICA DAS TURMAS PRÉ-CONSELHO 1º BIMESTRE ANÁLISE DA TURMA:

01. Quais os pontos positivos e negativos da turma em relação ao bimestre? Apresente sugestões de melhoria.

Pontos positivos

Pontos negativos

Sugestões de melhoria:

02. Quais as disciplinas em que a turma está sentindo maiores dificuldades? Escreva motivos prováveis.

Disciplinas: _____

Motivos prováveis

Disciplinas: _____

Motivos prováveis:

Disciplinas: _____

Motivos prováveis:

03. Quais disciplinas em que a turma está com mais facilidade de aprender? Por quê?

04. A turma tem participado ativamente das aulas? Justifique.

() Ruim () Regular () Bom () Ótimo

05. Como está a relação:

A) aluno/aluno:

B) Aluno/Professor:

C) Com os demais profissionais da escola:

6. Quais sugestões a turma daria para ajudá-los a melhorar no 2º bimestre?

Coordenador de Curso

Pedagoga/Orientação

Pedagoga/Supervisão

Psicóloga

Representante da Turma

PRÉ-CONSELHO 2º BIMESTRE ANÁLISE DA TURMA:

01. Quais os pontos positivos e negativos da turma em relação ao segundo bimestre? Apresente sugestões de melhoria.

Pontos positivos	Pontos negativos
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Sugestões de melhoria: _____

02. Quais as disciplinas em que a turma está sentindo maiores dificuldades? Escreva motivos prováveis.

Disciplinas: _____

Motivos prováveis

Disciplinas: _____

Motivos prováveis:

Disciplinas: _____

Motivos prováveis:

03. Quais disciplinas em que a turma está com mais facilidade de aprender? Por quê?

04. A turma tem participado ativamente das aulas? Justifique.

() Ruim () Regular () Bom () Ótimo

05. Como está a relação:

A) aluno/aluno:

B) Aluno/Professor:

C) Com os demais profissionais da escola:

6. As dificuldades apontadas no 1º bimestre foram sanadas? Como?

() Sim () Não

7. Quais disciplinas que tiveram baixo rendimento no 1º bimestre? Houve melhora?

8. Se houve melhorias, em sua opinião a que se deve?

7. Quais sugestões a turma daria para ajudá-los a melhorar no 3º bimestre?

Coordenador de Curso

Pedagoga/Orientação

Pedagoga/Supervisão

Psicóloga

Representante da Turma

APÊNDICE B - MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO DE ESTUDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO ESCOLAR
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, INOVAÇÕES CURRICULARES E TECNOLÓGICAS

Pesquisa: Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – IFRO Cacoal/RO

O presente questionário é uma ação para coletar dados dos participantes do Grupo de Estudo, para a caracterização dos colaboradores da pesquisa-ação no que tange suas formações acadêmicas e experiências profissionais.

QUESTIONÁRIO

1. Dados pessoais

Sexo: () masculino () feminino

Idade: ()20-29 ()30-39 ()40-49 ()50-59

2. Formação

- Curso de Graduação

Ano de conclusão: ____/____/____

Área: _____

Instituição: _____

() Pública () Privada

- Curso de pós-graduação

1ª Especialização

Ano de conclusão: ____/____/____ () Em curso

Área: _____

Instituição: _____

2ª Especialização

Ano de conclusão: ____/____/____ () Em curso

Área: _____

Instituição: _____

- Mestrado:

Ano de conclusão: ____/____/____ () Em curso

Área: _____

Instituição: _____

- Doutorado:

Ano de conclusão: ____/____/____ () Em curso

Área: _____

Instituição: _____

3. Dados Profissionais

Tempo de docência na Educação Básica: _____

Área de atuação na Educação Básica: _____

Áreas que já atuou na Educação

Básica: _____

APÊNDICE C - MODELO DE ROTEIRO ORIENTADOR PARA REUNIÕES COM AS TURMAS DOS 1º ANOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO ANTES DO 1º CONSELHO DE CLASSE



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO ESCOLAR
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, INOVAÇÕES
CURRICULARES E TECNOLÓGICAS**

Pesquisa: Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – IFRO Cacoal/RO

O presente roteiro norteador das reuniões com conversas coletivas com os alunos compõe uma das ações de investigação do Projeto de Pesquisa-Ação: **Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – IFRO Cacoal/RO**, proposta como atividade de pesquisa para nortear as ações do Grupo de Estudo referente ao Conselho de Classe.

ROTEIRO NORTEADOR DAS REUNIÕES AOS ALUNOS DOS 1º ANOS

- Quais expectativas vocês têm com o Instituto Federal Campus Cacoal?
- Vocês sabem o que é Conselho de Classe? Já participaram?
- O que esperam com o processo de ensino (docentes) e aprendizagem (alunos)?
- Como é a relação da turma com seu Professor Conselheiro? Descreva:
- Vocês sabem que relação há entre o Conselho de Classe e a avaliação do processo de aprendizagem do aluno?
- Qual é a importância da participação de representantes de turma no Conselho de Classe?
- Você tem conhecimento e já leu a normativa do Conselho de Classe do Instituto?
- Descreva como você avalia sua turma em aspectos de aprendizagem, interesse, participação:
- Quais as maiores dificuldades encontradas pela turma no 1º bimestre em relação a:
 - i – fase de adaptação ao Instituto Federal:
 - ii – aos conteúdos trabalhados:
 - iii – ao processo de ensino docente:
 - iv – carga horária das disciplinas:
 - vi – ao relacionamento com os colegas:
 - vii – ao relacionamento com os docentes:
 - viii – aos instrumentos avaliativos:
 - ix – as dificuldades tecnológicas:
 - x – a relação com a equipe multidisciplinar e pedagógica:
 - xi – as disciplinas técnicas do curso:
- Como vocês avaliam o relacionamento da turma?
- A turma faz grupo de estudo para ajudar os colegas?
- Qual o método de aula que vocês mais gostam?
- Qual a disciplina que a turma tem mais dificuldade de aprender? Por quê?
- Qual a disciplina que a turma tem mais facilidade de aprender? Por quê?
- Que sugestões à turma daria para ajudá-los nas dificuldades encontradas durante o 1º bimestre?

APÊNDICE D – FICHA PRÉ-CONSELHO 1º BIMESTRE



PRÉ-CONSELHO 1º BIMESTRE ANÁLISE DA TURMA

01. Quais os pontos positivos e negativos da turma em relação ao bimestre? Apresente sugestões de melhoria.

Pontos positivos

Pontos negativos

Sugestões de melhoria:

02. Quais as disciplinas em que a turma está sentindo maiores dificuldades? Escreva motivos prováveis.

Disciplinas: _____

Motivos prováveis

Disciplinas: _____

Motivos prováveis:

Disciplinas: _____

Motivos prováveis:

03. Quais disciplinas em que a turma está com mais facilidade de aprender? Por quê?

04. A turma tem participado ativamente das aulas? Justifique.

() Ruim () Regular () Bom () Ótimo

05. Como está a relação:

A) aluno/aluno:

B) Aluno/Professor:

C) Com os demais profissionais da escola:

6. Quais sugestões a turma daria para ajudá-los a melhorar no 2º bimestre?

Coordenador de Curso

Pedagoga/Orientação

Pedagoga/Supervisão

Psicóloga

Representante da Turma

APÊNDICE E – FICHA PRÉ-CONSELHO 2º BIMESTRE



PRÉ-CONSELHO 2º BIMESTRE ANÁLISE DA TURMA:

01. Quais os pontos positivos e negativos da turma em relação ao segundo bimestre? Apresente sugestões de melhoria.

Pontos positivos	Pontos negativos
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Sugestões de melhoria: _____

02. Quais as disciplinas em que a turma está sentindo maiores dificuldades? Escreva motivos prováveis.

Disciplinas: _____

Motivos prováveis

Disciplinas: _____

Motivos prováveis:

Disciplinas: _____

Motivos prováveis:

03. Quais disciplinas em que a turma está com mais facilidade de aprender? Por quê?

04. A turma tem participado ativamente das aulas? Justifique.

() Ruim () Regular () Bom () Ótimo

05. Como está a relação:

A) aluno/aluno:

B) Aluno/Professor:

C) Com os demais profissionais da escola:

6. As dificuldades apontadas no 1º bimestre foram sanadas? Como?

() Sim () Não

7. Quais disciplinas que tiveram baixo rendimento no 1º bimestre? Houve melhora?

8. Se houve melhorias, em sua opinião a que se deve?

7. Quais sugestões a turma daria para ajudá-los a melhorar no 3º bimestre?

Coordenador de Curso

Pedagoga/Orientação

Pedagoga/Supervisão

Psicóloga

Representante da Turma

APÊNDICE F – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO ESCOLAR LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, INOVAÇÕES CURRICULARES E TECNOLÓGICAS

Carta de Apresentação da Pesquisadora

Prezado Senhor, DAVYS SLEMAN DE NEGREIROS.

Apresentamos a mestranda pesquisadora ANDRÉIA PARO DO NASCIMENTO, aluna devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal de Rondônia, que realiza a pesquisa intitulada “**Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – IFRO Cacoal/RO**”, para que possa contar com vossa autorização para executar coleta de dados na instituição representada por Vossa Senhoria.

A coleta de dados citada trata da aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas, que deverão ser respondidos pelos participantes do Grupo de Estudo professores que atuam nas turmas dos 1º anos e outros participantes da pesquisa-ação, e roteiro orientador para a realização de reuniões com conversas coletivas com alunos dos 1º Anos dos Cursos Integrados ao Ensino Médio, durante o primeiro e segundo semestre de 2016.

Informamos que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas, mediante Vossa Autorização, garantindo, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e dos sujeitos entrevistados, bem como, o retorno dos resultados da pesquisa aos sujeitos envolvidos, na forma de um plano de ação para efetivação das ações sobre reflexão e ação das práticas pedagógicas através dos Conselhos de Classes.

Esclarecemos que a autorização é uma pré-condição bioética para a execução de qualquer estudo envolvendo seres humanos, sob qualquer forma ou dimensão, em consonância com a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração com nosso processo de obtenção do Título de Mestre em Educação e de desenvolvimento de pesquisa científica em nossa Região.

Colocamo-nos à vossa disposição na Universidade ou outros contatos, conforme segue: Celular da Pedagoga/Supervisão Pesquisadora: (69) 9959-5014 E-mail: andréia.nascimento@ifro.edu.br.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente.

Porto Velho, 23 de fevereiro de 2016.

Juracy Machado Pacífico

Professora Orientadora

Andréia Paro do Nascimento

Mestranda Pesquisadora

APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO ESCOLAR
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, INOVAÇÕES
CURRICULARES E TECNOLÓGICAS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esta pesquisa seguirá os critérios da ética em pesquisa com seres humanos conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome do participante:

Instituição:

Documento de Identidade nº: _____ Data de Nascimento:
____/____/_____

Gênero: Masculino () Feminino () Outro ()

II – DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**1 TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:**

Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio
– IFRO Cacoal/RO

2 PESQUISADORA RESPONSÁVEL:

Andréia Paro do Nascimento

3 DURAÇÃO DA PESQUISA: Um ano e seis meses para o campo e 24 meses no total.

III – REGISTRO DAS EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA, CONSIGNADO:

O Sr.(a) está sendo convidado para participar da pesquisa: **“Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio”**, de responsabilidade da pesquisadora **Andréia Paro do Nascimento**, Pedagoga/Supervisão Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação do Mestrado Profissional em Educação Escolar – UNIR/RO

O presente estudo tem por objetivo:

“Compreender a dinâmica e estrutura do Conselho de Classe dos Cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFRO, na perspectiva de torná-lo um espaço de reflexão sobre as práticas pedagógicas de forma democrática e participativa.”

Assim, para seu conhecimento:

1O(a) Senhor(a) foi selecionado(a) devido a Instituição na qual atua ser objeto de estudo desta pesquisa.

2 A participação do senhor (a) na pesquisa será respondendo a um questionário com questões abertas e fechadas e participação do Grupo de Estudo para análises e proposições sobre o Conselho de Classe e com a finalidade de construção coletiva de um Plano de Ação;

3 Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo;

4 O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação, em especial, conhecer e compreender a função pedagógica do Conselho de Classe, bem como a sua contribuição na melhoria da prática pedagógica;

5 Os resultados da pesquisa serão destinados à sua escola e à elaboração de trabalhos de pesquisas e/ou publicações científicas em revistas e eventos nacionais ou internacionais;

6 Fica assegurado ao senhor (a) a possibilidade de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, ou mesmo recusar-se a responder perguntas que lhe cause constrangimento, sem nenhum prejuízo à sua pessoa;

7 A leitura dos itens da pesquisa será feita pausadamente e em tom de voz alta e com esclarecimento de dúvidas quando necessário;

8 Fica esclarecido que sua participação é voluntária e o senhor (a) não receberá nenhuma remuneração por estar participando da pesquisa;

9 Fica esclarecido que durante a pesquisa faremos uso de imagem com e sem som;

10 Todo material desta pesquisa ficará sob a guarda da pesquisadora Andréia Paro do Nascimento;

11 Ao concordar, o Sr.(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o número do telefone e endereço da pesquisadora, que poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

IV AVALIAÇÃO DO RISCO/BENEFÍCIO DA PESQUISA

(X) Risco Mínimo () Risco Maior que mínimo

Descrição do Risco: Os possíveis riscos aos participantes dessa pesquisa envolvem sentimentos de ansiedade, insegurança e preocupação frente as discussões da temática Conselho de Classe, que serão abordados durante a pesquisa, e não publicação dos resultados da pesquisa em revistas e eventos nacionais ou internacionais por motivo administrativo ou científico, o que não acarretará nenhum dano aos pesquisados, nem comprometerá o sigilo dos dados.

Descrição do Benefício: O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação, em especial, conhecer e compreender a função pedagógica do Conselho de Classe, bem como a sua contribuição na melhoria da prática pedagógica;

V INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADORES:

Andréia Paro do Nascimento – Celular: (69) 81242555 / (69) 99595014 – Fixo: (69)
Endereço: BR 364, km 228, lote 2ª, Zona Rural, CEP: 76.960-970. Cacoal-RO. Email:
andreia.paro@hotmail.edu.br

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – CEP

Endereço: BR 364, Km 9,5, ou Avenida Presidente Dutra, 2965 Câmpus José R. Bairro: Centro CEP: 78.000-000 UF: RO, Telefone: (69) 1182-2111. E-mail:
cep.unir@yahoo.com.br.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP

Endereço: SEPN 510 Norte, Bloco A 1º Subsolo, Edifício Ex-INAN – Unidade II –
Ministério da Saúde, CEP: 70.750-521, Brasília-DF, telefone: (61) 3315-5878. E-mail:
conep@saude.gov.br

VI CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelos pesquisadores e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Protocolo de Pesquisa. Consinto, também, que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que minha identificação não seja realizada.

Cacoal, _____ de _____ de 2016.

Assinatura participante da pesquisa-ação
(sujeito da pesquisa)

Andréia Paro do Nascimento
Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE H – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO ESCOLAR LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, INOVAÇÕES CURRICULARES E TECNOLÓGICAS

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – IFRO Campus Cacoal/RO. Neste estudo pretendemos: “Compreender a dinâmica e estrutura do Conselho de Classe dos Cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFRO, na perspectiva de torná-lo um espaço de reflexão sobre as práticas pedagógicas de forma democrática e participativa”.

O motivo que leva a estudar esse assunto é que a experiência construída tem me mobilizado a aprofundar estudos para melhor compreender e tornar o Conselho de Classe em um processo significativo ao processo de ensino e aprendizagem no IFRO – *Campus Cacoal*. Por isso, é preciso ouvir as dificuldades dos alunos analisar e propor ações interventivas.

Para este estudo adotarei os seguintes procedimentos: reuniões com alunos denominado Pre-Conselho, durante o ano letivo.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os

dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – CEP

Endereço: BR 364, Km 9,5, ou Avenida Presidente Dutra, 2965 Câmpus José R. Bairro: Centro CEP: 78.000-000 UF: RO, Telefone: (69) 1182-2111. E-mail: cep.unir@yahoo.com.br.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: ANDRÉIA PARO DO NASCIMENTO

ENDEREÇO: RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 1419 – BAIRRO PRINCESA ISABEL

CACOAL (RO) - CEP: 76967-646

FONE: (69) 999595014 – 981242555 / E-MAIL: ANDREIA.NASCIMENTO@IFRO.EDU.BR

Cacoal, ____ de _____ de 20____

Assinatura do(a) menor

Assinatura do(a) pesquisador(a)

APÊNDICE I – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO ESCOLAR
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, INOVAÇÕES
CURRICULARES E TECNOLÓGICAS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esta pesquisa seguirá os critérios da ética em pesquisa com seres humanos conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome do responsável do participante:

Instituição:

Documento de Identidade nº: _____ Data de Nascimento:
_____/_____/_____

Gênero: Masculino () Feminino () Outro ()

II – DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1 TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:

“Conselho de Classe e Prática Pedagógica nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – IFRO Cacoal/RO.”

2 PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Andréia Paro do Nascimento.

3 DURAÇÃO DA PESQUISA: Um ano e seis meses para o campo e 24 meses no total.

III – REGISTRO DAS EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA, CONSIGNADO:

Seu filho (a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa: “Conselho de Classe e Prática Pedagógica nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – IFRO Cacoal/RO”, de responsabilidade da pesquisadora **Andréia Paro do Nascimento**, aluna Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Mestrado Profissional em Educação Escolar – UNIR/RO.

O presente estudo tem por objetivo: “Compreender a dinâmica e estrutura do Conselho de Classe dos Cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFRO, na perspectiva de torná-lo um espaço de reflexão sobre as práticas pedagógicas de forma democrática e participativa”.

Assim, para seu conhecimento:

- 1 Seu filho(a) foi selecionado(a) devido à Instituição na qual estuda ser objeto de estudo desta pesquisa.
- 2ª participação dele(a) na pesquisa será por meio de análise diagnóstica, momento de reunião com os alunos um Pré-Conselho de Classe, visando momentos avaliativos ao processo de ensino e aprendizagem durante os bimestres do ano letivo de 2016;
- 3 As respostas dele(a) serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo;
- 4 O benefício relacionado à participação dele(a) será de ampliar o conhecimento científico para a área da Educação, em especial, conhecer e compreender a função pedagógica do Conselho de Classe;
- 5 Os resultados da pesquisa serão destinados à escola dele(a) e à elaboração de trabalhos de pesquisas e/ou publicações científicas em revistas e eventos nacionais ou internacionais;
- 6 Fica assegurada a possibilidade de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, ou mesmo recusar-se a responder perguntas que lhe cause constrangimentos, sem nenhum prejuízo a ele(a);
- 7 A leitura dos itens da pesquisa será feita pausadamente e em tom de voz alta e com esclarecimento de dúvidas quando necessário;
- 8 Fica esclarecido que a participação é voluntária e que ele(a) não receberá nenhuma remuneração por estar participando da pesquisa;
- 9 Fica esclarecido que durante a pesquisa não faremos uso de imagem com e sem som;

10 Todo material desta pesquisa ficará sob a guarda da pesquisadora Andréia Paro do Nascimento;

11 Ao concordar, você receberá uma cópia deste termo onde consta o número do telefone e endereço da pesquisadora, que poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação de seu (sua) filho(a), agora ou a qualquer momento.

IV AVALIAÇÃO DO RISCO/BENEFÍCIO DA PESQUISA

(X) Risco Mínimo () Risco Maior que mínimo

Descrição do Risco: Os possíveis riscos aos participantes dessa pesquisa envolvem sentimentos de ansiedade, insegurança e preocupação frente as discussões da temática Conselho de Classe, que serão abordados durante a pesquisa, e não publicação dos resultados da pesquisa em revistas e eventos nacionais ou internacionais por motivo administrativo ou científico, o que não acarretará nenhum dano aos pesquisados, nem comprometerá o sigilo dos dados.

Descrição do Benefício: O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação, em especial, conhecer e compreender a função pedagógica do Conselho de Classe, bem como a sua contribuição na melhoria da prática pedagógica;

V INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADORES:

Andréia Paro do Nascimento – Celular: (69) 81242555 / (69) 99595014 – Fixo: (69)
Endereço: BR 364, km 228, lote 2ª, Zona Rural, CEP: 76.960-970. Cacoal-RO. Email:
andreia.paro@hotmail.edu.br

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA – CEPI

Endereço: BR 364, Km 9,5, ou Avenida Presidente Dutra, 2965 Câmpus José R. Bairro: Centro CEP: 78.000-000 UF: RO, Telefone: (69) 1182-2111. E-mail:
cep.unir@yahoo.com.br.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP

Endereço: SEP/510 Norte, Bloco A 1º Subsolo, Edifício Ex-INAN – Unidade II – Ministério da Saúde, CEP: 70.750-521, Brasília-DF, telefone: (61) 3315-5878. E-mail:
conep@saude.gov.br.

VI CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelos pesquisadores e ter entendido o que me foi explicado, consinto que meu filho(a), participe do presente Protocolo de Pesquisa. Consinto, também, que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a identificação de meu(minha) filho(a) não seja realizada.

Cacoal, _____ de _____ de _____.

Assinatura do responsável pelo sujeito participante da pesquisa-ação

Andréia Paro do Nascimento
Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE J – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO ESCOLAR
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, INOVAÇÕES
CURRICULARES E TECNOLÓGICAS****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Neste ato, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de identidade RG nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av/Rua _____, nº. _____, município de Cacoal, Rondônia. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada para fins de divulgação científica, destinada à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: composição de Dissertação para o Mestrado Profissional em Educação Escolar/UNIR; apresentação em material de Defesa da Dissertação; publicação em livros e artigos. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Cacoal, ____ de _____ de 2016.

ANEXOS

ANEXO A – TEXTO REFLEXIVO



Construção da Práxis

Nas reuniões pedagógicas, a proposta, é ter a prática como referência, fazer uma reflexão sobre ela, de maneira mais próxima e particularizada, tendo em vista a intervenção (pesquisa-ação). A rigor, trata-se de buscar a práxis: estabelecer o processo de Ação – Reflexão (estudos relacionados a problemas, metas, projetos de ação aliados a intervenções pautadas pelas reflexões, que geram novas temáticas para o estudo, e assim por diante). Devemos admitir que construir a práxis não é tarefa fácil, visto que há sempre o risco de romper a dialética entre ação e reflexão, caindo num pólo ou noutro. [...] Ter a prática como objeto, contudo, não pode significar uma “feira” de relatos de experiências, onde um fala, outro fala, mas não há confronto das práticas, entre si e com o referencial da escola nada é sistematizado. A prática pela prática não nos leva muito longe. É preciso que seja atravessada pela visão crítica.

O processo de mudança da realidade exige a prática (o que muda a realidade é a ação), bem como a reflexão sobre ela (uma vez que não é qualquer ação que produz a mudança que desejamos). O foco principal do estudo deve ser, pois, a prática objetiva do grupo. Os textos, os livros, devem ser buscados para ajudar a decifrar a realidade, para mudá-la, e não o contrário: querer primeiro se preparar da melhor, ter “toda clareza teórica”, para só depois partir para a prática. É evidente que devemos procurar nos preparar da melhor maneira possível para introduzir alguma mudança, mas de muita coisa só teremos a real clareza depois de tentar colocar em prática e refletir sobre tal.


O núcleo do trabalho na reunião pedagógica, portanto, é a prática transformadora, ou seja, o tempo todo, mesmo quando da necessidade de recorrer a estudos mais sistematizados, a referência e o horizonte é a prática (ponto de partida e de chegada da reflexão). Fazer do trabalho coletivo um espaço de práxis é tarefa árdua; por isto deve haver parceria entre equipe e professores na sua construção.

ANEXO B – TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO**TERMO DE CONCORDÂNCIA**

Declaramos aos devidos fins que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA CÂMPUS CACOAL/RO 07 DE MARÇO, localizado no Endereço BR 364, Km 228, lote 2 A, Caixa Postal 146 – Cacoal/RO, está de acordo com a execução do Projeto de Pesquisa-Ação intitulado “**Conselho de Classe e Prática Pedagógica nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – IFRO Cacoal/RO**”, sob responsabilidade da mestrandia ANDRÉIA PARO DO NASCIMENTO e orientação da Profa. Dra JURACY MACHADO PACÍFICO, do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Rondônia, em nossas dependências durante o período do primeiro e segundo semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017.

Para tanto estamos cientes que os sujeitos de pesquisa serão Turmas dos 1º Anos dos Cursos Integrados ao Ensino Médio e Professores que atuam nos 1º Anos, representantes da Equipe Multidisciplinar e de Apoio ao Ensino, e que o projeto deve seguir a Resolução 466/12 da CONEP, que regulamenta a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.

Cacoal, 07 de Março de 2016.



DAVYS SLEMAN DE NEGREIROS
Davys Sleman de Negreiros
Diretor Geral do Câmpus Cacoal
Portaria nº 343/GR/IFRO/2015

ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Conselho de Classe e Prática Pedagógica nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio IFRO - Cacoal/RO.

Pesquisador: Andréia Paro do Nascimento

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 547807 15.0.0000.5300

Instituição Proponente: Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.524.107

Apresentação do Projeto:

Trata-se do projeto intitulado "Conselho de Classe e Prática Pedagógica nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio IFRO - Cacoal/RO" apresentado pela mestrande Andréia Paro do Nascimento junto ao Mestrado Profissional em Educação Escolar.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Investigar como vem sendo realizado o Conselho de Classe das turmas dos 1º anos nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no IFRO, Câmpus Cacoal/RO, e se o mesmo pode se tornar um espaço de reflexão sobre as práticas pedagógicas a partir de intervenção coletiva que considere a ação-reflexão-ação. **Objetivo Secundário:** a) Conhecer o processo histórico do Conselho de Classe na educação. b) Identificar em Leis, Resoluções e nos Projetos Pedagógicos Curriculares dos Cursos qual é a função pedagógica do Conselho de Classe. c) Investigar como vem ocorrendo o Conselho de Classe das turmas de 1º anos nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no IFRO, Câmpus Cacoal/RO. d) Realizar encontros com o grupo partícipe da pesquisa para analisar e discutir como os professores avaliam sua prática pedagógica e o desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos. e) Identificar o papel da avaliação no Conselho de Classe das turmas de 1º anos nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2905 campus José R.
Bairro: Centro CEP: 78.000-000
UF: RO Município: PORTO VELHO
Telefone: 69 3182-2111 E-mail: cep.unir@yahoo.com.br

Continuação do Parecer 1.624/07

Médio no FRO, Câmpus Cacoal/RO. f) Verificar as ações pedagógicas da Equipe Multidisciplinar e Equipe de Apoio ao Ensino, no Conselho de Classe. g) Construir coletivamente com os participantes da pesquisa um Plano de Ação visando uma intervenção coletiva por intermédio da ação-reflexão-ação na prática pedagógica a partir das avaliações feitas no processo do Conselho de Classe.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Risco: Os possíveis riscos aos participantes dessa pesquisa envolvem sentimentos de ansiedade, insegurança e preocupação frente às discussões da temática, Conselho de Classe que será abordada durante a pesquisa. E a não publicação dos resultados da pesquisa em revistas e eventos nacionais ou internacionais por motivo administrativo ou científico, o que não acarretará nenhum dano aos pesquisados, nem comprometerá o sigilo dos dados. **Benefícios:** O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação, em especial, conhecer e compreender a função pedagógica do Conselho de Classe, bem como a sua contribuição na melhoria da prática pedagógica.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Será utilizada pesquisa de abordagem qualitativa para estabelecimento do diagnóstico da situação, os problemas prioritários por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo através da composição de Grupos de Estudos composto por professores, equipe multidisciplinar e equipe de apoio ao ensino e aplicação de questionários.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE está datado e objetivo, contemplando os objetivos previstos e possibilitando ao participante a saída e o recebimento de segunda via. Há Termo de Concordância assinado pelo Representante da Instituição onde será realizada a pesquisa bem como da folha de rosto por servidor competente para tal fim no âmbito da instituição promotora.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Inexistem óbices para aprovação ética desta pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.
Bairro: Centro CEP: 76.000-000
UF: RO Município: PORTO VELHO
Telefone: (69) 3182-2111 E-mail: cep.unir@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 1.524.107

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PIB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_681459.pdf	17/03/2016 20:24:20		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	17/03/2016 20:19:58	Andréia Paro do Nascimento	Aceito
Outros	Roberto_de_Reuniao.pdf	16/03/2016 19:21:00	Andréia Paro do Nascimento	Aceito
Outros	Termo_de_Concordancia.PDF	16/03/2016 18:59:08	Andréia Paro do Nascimento	Aceito
Outros	Questionario.pdf	16/03/2016 18:56:57	Andréia Paro do Nascimento	Aceito
Outros	Dedraçao_de_Matricula.pdf	16/03/2016 18:55:37	Andréia Paro do Nascimento	Aceito
Outros	Carta_de_Apresentacao.pdf	16/03/2016 18:52:11	Andréia Paro do Nascimento	Aceito
Projeto Detalhado/ Brochura Investigador	Prqeto_de_Pesquisa.pdf	16/03/2016 18:18:04	Andréia Paro do Nascimento	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_Estar ecido.pdf	16/03/2016 18:15:37	Andréia Paro do Nascimento	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

PORTO VELHO, 02 de Maio de 2016

Assinado por:
Edson dos Santos Faílhas
(Coordenador)

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2905 campus José R.
Bairro: Centro CEP: 78.000-000
UF: RO Município: PORTO VELHO
Telefone: (69) 3182-2111 E-mail: osp.unir@yahoo.com.br